

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E AGRONEGÓCIO

GRACIELA CRISTINE OYAMADA

DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADE DE GÊNERO: UM ESTUDO PARA OS
MUNICÍPIOS DO SUL DO BRASIL

TOLEDO
2017

GRACIELA CRISTINE OYAMADA

**DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADE DE GÊNERO: UM ESTUDO PARA OS
MUNICÍPIOS DO SUL DO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Toledo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Andronio Ramundo Staduto

**TOLEDO
2017**

GRACIELA CRISTINE OYAMADA

**TÍTULO: DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADE DE GÊNERO: UM ESTUDO
PARA OS MUNICÍPIOS DO SUL DO BRASIL**

COMISSÃO EXAMINADORA

Dra. Cristiane Soares
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Prof. Dr. Flavio Gatti
Centro Universitário - UNIVAG

Prof^a. Dra. Roselaine Navarro Barrinha
**Universidade Estadual do Oeste do Paraná –
UNIOESTE *Campus* de Francisco Beltrão**

Prof^a. Dra. Zelimar Soares Bidarra
**Universidade Estadual do Oeste do Paraná –
UNIOESTE *Campus* de Toledo**

Prof. Dr. Jefferson Andronio Ramundo Staduto (Orientador)
**Universidade Estadual do Oeste do Paraná –
UNIOESTE *Campus* de Toledo**

**TOLEDO
2017**

Ao meu filho Arthur,

Dedico

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por me permitir alcançar mais esse objetivo de vida, e por me dar força e coragem para enfrentar os desafios e as dificuldades.

Ao meu marido, Alan, por todo apoio, companheirismo, compreensão e incentivo, e ao nosso filho Arthur, a maior alegria das nossas vidas.

À minha família “Buscapé”, meus pais, Geraldo e Elisabete, meu irmão Roger, minha cunhada Juliana, e a minha sobrinha Emily, meus tios Iomar e Leonor e a minha prima Sophia, por serem meu porto seguro. À minha mãe, a quem sou imensamente grata por cuidar do meu bebê desde os quatro meses para que eu pudesse trabalhar e estudar, pois sem isso eu não teria conseguido escrever este trabalho com o coração tranquilo.

Ao meu orientador, professor Jefferson Staduto, pelos ensinamentos e por ter sido solidário e compreensivo durante o período de construção deste trabalho.

Aos professores Flavio Gatti, Cristiane Soares, Roselaine Navarro Barrinha e Zelimar Soares Bidarra que gentilmente aceitaram o convite para fazer parte da banca de avaliação deste trabalho e pelas valiosas contribuições.

A CAPES e à Fundação Araucária pelo apoio a esta pesquisa.

Aos professores e servidores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – PGDRA.

Ao professor Arturo Zavala da UFMT, um exemplo de pessoa, pelo excepcional conhecimento e desenvoltura acadêmica, a quem muito me honra ter sido aluna.

Aos colegas Antônio Nogueira Neto, Diuslene Rodrigues Fabris, Tânia Maria Smaniotto Silveira, Martin Airton Wissmann, Stefan Hubertus Dörner e Thiago José Arruda de Oliveira, pela amizade e pelos momentos compartilhados durante o doutorado.

Ao meu amigo Eliézer por me trazer tranquilidade e confiança e por compartilhar comigo parte de seu precioso tempo.

Ao meu GRANDE amigo, compadre e “irmão de coração”, Flavio, pelas palavras de conforto nos momentos mais tensos.

A todos os meus amigos, muito obrigada!

OYAMADA, G. C. **DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADE DE GÊNERO: UM ESTUDO PARA OS MUNICÍPIOS DO SUL DO BRASIL**. 2017. 125 p. Tese (Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus/Toledo.

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar e discutir o desenvolvimento e a desigualdade gênero nos municípios do Sul do Brasil. Entre as unidades federativas brasileiras, os estados do Sul do país estão entre os que possuem melhor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal IDHM. Sendo assim, as análises intra regionais refletem melhor o ranking dos municípios do que as análises realizadas entre municípios de regiões com nível de desenvolvimento muito diferente. O levantamento teórico tratou de questões inerentes ao desenvolvimento e desigualdade de gênero, das relações sociais entre homens e mulheres, e do empoderamento de gênero na conquista de direitos e oportunidades para a redução de diferenças. Este trabalho utilizou como procedimentos metodológicos pesquisa de natureza descritiva, quantitativa e analítica. A metodologia aplicada a esta pesquisa foi adaptada do trabalho de Soares (2009) sobre o IDS-gen e o IDG. Dos resultados encontrados, destacam-se que IDHM elevado não indica melhor condição em relação ao desenvolvimento social e de gênero. E ao analisar os índices a nível municipal identificou-se uma desigualdade entre mulheres e homens bastante expressiva, principalmente quando considerados os indicadores que compõem as dimensões de cada índice, como educação, renda, trabalho, saneamento, participação econômica e tomada de decisão.

Palavras-chave: Desenvolvimento social, desenvolvimento de gênero, região Sul do Brasil.

OYAMADA, G.C. **DEVELOPMENT AND INEQUALITY OF GENDER: A STUDY FOR THE MUNICIPALITIES OF THE SOUTH OF BRAZIL** 2017. 125 p. Thesis (Stricto Sensu Post-graduation Program in Agribusiness and Regional Development) – University of West Paraná State – Campus Toledo.

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze and discuss the development and gender inequality in the municipalities of Southern Brazil. Among the Brazilian federal units, the southern states of the country are among those with the best IDHM Municipal Human Development Index. Thus, intra-regional analyzes reflect better the ranking of municipalities than the analyzes performed between municipalities in regions with very different levels of development. Theoretical survey dealt with issues related to gender development and inequality, social relations between men and women, and gender empowerment in the achievement of rights and opportunities for reducing differences. This work used as methodological procedures research of descriptive, quantitative and analytical nature. The methodology applied to this research was adapted from the work of Soares (2009) on IDS-gen and IDG. From the results found, it is highlighted that high HDI does not indicate a better condition in relation to social and gender development. And when analyzing the indexes at the municipal level, a very significant inequality between women and men was identified, especially when considering the indicators that make up the dimensions of each index, such as education, income, work, sanitation, economic participation and decision-making.

Key words: Social development, Gender development, South region of Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Municípios da Região Sul do Brasil.....	64
Figura 2 - Faixas do Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM.	71
Figura 3 - IDS-gen, mulheres - região Sul, 2010.	75
Figura 4 - IDS-gen, homens - região Sul, 2010.	76
Figura 5 - IDG, Mulheres - região Sul, 2010.....	89
Figura 6 - IDG, Homens - região Sul, 2010.	90
Figura 7 - Prefeitos eleitos em 2012, por sexo - região Sul.....	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese dos principais índices de gênero internacionais.....	60
Quadro 2 - Medidas de Desigualdade de Gênero - PNUD.....	62
Quadro 3 – Comparativo: HDI, GDI e GII.....	63
Quadro 4 - Dimensões do IDS-gen e do IDG.....	67
Quadro 5 – Faixas de Classificação dos Índices.....	70
Quadro 7 - Comparativo IDS-gen, IDG, IDHM – Unidade da Federação.....	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Prefeitos eleitos 2012 e 2016 – região Sul, por sexo.....	102
Gráfico 2 Vereadores eleitos 2012 e 2016 – região Sul, por sexo.	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Informações socioeconômicas - Região Sul do Brasil.....	65
Tabela 2 - Municípios da região Sul por faixa de classificação, IDS-gen, por sexo, 2010.	74
Tabela 3 Distribuição percentual de municípios por mesorregião do Paraná, IDS-gen, por sexo, 2010.....	77
Tabela 4 - Ranking dos 20 municípios do Paraná com melhor IDS-gen, por sexo, 2010.	78
Tabela 5 - Indicadores selecionados para o IDS-gen, por sexo – Paraná, 2010.	79
Tabela 6 Distribuição percentual de municípios de Santa Catarina, IDS-gen, por sexo, 2010.....	80
Tabela 7 - Ranking dos 20 municípios de Santa Catarina com melhor IDS-gen, por sexo.....	82
Tabela 8 - Indicadores selecionados para o IDS-gen, por sexo – Santa Catarina, 2010.	83
Tabela 9 Distribuição percentual de municípios do Rio Grande do Sul, IDS-gen, por sexo.....	84
Tabela 10 - Ranking dos 20 municípios do Rio Grande do Sul com melhor IDS-gen, por sexo, 2010.....	85
Tabela 11 - Indicadores selecionados para o IDS-gen, por sexo – Rio Grande do Sul, 2010.	86
Tabela 12 - Municípios da Região Sul por faixa de classificação, IDG, por sexo, 2010.	88
Tabela 13 Municípios por mesorregião do Paraná, IDG, por sexo.....	91
Tabela 14 - Ranking dos 20 municípios do Paraná com melhor IDG, por sexo, 2010.	92
Tabela 15 - Indicadores selecionados para o IDG do Paraná, por sexo, 2010.	93
Tabela 16 Municípios por mesorregião de Santa Catarina, IDG, por sexo, 2010.....	94
Tabela 17 - Ranking dos 20 municípios de Santa Catarina com melhor IDG, por sexo, 2010.....	95
Tabela 18 - Indicadores selecionados para o IDG de Santa Catarina, por sexo, 2010.	96

Tabela 19 Municípios por mesorregião do Rio Grande do Sul, IDG, por sexo, 2010.	97
Tabela 20 - Ranking dos 20 municípios do Rio Grande do Sul com melhor IDG, por sexo, 2010.....	98
Tabela 21 - Indicadores selecionados para o IDG do Rio Grande do Sul, por sexo, 2010.	99
Tabela 22 - Prefeitos eleitos em 2012, por sexo, região Sul.	100
Tabela 23 - Vereadores eleitos em 2012, por sexo, região Sul.....	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CNPM – Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
- CEPAL – Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina
- FJP – Fundação João Pinheiro
- GDI – *Gender Development Index*
- GEI – *Gender Equity Index*
- GGI – *Global Gender Gap Index*
- GII – *Gender Inequality Index*
- HDR – *Human Development Report*
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDG – Índice de Desenvolvimento de Gênero
- IDS-gen – Índice de Desenvolvimento Social
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- OECD – *Organization for Economic Development*
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- SIGI – *Social Institutions and Gender Index*
- SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
- SPSS – *Statistical Package for Social Science for Windows*
- TSE – Tribunal Superior Eleitoral
- WEOI – *Women's Economic Opportunity Index*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
1.1	OBJETIVO GERAL	19
1.1.1	Objetivos Específicos	19
1.2	HIPÓTESE	19
1.3	ESTRUTURA DE ESTUDO	20
2	DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DESIGUALDADE E GÊNERO	21
2.1	DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA	21
2.2	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UM OLHAR ALÉM DA RENDA	25
2.2.1	Capital Humano e renda	30
2.3	DESIGUALDADE DE GÊNERO.....	31
2.3.1	O que se entende por gênero?	31
2.3.2	Equidade de Gênero.....	38
2.3.3	Desigualdade de Gênero.....	41
3	FEMINISMO E EMPODERAMENTO.....	45
3.1	FEMINISMO E O DEBATE DE GÊNERO NO BRASIL.....	45
3.2	MERCADO DE TRABALHO X GÊNERO.....	49
3.2.1	Divisão Sexual do Trabalho: Lugar social da Mulher.....	51
3.3	EMPODERAMENTO E GÊNERO.....	55
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	59
4.1	ÍNDICES SINTÉTICOS VERSUS SISTEMA DE INDICADORES	59
4.1.1	Índices de gênero internacionais	59
4.1.2	Análise Comparativa da Desigualdade de Gênero Global.....	63
4.2	CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DE ESTUDO E BASE DE DADOS	64
4.3	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (IDS-GEN) E ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DE GÊNERO (IDG)	66
5	REGIÃO SUL: DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADE DE GÊNERO	72
	5.1IDS-GEN E IDG: ANÁLISE PARA AS UNIDADES FEDERATIVAS DO BRASIL	72

5.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (IDS-GEN).....	74
5.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DE GÊNERO (IDG).....	88
6 CONCLUSÃO.....	104
REFERÊNCIAS.....	109

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento e a desigualdade de gênero são temas complexos, uma vez que o desenvolvimento está relacionado com uma mudança social, enquanto que a desigualdade de gênero está associada a alguma forma de exclusão, seja social, política, econômica ou cultural. Os dois temas estão ao mesmo tempo implicados, pois o desenvolvimento impõe progressiva retração da desigualdade de gênero.

O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2012 afirma que são necessários melhores resultados no desenvolvimento e formulação de políticas para que haja maior equidade de gênero. Indica como áreas prioritárias, que as políticas devem ser voltadas para a redução de diferenças de gênero em capital humano; redução de lacunas de gênero em acesso a oportunidades econômicas, renda e produtividade; redução de diferenças de gênero na capacidade de tomada de decisão; a limitação da reprodução da desigualdade de gênero entre as gerações.

A despeito das políticas direcionadas para mulheres vem sendo implantadas tais como medidas que garantam sua autonomia financeira, por meio de capacitação profissional, e ampliação da licença maternidade de quatro meses para seis meses, estes são alguns dos exemplos das várias resoluções aprovadas durante a 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (3ª CNPM), ocorrida em meados dezembro de 2011, e ratificadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), ocorrida no início de fevereiro de 2012.

Essas ações que buscam promover a redução da desigualdade de gênero e os padrões de desigualdades parecem persistir apesar da existência de alguns avanços no processo de desenvolvimento tais como a garantia de direitos adquiridos para as mulheres a partir da própria Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, ações previstas no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) são orientados pelos seguintes princípios aprovados na I e II CNPM¹: igualdade e respeito à diversidade, equidade, autonomia das mulheres, laicidade do Estado, universalidade das políticas, justiça social, transparência dos atos públicos, participação e controle social (SPM, 2008). Desse modo, o que estes princípios

¹ Ocorridas em julho de 2004 e agosto de 2011, respectivamente.

buscam nortear é, portanto, que mulheres e homens devem ser livres para desenvolver suas capacidades individuais quanto à tomada de decisões, sem que esteja atrelada aos papéis atribuídos a um gênero.

Dessa forma compreende-se que a igualdade de gênero seja fundamental ao direito humano básico de vida sem privações e limitações, independente da condição de gênero, sendo, portanto, relevante para o melhor desempenho em termos de desenvolvimento humano e social para mulheres e homens, conforme destaca o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2012 (Banco Mundial, 2012

No Brasil, antes de promulgada a Constituição Federal de 1988, considerada o marco principal do avanço em igualdade de direitos entre homens e mulheres, persistiram valores e princípios discriminatórios de uma sociedade essencialmente patriarcal que era regida pelo Código Civil de 1916. Foi, portanto, a partir dos avanços legais instituídos pela Constituição Federal de 1988, que homens e mulheres obtiveram ganhos sociais em relação ao trabalho, propriedade da terra, previdência social, família e violência doméstica.

Além disso, definições constitucionais foram convertidas em leis importantes como: a Lei nº 8.069 de 13/07/1990 que trata do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei nº 8.971 de 29/12/1994 que trata da Lei do concubinato, a Lei nº 9.263/1996 que trata da Lei do Planejamento Familiar, a Lei 10.406 de 10/01/2002 que trata do Novo Código Civil brasileiro, e a Lei nº 10.741 de 01/10/2003 que trata do Estatuto do Idoso, com abrangência tanto para homens quanto para mulheres (ALVES e CAVENAGHI, 2013, p.85; LIMA et. al., 2015).

Apesar de ter havido alguns avanços sociais quanto à equidade de gênero em todo o mundo, o tema é ainda mais importante nos países em processo de desenvolvimento, especialmente quando se atenta para o fato de que a mulher, na condição de agente, possui influência na melhora, na qualidade de vida² e no desenvolvimento humano.

O relatório intitulado “Desenvolvimento Humano para Além das Médi­as” apontou que 56,7% das mulheres com mais de 18 anos têm o ensino fundamental completo comparado com 53% dos homens, e ainda, que as mulheres apresentaram renda média no trabalho 28% inferior a renda dos homens. O mesmo relatório

² Conforme prevê a Agenda 2030 para a sustentabilidade (ONU, 2015). Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em 02/02/2018.

apontou que, enquanto as mulheres recebiam em média, R\$ 1.059,30, os homens recebiam R\$ 1.470,73 no mesmo período. Essas informações evidenciam que apesar dos avanços, as desigualdades entre homens e mulheres persistem na sociedade brasileira (PNUD: IPEA: FJP, 2017, p.17).

Assim, estudos e adoção de estratégias de redução dessas desigualdades de gênero devem ser tratados com maior empenho, pois há muito tempo, o papel e a importância da mulher vem sendo negligenciados, sendo necessária a presença feminina no âmbito social, econômico e político (SEN, 2010).

A partir dos resultados oriundos das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres no Brasil, realizadas entre 2004 e 2016 foi elaborado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM³). O objetivo foi agregar as demandas advindas dos movimentos feministas existentes no país, tais como, atender as necessidades representativas das mulheres em relação ao acesso de qualidade à educação, saúde, melhores condições de trabalho e rendimento, combate à violência contra a mulher, maior representação política, além de combater toda e qualquer forma de discriminação (SIMÕES e MATOS, 2010, p. 18-19).

Dado o exposto, este trabalho discute a relação de mulheres e homens em torno do desenvolvimento social e do desenvolvimento de gênero, e as desigualdades existentes entre ambos nos municípios da região Sul do Brasil. Para esta análise, o estudo baseou-se no Índice de Desenvolvimento Social (IDS-gen) e Índice de Desenvolvimento de Gênero (IDG) de Soares (2009). Os índices foram calculados para os 1.191 municípios da Região Sul. As fontes de dados utilizados para esta pesquisa foram: microdados do Censo Demográfico 2010 do IBGE, e informações das Eleições Municipais de 2012 e 2016 do Tribunal Eleitoral Superior (TSE).

Dados do Relatório do Desenvolvimento Humano de 2016 apontaram que dos 20 países com índice de desenvolvimento humano muito elevado foram de países que ostentaram as melhores posições em relação ao Índice de Desenvolvimento de Gênero (Gender Development Index – GDI) e ao Índice de Desigualdade de Gênero (Gender Inequality Index – GII). O trabalho de Soares

³ Foram realizadas quatro Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (CNPM), sendo a 1ª ocorrida em Julho/2004, a 2ª em Agosto/2007, a 3ª em Dezembro/2011, e a 4ª em Maio/2016. Mais informações disponíveis em: <http://www.spm.gov.br/4cnpm/>. Acesso em 17/05/2017.

(2009) analisou o comportamento do desenvolvimento social e do desenvolvimento de gênero, tendo sido realizado por Unidade da Federação para os anos de 2001, 2004 e 2008. Em sua pesquisa apontou por meio de ranking que os estados do Sul do Brasil apresentaram melhor desempenho em torno do desenvolvimento social e de gênero, e ainda, menor desigualdade entre mulheres e homens.

Nesse sentido, o ranking por Unidade da Federação mais o Distrito Federal em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) para o ano de 2010 indica que os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul ocupam as posições, 3º, 5º e 6º, respectivamente, estão entre os estados com melhor índice (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013). Cabe ressaltar que as análises intra regionais refletem melhor o ranking dos municípios do que as análises realizadas entre municípios de regiões com nível de desenvolvimento muito diferente. Desse modo, a questão aqui posta foi: Como estão refletidos os paradigmas de desenvolvimento social e desenvolvimento de gênero nos municípios da região Sul do Brasil?

1.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral deste trabalho foi analisar as diferenças em relação ao desenvolvimento social e o desenvolvimento de gênero nos municípios da região Sul do Brasil.

1.1.1 Objetivos Específicos

- a) Discutir os conceitos de desenvolvimento e desigualdade de gênero e a relação com o empoderamento.
- b) Identificar e analisar em quais dimensões ocorre maior desigualdade entre mulheres e homens.
- c) Analisar o desenvolvimento social e de gênero e as desigualdades existentes em perspectiva regional

1.2 HIPÓTESE

Na proposta de pesquisa, parte-se da hipótese de que um elevado índice de desenvolvimento humano refletirá num melhor desempenho quanto ao desenvolvimento social e desenvolvimento de gênero.

1.3 ESTRUTURA DE ESTUDO

Este trabalho está organizado em quatro capítulos além desta introdução, que apresenta o problema de pesquisa, a justificativa, objetivo geral, objetivos específicos e hipótese. O referencial teórico está apresentado nos capítulos 2 e 3. O capítulo 2 trata do desenvolvimento social, desenvolvimento econômico e desigualdade e gênero. O capítulo 3 faz uma discussão sobre o Feminismo e o debate de gênero no Brasil e a importância do empoderamento e gênero. O capítulo 4 exibe os procedimentos metodológicos adotados para a execução desta pesquisa. No capítulo 5 são apresentados os resultados e análises do desenvolvimento e desigualdade de gênero da Região Sul do Brasil, encerrando com as conclusões.

2 DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DESIGUALDADE E GÊNERO

Este capítulo aborda a temática do desenvolvimento social e do desenvolvimento econômico intimamente ligados à desigualdade de gênero. Esta discussão se faz necessária, pois, na medida em que a desigualdade de gênero insiste e/ou persiste, esta torna-se um importante indicador do quão desenvolvido seja um país, um estado ou município. Fundamentalmente esta pesquisa está sustentada no pensamento teórico de Amartya Sen quanto à expansão das liberdades individuais, bem como no alcance das qualidades pessoais, por meio do capital humano, importantes na capacidade de mudança social.

A partir da relação entre o desenvolvimento social e desenvolvimento econômico discute-se a ideia de um olhar além da renda. Em seguida são abordados conceitos sensíveis ao gênero, como desigualdade, igualdade, e equidade.

2.1 DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

No âmbito da evolução da ciência econômica, as discussões em torno do desenvolvimento econômico sofreram modificações em sua leitura conceitual, ou seja, sua compreensão passou por mudanças ao longo do tempo, bem como a ideia de como uma nação poderia atingi-lo.

No pensamento dos economistas clássicos, como Adam Smith e David Ricardo o desenvolvimento econômico estava diretamente ligado ao processo de crescimento, com destaque para a produção. Em sua obra mais importante, o livro “A Riqueza das Nações”, publicado em 1776, Adam Smith aponta que a riqueza de uma nação é constituída a partir do trabalho produtivo, pelo aumento dos investimentos em capital produtivo, a especialização da mão-de-obra e a divisão do trabalho. No pensamento de Smith, o interesse coletivo seria oriundo das ações individuais privadas, pois ao alcançar o interesse próprio, e, de forma indireta

atenderiam os interesses da coletividade pelo que chamava de “mão invisível” do mercado. Nesse sentido, a ideia da “mão invisível defendida por Adam Smith pautava-se na importância da liberdade econômica para o alcance do bem-estar social e para o desenvolvimento de uma nação.

David Ricardo em sua obra “Princípios de Economia Política e Tributação”, publicada em 1817, teve como questão central o crescimento econômico, em que defendia a concentração de renda em benefício dos capitalistas, que eram os responsáveis pela acumulação de capital, considerado fator determinante para o crescimento econômico, na geração de emprego e renda. Em sua teoria da renda da terra, Ricardo criticava as elites agrárias que se apropriavam da renda e do arrendamento das terras, o que reduzia investimentos produtivos e o crescimento da economia. Ricardo propunha que a elite agrária pagasse uma carga tributária mais elevada por ser improdutiva e ao mesmo tempo beneficiar-se da renda e do aluguel produzidos pela terra. Havia, no pensamento de David Ricardo o foco central no crescimento da economia, e não no processo de desenvolvimento.

Outro importante autor clássico da literatura econômica, Karl Marx, também aborda o termo desenvolvimento econômico em sua teoria. Marx que criou seu próprio método de trabalho através do que denominou materialismo histórico e dialético. O materialismo histórico entendido por Marx foi resultado de múltiplas determinações, em que não se limitava ao determinismo econômico, ou seja, o determinante era a própria história da realidade e das ações humanas. O processo histórico foi expresso por Marx nos conceitos modo de produção e luta de classes ocorridas na Inglaterra durante a Revolução Industrial. O ponto central da teoria marxista era que a lógica capitalista decorrente do crescimento da produção, era puramente motivada pela maximização dos lucros sem o interesse ampliado para a sociedade. A exploração da força de trabalho pela lógica capitalista propiciava o aumento da chamada mais valia que por sua vez promovia aumento e expansão do capital e do capitalismo propriamente dito.

O capitalismo na visão de Marx promoveu o aumento da produção por meio do emprego de novas tecnologias oriundas da Revolução Industrial, mas, ao mesmo tempo, esse cenário estabeleceu forte concentração de riqueza para a classe burguesa detentora dos meios de produção e do capital, e não trouxe melhoria na qualidade de vida e no bem-estar da classe operária. Para Marx, o desenvolvimento econômico é cíclico e vem acompanhado de conflitos contraditórios e distributivos,

pois ao mesmo tempo que a ampliação do capital seja fruto do aumento dos meios de produção e da chamada mais valia, esse resultado não favorece os trabalhadores.

Nesse sentido, Lewis (1960) aponta o crescimento econômico importante para se alcançar o desenvolvimento, pois acredita que uma maior liberdade de escolha seja possível escolher entre ter mais tempo para o lazer ou maior acesso a bens e serviços. Ao passo que, em sua visão, o excessivo interesse materialista e individualista possam resultar no aumento da desigualdade e das possibilidades de escolha entre os indivíduos, sendo que a única forma de retrainar essa desigualdade seria a intervenção das instituições e do estado.

Na América Latina, as discussões em torno do desenvolvimento surgem com maior expressão por meio da Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina (CEPAL), em defesa do desenvolvimento econômico da região. Os autores cepalinos criticavam diretamente a Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo que defendia que à América Latina cabia o dever de produzir tão somente produtos agrícolas e matérias primas com baixo nível e emprego de tecnologias, para atender os interesses do mercado externo. Na visão cepalina, essa relação acarretava uma condição desigual entre países ditos subdesenvolvidos da América Latina com as nações ditas desenvolvidas.

Em função disso, Prebisch (1957) argumentava que a industrialização da América Latina era fundamental para fortalecer o mercado interno e que era necessário por meio do processo de substituição de importações, pela entrada de capital externo e incrementos estatais para a infraestrutura básica. Acreditava que esse processo de reestruturação das economias latino-americanas seria um desenvolvimento social.

No Brasil, as ideias cepalinas centravam-se principalmente no processo de industrialização por substituição de importações. Ao passo que, as principais correntes de pensamento econômico brasileiro discutiam relações políticas desenvolvimentistas em função do processo de industrialização tendo o Estado atuando na economia. A estratégia era de crescimento econômico e nas relações com o setor externo, sendo que a política de desenvolvimento, bem como a melhora na qualidade de vida seria uma consequência e não uma meta (VIEIRA e SANTOS, 2012).

Nessa perspectiva desenvolvimentista em favor do setor empresarial, Simonsen (1973) argumentava que o desenvolvimento econômico seria conquistado por meio de uma maior participação do Estado na economia. O autor defendia o protecionismo econômico, linhas de crédito barato, a substituição de importações, e ainda, que o Estado deveria intervir em áreas do setor privado como energia, siderurgia, petróleo e material bélico.

Seguindo a linha de pensamento cepalina, Furtado também defendia maior participação do Estado na economia, por meio de empresas estatais, principalmente no setor de infraestrutura. Furtado (1961) apresenta uma racionalidade vinculada à aceleração de obtenção do lucro (a sistematização e incorporação de novas tecnologias), ou seja, a sobrevivência da empresa elencada à sua lucratividade. Para Furtado (1961) o desenvolvimento seria o resultado das relações de trocas iniciadas na revolução industrial, que resultariam numa periferia subdesenvolvida e dependente. Defendia, portanto, a atuação do Estado diretamente no setor produtivo da economia com o intuito de melhorar a distribuição regional e setorial, com mais investimento e melhor distribuição de renda.

Para Furtado (1968) o desenvolvimento representa a superação do crescimento, de modo que o crescimento exprime a expansão da produção dentro de uma conjuntura econômica (por exemplo, o aumento da produção têxtil, quando adicionada uma nova condição técnica e tecnológica ao processo produtivo, ou seja, aumento do volume físico da produção). O desenvolvimento, por sua vez, representaria mudanças estruturais na forma como se distribui e se utiliza a renda.

Sob uma perspectiva histórico-estrutural, Furtado (2000), aponta que o conceito de desenvolvimento apresenta dois sentidos distintos: 1) a evolução de um sistema social de produção mediante a acumulação e o progresso das técnicas, elevando a produtividade da força do trabalho e; 2) trata do grau de satisfação das necessidades humanas (alimentação, vestuário, saúde, habitação e etc.). Ressalta ainda, que o desenvolvimento apresenta três dimensões: 1) o incremento da eficácia do sistema social de produção; 2) a satisfação de necessidades básicas da população; 3) e a aquisição de objetivos desejados por grupos dominantes de uma sociedade que competem na utilização de recursos.

Nesse sentido, Furtado (1964) entende o desenvolvimento econômico como:

Um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas (FURTADO, 1964, p. 27).

Desse modo, compreende-se que na visão de Furtado, a trajetória conceitual do desenvolvimento evoluiu a partir de uma preocupação inicial com a ampliação da renda e da produção, tendo como resultado o crescimento da atividade econômica, à intervenção do Estado no setor econômico, de forma que o desenvolvimento ocorreria como consequência.

O pensamento de Celso Furtado pautava-se no crescimento econômico obtido com a atuação do Estado no sentido de propiciar o desenvolvimento econômico, já que o aumento da riqueza permitiria o atendimento de necessidades preexistentes ou criadas pela própria mudança. Essa perspectiva posta por Furtado em relação a desenvolvimento confere um importante posicionamento quanto ao crescimento do produto e da renda, e, contemporaneamente vem se ampliando as discussões em torno de uma concepção de desenvolvimento para além da renda.

Da mesma forma, Todaro e Smith (2009) apresentam o desenvolvimento como um processo no qual há a melhoria da qualidade de todas as vidas humanas, bem como de suas capacidades, sua autoestima e liberdade. Para eles, este conceito representa uma extensão da economia tradicional e da política econômica, centrando-se na perspectiva de formulação de políticas públicas voltadas para as transformações sociais, econômicas e institucionais da sociedade.

2.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UM OLHAR ALÉM DA RENDA

As discussões contemporâneas mais recentes sob o enfoque do desenvolvimento visto sob um olhar além da renda ganham maior expressão a partir das considerações de Amartya Sen. O autor argumenta que além da renda e do crescimento de produto deve-se considerar as oportunidades, liberdades e as necessidades dos indivíduos.

Para Sen, ao crescimento do produto deve-se associar uma série de outras questões, que podem exigir ou demandar uma atuação mais dinâmica do Estado, tais como o acesso a serviços, educação, saúde, políticas de promoção social,

políticas de combate ao trabalho infantil e/ou precário e escravo, participação política da sociedade, bem como capacidades e liberdade de escolha de fato. O desenvolvimento só será possível a partir da remoção de fontes de privação, e para isto exige maior atuação do Estado.

É no bojo de tal discussão que, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que é uma das agências da ONU (Organização das Nações Unidas), atuante em 166 países, introduziu a partir de 1990 o conceito de desenvolvimento humano com a finalidade de expandir as políticas públicas para a esfera humana, de modo a promover e ampliar as escolhas e oportunidades individualmente. Ou seja, trazer centralidade ao ser humano, com o propósito de que este se desenvolva, a fim de que o crescimento intelectual traga consigo liberdade política, oportunidades sociais e facilidades econômicas, retirando o foco, portanto do conceito de acumulação de riquezas.

Sen (2010), aponta que o desenvolvimento deva estar relacionado com a melhora de vida dos indivíduos e de suas liberdades. Neste sentido defende que:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos... [...] O mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas - talvez mesmo à maioria. (SEN, 2010, 16-17)

Sen (2010) destaca que as liberdades não são apenas os fins essenciais do desenvolvimento, mas, também, os meios principais, e apresenta cinco tipos de liberdade: 1) liberdades políticas (liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica; 2) oportunidades sociais (acesso a serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica; 3) facilidades econômicas (participação no comércio e na produção) geram abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais; 4) garantias de transparência; e 5) segurança protetora.

Cabe destacar que os tipos de liberdade apresentados por Sen, são importantes meios para o desenvolvimento, ou seja, a medida que são alcançados, o indivíduo antes privado desse bem passa a ser livre por conquistar um direito. Esse pensamento é válido para a conquista de direitos políticos, acesso à educação e saúde, participação econômica e igualdade de direitos. A partir do momento que

se alcança um direito, o indivíduo torna-se, então, livre para fazer suas escolhas, e o desenvolvimento acontece pela expansão das liberdades individuais e coletivas.

A partir da discussão de privação de liberdades colocada por Amartya Sen, por considerar que a privação de liberdades advém de oportunidades ou processos inadequados das pessoas, Staduto (2015, p.80) entende que, “a visão de liberdade considera tanto os processos que permitem a liberdade de ações e decisões como de oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as circunstâncias pessoais e sociais”.

Os indivíduos devem ter a liberdade de participar de escolhas sociais e políticas, e ter acesso a oportunidades econômicas. As formas de privação de liberdade apontadas por Sen (2010), são fomes coletivas que ocorrem em determinadas regiões, privando a liberdade básica de sobrevivência; carência de acesso a serviços de saúde, educação, emprego remunerado; desigualdades entre mulheres e homens que restringe as liberdades substantivas para o sexo feminino. Então,

Ter liberdade não é apenas a base da avaliação de êxito e fracasso, mas também um determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social. Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento (SEN, 2010, p.33)

Para Sen (2010), os fins e os meios do desenvolvimento estão relacionados com a expansão da liberdade, que é considerada (1) o *fim* primordial e (2) o principal *meio* do desenvolvimento, isto é, por sua importância no enriquecimento e na valorização da vida humana, ao evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política, liberdade de expressão etc. Desse modo entende que:

A ideia básica de que a expansão da liberdade humana é tanto o principal fim como o principal meio do desenvolvimento. O objetivo do desenvolvimento relaciona-se à avaliação das liberdades reais desfrutadas pelas pessoas. As capacidades individuais dependem crucialmente, entre outras coisas, de disposições econômicas, sociais e políticas. Os *fins* e os *meios* do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco (SEN, 2010, pp.76-77).

Sendo assim, compreende-se que as políticas públicas devem promover o aumento das capacidades humanas e das liberdades, e podem funcionar por meio da promoção dos diferentes tipos de liberdades desde que estejam inter-relacionadas, desse modo, contribuem para a expansão da liberdade humana e para a promoção do desenvolvimento, pois permite que as pessoas possam viver livremente, sem serem excluídas.

Amartya Sen não desconsidera a importância dos fatores econômicos, como o aumento do Produto Nacional Bruto, mas demonstra que a partir do instante que os governos se voltam para disposições sociais, como saúde pública e educação básica, o desenvolvimento econômico é claramente percebido. Em sua concepção, estes incidirão sobre o aspecto da renda, e esta reforçará a atenção aos sociais, tornando-se um círculo virtuoso de crescimento/desenvolvimento.

Para Sen (2010), a liberdade é central para o processo de desenvolvimento por duas razões: 1) a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se se houve aumento das liberdades das pessoas; 2) a razão da eficácia – a realização do desenvolvimento depende da livre condição de agente das pessoas. Dessa forma, para ele, as liberdades não são apenas os fins essenciais do desenvolvimento, mas também os meios principais.

A perspectiva de liberdade e expansão das capacidades é central para se atingir e reconhecer o desenvolvimento. O reconhecimento e a avaliação do desenvolvimento é feito mediante a verificação da ampliação das liberdades. A eficácia é constatada a partir da verificação da prática de liberdade das pessoas, ou seja, da sua livre condição de agentes. Que, enquanto tais ao exercerem suas liberdades contribuirão para a manutenção do desenvolvimento.

É nesse sentido que Sen (2010) reforça que as mulheres na condição de agente tenham papel ativo de mudanças para conquistar melhora em seu bem-estar, e não mais como receptoras passivas. Afirma que essa condição pode promover transformações sociais mais dinâmicas podendo mudar a vida de homens e mulheres. Entretanto, o autor aponta que qualquer mudança no sentido de minimizar desigualdades deve partir também do interesse das mulheres. Os movimentos feministas trouxeram à tona demandas sociais como justiça social e justiça para as mulheres. A exemplo disso Sen (2010) argumenta que:

[...] fortalecer a voz ativa e a condição de agente das mulheres – por meio da independência e do ganho de poder. Por exemplo: trabalhar fora de casa e auferir uma renda independente tende a produzir um impacto claro sobre a melhora da posição social da mulher em sua casa e na sociedade. Sua contribuição para a prosperidade da família, nesse caso, é mais visível, e a mulher também ganha mais voz ativa, pois depende menos dos outros (SEN, 2010, p. 249).

A partir do momento que a mulher então passa a ter maior participação na renda da família aumentando assim sua eficácia na condição de agente, esta passa a buscar por conhecimento e qualificação. E a posse de bens, seja financeiros ou intelectuais torna a mulher capaz de participar das decisões no âmbito familiar. É o que Sen (2010) entende como poder feminino, no sentido de reconhecer sua independência econômica e emancipação social.

O desenvolvimento para Amartya Sen deve estar relacionado à melhoria de vida das pessoas e de suas liberdades individuais e coletivas. Nesse contexto, encontra-se destaque ao apontar a importância em ter clareza na relação entre os *meios* e *fins* nas teorias de capital humano ou desenvolvimento dos recursos humanos, na qual o bem-estar, a qualidade de vida e a plena satisfação do ser, são tratadas como um *meio* para o crescimento econômico, por meio do qual se atinge o desenvolvimento.

Pela ideia de *capabilities*⁴ defendida por Sen (2010), a abordagem de capital humano pode abranger consequências tanto diretas (valorização do que de fato afeta a vida dos indivíduos), quanto indiretas (valores que contribuem para a produção e manutenção do mercado, como a educação, por exemplo), de modo a contribuir para o crescimento econômico e na capacidade de mudança social.

Desse modo compreende-se que, para Amartya Sen, o verdadeiro desenvolvimento é aquele que promove a liberdade de homens e mulheres, e traz a expansão de oportunidades, sendo fundamental para manter o ciclo do desenvolvimento econômico, pois, desta forma, cria circunstâncias favoráveis à qualidade de vida e ao desenvolvimento humano. Inclusive, ressalta que a grande limitação da economia é não dispensar às liberdades humanas a importância devida.

⁴ De acordo com Amartya Sen (2010), *capabilities* (capacidades) significa a capacidade de uma pessoa para fazer coisas que ela tem razão para valorizar.

2.2.1 Capital Humano e renda

A Teoria do Capital Humano surge como importante corrente de pensamento para explicar o fenômeno da desigualdade entre nações, economias, indivíduos ou grupos sociais. O capital humano é entendido como um fator de produção relacionado à produtividade e o capital físico e como diferencial da renda e do crescimento das nações (CANGUSSU *et. al.*, 2010).

Foi desenvolvida na década de 1960 e teve como principais expoentes os economistas Theodore W. Schultz e Gary Becker. A teoria do capital humano fundamenta-se basicamente na teoria marginalista e aos princípios que regem o utilitarismo, ou seja, na busca pela máxima utilidade e satisfação do indivíduo (SANTOS, 2008).

Para Schultz (1973), o capital humano é um investimento em conhecimento que é adquirido ao longo do tempo, pelo qual um indivíduo ou uma nação dispõem recursos na expectativa de obterem retornos adicionais futuros. Em seus estudos, Schultz incorporou o capital humano na função de produção da teoria marginalista para explicar as diferenças existentes quanto ao desenvolvimento de países. Nesse sentido, aqueles países que possuem maior investimento em capital humano apresentam maior condição de desenvolvimento, e os indivíduos, melhores oportunidades de rendimento.

Ao investir em educação, os indivíduos tornam-se melhor preparados, capacitados e instruídos, e ampliam suas as oportunidades e escolhas diante de um mercado de trabalho competitivo. O fator capital humano é composto por adicional em conhecimentos, habilidades, atitudes e valores. É nesse sentido que abordagem de Schultz se fundamenta numa análise comparativa entre países utilizando-se do PIB (Produto Interno Bruto) como medida de desenvolvimento econômico e a escolaridade como medida de capital humano.

Schultz (1962) aponta para a necessidade de países pobres e subdesenvolvidos de direcionarem mais investimentos e atenção em tecnologia e qualificação profissional. Em sua percepção, a medida que há aumento da renda familiar, ocorre também um aumento da demanda por educação, pois as famílias adquirem maior importância dada à formação educacional. Outro fator representativo nesse processo é o avanço tecnológico que, por sua vez, demanda maior

complexidade produtiva exigindo pessoas mais qualificadas e preparadas para atuar nesse mercado.

Desse modo, Becker (1964) ao analisar a relação custo-benefício das atividades que aumentam a produtividade, ou seja, ao investir em educação ocorrerá crescimento econômico, melhoria na remuneração e na saúde dos indivíduos. Defende a importância do papel do Estado atuando em favor da educação de qualidade e acessível a toda a população.

De acordo com o pensamento de Becker, o capital é composto por elementos como capital físico, capital humano e o capital tecnológico definidos com investimentos em máquinas, equipamentos, pesquisa, educação e saúde. Para Becker (1964), o capital humano de cada indivíduo está relacionado com o capital pessoal e o capital social, sendo este último a busca por capital imaginação, onde as pessoas ao buscarem pela maximização de um valor de utilidade futura, exigem, dispêndio de tempo, o que acarreta o desejo/intenção de rendimentos psicológicos.

Essa discussão em torno dos investimentos em capital humano aponta para uma reflexão das desigualdades existentes entre homens e mulheres quanto ao rendimento e a escolaridade. Questiona-se a existência de diferenças salariais entre mulheres e homens ao alcançar maior nível de escolaridade. O item a seguir vai tratar de uma breve discussão teórica sobre conceitos de desenvolvimento sensíveis ao gênero, equidade, paridade relevantes para a questão da desigualdade.

2.3 DESIGUALDADE DE GÊNERO

O debate sobre questões relevantes à igualdade de gênero apesar de não ser recente na literatura, vem ganhando cada vez mais espaço e notoriedade nas discussões de âmbito político, social e acadêmico. Esta seção apresenta uma revisão teórica a respeito de conceitos de desenvolvimento sensíveis ao gênero, a questão da equidade, paridade, desenvolvimento e desigualdade de gênero.

2.3.1 O que se entende por gênero?

Do ponto de vista social, o conceito de gênero ainda é novo, desenvolvido a partir do movimento feminista, enquanto que as relações de gênero possui raízes

mais antigas e anteriores ao movimento feminista. Antes do movimento feminista as relações de gênero estavam atreladas aos aspectos relativos à sexualidade e às características biológicas de homens e mulheres (SANTOS, 2006).

A condição de inferioridade dada à mulher apoiava-se numa explicação puramente biológica, em que o sexo feminino seria o ser “frágil” e o masculino, o “ser forte”. Atribuía-se a mulher as responsabilidades domésticas da casa e a criação dos filhos, enquanto que ao homem, cabia a função de provedor da família. A identidade biológica atribuída a homens e mulheres, depreciava a condição das mulheres (SANTOS, 2007).

No âmbito familiar, mesmo antes de nascer, características e expectativas são criadas para o novo indivíduo em formação, por meio da própria pergunta anunciada: É menino ou menina? Pelos brinquedos e brincadeiras, e até a profissão que seguirá, já passa a ser padronizada. Deste modo, as oportunidades de vida já são suspostamente pré-determinadas pelos que o esperam. No imaginário familiar, já é um ser frágil ou viril, ou seja, mais do que uma identidade, o gênero deste novo ser estará imerso num emaranhado de relações sociais, políticas, econômicas e principalmente psicológicas entre homens e mulheres (SARAT; CAMPOS, 2008 p.4).

Em 1973, o filósofo *Ponlain de la Barre* se contrapõe aos defensores da inferioridade feminina. Sua perspectiva era resumida no princípio da desigualdade entre sexos não sendo esta resultado das desigualdades biológicas, mas, sim, das desigualdades sociais e políticas impostas às mulheres (SANTOS, 2007).

As atitudes e ações das pessoas para Heilborn (1999), se diferenciam através do sexo e variam de sociedade para sociedade, de tempos em tempos:

O comportamento esperado de uma pessoa de um determinado sexo é produto das convenções sociais acerca do gênero em um contexto social específico. E mais, essas ideias acerca do que se espera de homens e mulheres são produzidas relacionalmente; isto é: quando se fala em identidades socialmente construídas, o discurso sociológico/antropológico está enfatizando que a atribuição de papéis e identidades para ambos os sexos forma um sistema simbolicamente concatenado (HEILBORN, 1999, p. 9).

Bruschini (1998) compreende que o conceito de gênero seja apresentado como um princípio que modifica as diferenças biológicas entre os sexos, moldando a sociedade de forma desigual nas relações entre homens e mulheres, usando “gênero” para as referências de ordem social e “sexo” para ordem biológica.

Assim o processo de construção da condição humana como gênero, nada mais foi do que a legitimação das desigualdades. Partindo da lógica que os lugares e as condições sociais são resultado de produções históricas, as mesmas estão suscetíveis às variações temporais, não podendo assim ser entendidas como naturais ou como produtos acabados. O tempo não é imutável, são histórias construídas, e como tal, assim como a divisão sexual também é uma intervenção histórica, ou melhor, uma intervenção social (SANTOS, 2006).

A condição desigual da mulher se manteve com grande força até o limiar do capitalismo industrial. Para Saffioti (1979), o desenvolvimento industrial e urbano que se concentrou nas cidades trouxe muitos problemas sociais, dentre os quais evidenciou-se ainda mais a desigualdade com que a força de trabalho feminina era vista como inferior à masculina.

No contexto posto pelo desenvolvimento da indústria, quando a força de trabalho feminina é considerada inferior à masculina é, então, construído o conceito de gênero enquanto uma categoria social, que transforma o cotidiano das pessoas, tornando-se parte de um grupo socialmente invisível. Há que se considerar que a baixa participação de mulheres ocupando cargos de chefia ou direção, cargos políticos decisórios, ou com a mesma remuneração que a de homens ao desempenhar a mesma função são exemplos de mulheres em condições sociais de invisibilidade.

Como aponta Scott (1995), o desenvolvimento do conceito de gênero enquanto categoria social é respaldada em distintas posições teóricas, tais como: 1) uma tentativa mais feminista para entender a origem do patriarcado; 2) numa tradição marxista; 3) a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito.

Para Scott, a teoria do patriarcado não mostra como a desigualdade de gênero estrutura outras desigualdades (sociais, econômicas, políticas). E aponta que a tradição marxista está presa à causalidade econômica, indicando uma tendência a considerar o gênero um subproduto de estruturas econômicas cambiantes. Em sua análise, a subordinação imposta pelo patriarcado é explicada pela necessidade masculina de dominação das mulheres.

Scott (1995) ressalta que o gênero compreende quatro aspectos que se inter-relacionam:

- (a) Os símbolos culturalmente disponíveis, com evocação de representações simbólicas;
- (b) Os conceitos normativos expressos em doutrinas jurídicas, religiosas e outras, que interpretam os significados dos símbolos;
- (c) Uma concepção de política com referência às instituições e à organização social; e
- (d) A identidade subjetiva.

Nesta definição proposta por Scott (1995), o gênero constitui um elemento constitutivo das relações sociais fundado sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. Considera ser o gênero, uma dimensão das relações de poder entre homens e mulheres que se foi construindo ao longo dos diferentes períodos históricos nas sociedades, como um campo organizado de valores, normas, símbolos e representações que, de forma hierárquica, dá as dimensões do masculino e do feminino.

Saffioti (2004a), entende que gênero reúne um conjunto de características socioculturais atribuídas às pessoas de forma diferenciada de acordo com o sexo e que variam através da história por meio de papéis que a sociedade atribui a cada um do que considera “masculino” ou “feminino”. E explica que, se trata de um conceito aberto e se constitui como argumento para críticas, baseadas na dominação e exploração das mulheres pelos homens (patriarcado). De fato, o gênero dá legitimidade as relações de poder, trazendo consigo, um tipo de valorização social e política diferenciada.

Na percepção de Pena *et al.* (2005), gênero pode ser entendido como uma maneira de olhar a realidade da vida (sob a ótica das mulheres e dos homens) compreendendo as relações sociais bem como as relações de poder entre homens e mulheres, entre mulheres e mulheres, e entre homens e homens, incluindo impactos sobre homens e mulheres, pelas diferentes experiências, preferências, necessidades, oportunidade e restrições, que confrontam a todos em virtude de seus papéis socialmente edificados e vivenciados.

No sentido biológico, Ferreira (2010) afirma que o gênero serve apenas para classificar os seres humanos como machos ou fêmeas. Já no sentido da construção social, agrega-se a identidade de gênero (masculino e feminino), de forma que

depende de cada cultura. Ressalta ainda que, não se pode reduzir mulheres e homens apenas pelo caráter sexual, mas devem-se considerar as peculiaridades morais e comportamentais socialmente produzidos.

Silva e Santos (2009), apontam que as relações sociais de gênero estão diretamente articuladas a outras relações sociais e ao contexto econômico e político, possui um importante papel na definição das características e das tarefas direcionadas às mulheres e homens, sendo que o conjunto de relações sociais está presente na sociedade.

Gênero é compreendido como um meio de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana, da construção e das práticas sociais e comportamentais (MELO e SERRANO, 1997; SCOTT apud SOIHET, 1997).

Sobre a relevância do tema nas relações e transformações sociais, Lamas (1999) afirma que a produção do conceito de gênero constituiu uma das contribuições mais importantes da produção e da ação dos movimentos feministas em torno da reflexão e da transformação da vida das mulheres. Sendo assim, as posições de homens e mulheres na sociedade devem ser entendidas não apenas pelas diferenças físicas entre ambos, mas, sobretudo pelas relações de poder que, ao longo da história, foram constituídas em torno de diferentes contextos sociais, econômicos e políticos, e que passam por constantes mudanças, de acordo com as demandas e os interesses na redução de desigualdades.

Apesar dos avanços obtidos na estrutura jurídica, política, econômica, e em saúde e seguridade social, relacionadas à igualdade de gênero, ainda é necessário repensar as expectativas sociais a respeito dos papéis de gênero, para que mulheres e homens alcancem oportunidades asseguradas por políticas públicas sérias. Assim, Heilborn e Sorj (1999), apresentam o gênero como “unidade e diversidade e enquanto princípio de classificação que opera em outras instâncias do mundo social” (HEILBORN E SORJ, 1999, p. 20).

Pereira (2015, p.19) relaciona gênero ao desenvolvimento como “um conjunto de relações socioeconômicas e culturais entre pessoas de distinto sexo”. Indica a obra de Boserup (1970) como um marco dos distintos paradigmas científicos sobre gênero e desenvolvimento, por se tratar de abordagem recente. Boserup (1970) afirma que as mulheres são comumente ignoradas nas agendas ou projetos de desenvolvimento, ou são receptoras passivas, por serem tratadas como

grupo vulnerável. Critica ainda, que os projetos e programas de desenvolvimento não são direcionados para a valorização de suas potencialidades e de suas necessidades específicas, pois visam tão somente a transformação do meio urbano.

Quadros (2014) questiona a ausência de projetos de desenvolvimento que ressaltem o empoderamento das mulheres tendo como base as teorias feministas de transformação social. E aponta que esta ausência pode ser refletida em algumas condições de vida das mulheres, como o acesso à terra, propriedade, habitação, alimentação, educação, saúde, segurança ou trabalho, principalmente dos Contudo, direitos sexuais, que constitui um aspecto ainda mais problemático quanto à inclusão das mulheres em projetos de desenvolvimento.

Por considerar as relações sociais existentes na sociedade, Ridgeway e Smith-Lovin (1999) compreendem gênero como um sistema de práticas sociais já existentes em uma sociedade, em que as pessoas sejam diferentes, de modo socialmente significativo, organizando, portanto, as relações de desigualdade estejam baseadas em tais diferenças.

Scott (1995) evidencia o termo gênero como sendo um conceito socioeconômico atrelado às relações de poder. Visto dessa forma pode-se afirmar que o empoderamento tenha relação direta com o desenvolvimento de gênero no sentido de minimizar as desigualdades.

Pereira (2015) argumenta que além da distinção entre gênero e sexo, é importante definir os papéis de gênero e as funções que as pessoas de distintos sexos exercem na sociedade. Por sua vez, considera três tipos de papéis sociais:

- 1) Reprodutivo ou doméstico (afazeres domésticos, criação dos filhos, subsistência);
- 2) Produtivo ou mercantil (atividades secundárias e terciárias, e primárias de caráter comercial);
- 3) Comunitário (trabalhos para a comunidade ou sociedade).

Ao se considerar que à mulher cabe o trabalho reprodutivo, e ao homem o trabalho produtivo, característica do modelo patriarcal, deixa-se de considerar que, no entanto, a mulher pode acumular o triplo papel, ou seja, reprodutivo, produtivo e comunitário. Considera que, quando as relações de gênero são de desigualdade, estas, são funcionais, por estarem ligadas aos papéis de gênero. Além disso, a

autora ressalta que aos papéis de gênero mencionados acrescenta-se o “interesse” e as “necessidades” de gênero, sendo assim:

[...] “interesse” de gênero são os interesses que as mulheres e os homens podem ter em virtude de sua posição na sociedade como consequência de seu papel de gênero. Os interesses de gênero condicionam e determinam as “necessidades” de gênero, as quais são o elemento-chave para as análises de gênero em desenvolvimento[...] (FELDENSTEIN; POATS, 1990 apud PEREIRA, 2015, p.20).

Essa maneira de ver o gênero como uma divisão social, destaca a ideia de que as diferenças são predominantemente de origem social e estrutural, demonstrando que o homem possui mais autonomia e poder do que a mulher, sendo então ambos classificados como uma categoria, superior e inferior.

Conforme argumenta Rodriguez (2009), a economia feminista permite uma classificação do trabalho em termos produtivo e reprodutivo, com base na divisão sexual do trabalho, sendo:

O trabalho produtivo se refere àquele que gera mercadorias e renda, ou seja, é aquele destinado às trocas de mercado, e que tendo legitimação e valorização nesse mercado, é remunerado. O trabalho reprodutivo, por sua vez, é o conjunto das atividades que se realizam para o cuidado das pessoas e seu desenvolvimento, inclusive a “produção de produtores” ou reposição da força de trabalho (RODRIGUEZ, 2009, p. 33).

Madalozzo *et. al.* (2010), reiteram que as disparidades nas condições de trabalho entre homens e mulheres é explicada pelo fato de que as mulheres cumprem uma jornada dupla e/ou tripla de trabalho doméstico, ao passo que os homens destinam sua atenção e esforço principalmente para o mercado de trabalho, eximindo-se dos afazeres domésticos. Este contexto só se altera com a existência de filhos no ambiente familiar, o que implica em maior participação de horas tanto para homens quanto para mulheres.

É nessa perspectiva, que os estudos referentes à desigualdade e desenvolvimento de gênero se fazem cada vez mais presentes e urgentes. Sob esse enfoque Sen (2010) defende que gênero é uma área negligenciada nos estudos sobre o desenvolvimento, e para que haja expansão das liberdades, é necessário reconhecer o papel e a importância das mulheres no âmbito social, econômico e na participação política.

Alves e Cavenaghi (2013) adicionam que o empoderamento das mulheres, principalmente na conquista de direitos, está diretamente relacionado com o

desenvolvimento sendo fundamental para a redução da desigualdade entre homens e mulheres. O empoderamento pode ser entendido como um *meio* para alcançar um *fim*, no caso, o desenvolvimento, pela expansão das liberdades.

O ideário de justiça social deve respeitar a imparcialidade, independe de ser homem ou mulher, que devem ter os mesmos direitos, oportunidades e responsabilidades. O item a seguir vai tratar da equidade de gênero e sua compreensão como um exercício para o desenvolvimento humano.

2.3.2 Equidade de Gênero

Já há algum tempo, são verificadas várias tentativas de promover a equidade de gênero em diversos espaços sociais, incluindo nele o mercado de trabalho. Mesmo com todo o esforço despendido pelas diversas esferas governamentais e não governamentais, as desigualdades afetam muitos grupos, como deficientes, mulheres, negros, indígenas, homossexuais dentre outros.

Aristóteles (2007) trata da equidade em sua obra *Ética a Nicômaco*, como uma virtude e comparada a justiça, ressaltando que ambas são idênticas, quando designam “justo”, embora a equidade seja melhor. Não se pretende aqui igualar equidade a justiça legal, mas seguindo os caminhos de Aristóteles pode-se dizer, que a lei seria insuficiente pelo seu caráter universal, ao passo que a equidade, seria uma retificação desta, realmente equilibrando o resultado final.

Assim, equidade de gênero, seria, portanto, uma extensão do que se conhece por igualdade de gênero, ainda que não de uma forma específica (raça, classe, idade, etnia etc.).

Lagarde (1996) apresenta equidade como uma união de processos compostos por atitudes que reparam as lesões causadas pela desigualdade, seja para com as mulheres, ou por outro tipo de imposição caracterizada por maior ou menor medida. Ou seja, o ideal de equidade é caracterizado seminalmente, como o senso de imparcialidade, neutralidade, justiça e isenção a que cada um deve proceder com relação ao outro, reconhecendo a imparcialidade do direito de cada indivíduo e ainda sua intenção no modo de agir ou de opinar, em que há lisura, honestidade e igualdade. Sendo assim, o senso de equidade, deve garantir que os interesses, necessidade e as formas de percepção dos seres, terão o mesmo peso

nos espaços sociais ofertados a todos, mesmo que exerçam funções e responsabilidades diferentes.

Para Assessoria Especial em Questões de Gênero e Avanço da Mulher das Nações Unidas, a igualdade entre mulheres e homens tem um aspecto tanto quantitativo como qualitativo. O aspecto quantitativo refere-se ao desejo de alcançar uma representação equitativa das mulheres - aumento do equilíbrio e da paridade, enquanto o aspecto qualitativo refere-se à obtenção de uma influência eqüitativa sobre o estabelecimento de prioridades e resultados de desenvolvimento para mulheres e homens (ONU, 2001).

A ONU mulheres defende que como compensação histórica, em que as mulheres viveram em desvantagem em relação aos homens, a equidade deve acompanhar o contexto de desenvolvimento no sentido de que:

... as mulheres e os homens sejam tratados de forma justa de acordo com as respectivas necessidades e privilégios. O tratamento pode ser igual ou diferenciado, entretanto considerado equivalente em termos de direitos, benefícios, obrigações e oportunidades (ONU Mulheres, 2016, p. 21).

A fim de promover esta imparcialidade, há que se tomar medidas para compensar, como visto anteriormente, as desvantagens históricas e sociais que impedem que as mulheres e os homens desfrutem de oportunidades iguais. Para que de fato a equidade leve à igualdade.

Porém, a realidade é inversa, como afirma Saraceno (1995, p. 213):

[...] a desigualdade de gênero em relação aos direitos de cidadania é radicalmente diversa, pela origem e modo de construção, da desigualdade de classe, em relação a qual os direitos sociais foram originalmente desenvolvidos.

Fischer (2001. p. 02), em sua obra, apresenta que nos mais remotos estudos, já se encontravam citações de inferioridade e desvalorização da figura feminina,

Platão em seu V livro A República, desenhava a mulher como reencarnação dos homens covardes e injustos. Aristóteles em A História Animalium, afirmava que a mulher é fêmea em virtude de certas características: é mais vulnerável a piedade, chora com mais facilidade, é mais afeita à inveja, à lamúria, à injúria, tem menos pudor e menos ambição, é menos digna de confiança, é mais encabulada (FISCHER, 2001, p. 02)

Encontra-se em arquivos do Programa da União Européia de Apoio aos Atores não estatais (EU-PAANE) de 2015, que a luta das mulheres está baseada em eliminar desde estereótipos a preconceitos, e esse programa, ganha cada vez mais aliados, todos a favor de fomentar melhores condições financeiras e econômicas por meio da união entre o homem e a mulher dentro e fora do lar.

A participação da mulher no mercado de trabalho está diretamente ligada à relação entre filhos e engajamento social e político. Assim,

[...] é difícil pensar numa cidadania “igual” quando alguém que, por definição, é titular de deveres de assistência e alguém que, inversamente, é titular de direitos de assistência para si e para os seus (SARACENO, 1995, p. 208).

Em muitas situações, no momento da entrevista de emprego, a maternidade, por exemplo, ainda gera grande impacto na inserção do sexo feminino no mercado de trabalho. Nesta decisão, pesa aquele que é visto como sendo o mais produtivo e que possui maior “disponibilidade”. Este e outros fatores são ainda, determinantes na conquista e nas condições para concorrer aos postos de trabalho e para a equidade de gêneros.

É recente ainda o pensamento de busca pela equidade no sentido de promoção do poder e da capacidade feminina, ou seja, por uma redefinição do seu papel na sociedade: “que vai do aumento da autoconsciência e de crescente autodeterminação individual a uma mudança coletiva em direção a maior equidade social dentro dos países e entre os blocos de países” (VIEZZER e MOREIRA, 2006).

Segundo Lisboa e Manfrini (2005) há três eixos de ações que devem ser priorizados para que essas melhorias aconteçam, tais como:

1. A sensibilização dos profissionais e técnicos que atuam junto às políticas públicas quanto à questão de gênero.
2. A transversalidade da questão do gênero nas diversas políticas públicas (agrária, econômica, fiscal educação, saúde, moradia, trabalho e assistência social), tanto na participação dos programas e projetos, promovendo a equidade na distribuição do poder e nas tomadas de decisão, favorecendo a participação das mulheres nestes cenários; e

3. O terceiro eixo trata de políticas públicas específicas de gênero, tratando as especificidades de forma singular e adequando-as as necessidades das mulheres marginalizadas.

Tais mudanças podem ser influenciadoras a ponto de promover uma sociedade mais justa para ambos os sexos, proporcionando o equilíbrio, de modo a evitar a subordinação de uma das partes. Diante do exposto, o item a seguir vai tratar da desigualdade de gênero no sentido de compreender a forma como são constituídas as relações de poder entre homens e mulheres e o papel do desenvolvimento.

2.3.3 Desigualdade de Gênero

Foi a partir da década de 1970 que a igualdade de gênero passou a ser incluída como característica do desenvolvimento. Em 1975 foi criado pelas Nações Unidas o Ano Internacional da Mulher, e contou com uma série de conferências sobre questões sensíveis ao gênero e ao desenvolvimento. Em 1979, a Declaração Universal dos Direitos Humanos defendia a abolição de todas as formas de discriminação e redução das desigualdades entre homens e mulheres associada ao desenvolvimento, implementação de políticas públicas direcionadas ao bem-estar, e tinha por objetivo resgatar a dignidade humana (CAUMO, 2012).

Na literatura, algumas questões surgem em torno da ideia de que trata a desigualdade de gênero, pela existência de segregação ocupacional e a diferença média de renda, não refletirem em sua totalidade as dimensões diferenciadas e mesmo conflitantes da desigualdade (MCCALL, 2001; CHARLES e GRUSKY, 2004). Ou seja, entendem que a desigualdade seja a falta de equilíbrio entre duas ou mais partes, indicando o oposto de igualdade. Termo que vem vinculado a questões de origem social e estilo de vida, representando status de hierarquias sociais, diferindo em classes e grupos.

Antes de entender o que de fato configura a desigualdade de gênero, é importante considerar a ideia de igualdade de gênero. A ONU Mulheres propõe que:

“Igualdade de gênero” refere-se ao conceito de que todos os seres humanos, sem diferenciação de sexo ou gênero, são livres para desenvolver as suas capacidades pessoais e tomar decisões sem as limitações impostas por papéis rigidamente atribuídos a um gênero. A igualdade de gênero significa que os diferentes comportamentos, aspirações e necessidades das mulheres e dos homens são considerados, valorizados e favorecidos equitativamente. Não significa que as mulheres e os homens têm de se tornar idênticos, mas que os seus direitos, responsabilidades e oportunidades não são determinadas pelo seu gênero (ONU Mulheres Brasil, 2016, p. 21)

No pensamento de Amartya Sen, a desigualdade entre homens e mulheres está relacionada a liberdades desfrutadas por ambos em diferentes sociedades, sendo que estas desigualdades não têm relação com renda ou recursos, apesar de haver diferenças em níveis salariais e de remuneração em relação ao sexo na maioria das sociedades, e sim pela extensão de outros benefícios como divisão do trabalho intrafamiliar, na educação recebida e, principalmente, na extensão de liberdades individuais provenientes do processo cultural (SEN, 2012).

Sobre desigualdades de gênero no Brasil, Simões e Matos (2010) afirmam que elas estão relacionadas às condições socioeconômicas e políticas. Ocorreram intensas transformações nas últimas décadas, tais como: políticas de saúde (direitos reprodutivos) e políticas sociais (educação, segurança, representação política e mercado de trabalho). As mulheres alcançaram níveis educacionais mais elevados que os homens, e houve aumento da presença feminina no mercado de trabalho e da participação em associações e ativismo político, porém esses resultados não foram significativos para a redução de desigualdades.

Dessa forma, Santos (2008) aponta que apesar de as mulheres estarem conquistando posições de controle e maior qualificação profissional, e cargos de chefia, ainda assim a grande maioria ocupam posições de classe inferior na esfera do mercado de trabalho, fato que confirma a persistência de desigualdades de gênero. Nesse caso, o autor revela que a condição de classe intensifica as disparidades de gênero em termos de renda, revelando-se uma divisão social mais autônoma em função da classe social quando associada a divisão de raça/cor.

Ao considerar o fenômeno da “feminização da pobreza” Martins *et. al.* (2013), afirmam que na atual configuração social, a reestruturação produtiva e a precarização do trabalho, acompanham o processo de vulnerabilização de grupos específicos da sociedade em relação a emprego, renda, saúde, empoderamento econômico e político, entre eles, as mulheres, que na maioria estão

ocupadas no setor informal da economia. E esse aumento da vulnerabilidade social atinge principalmente mulheres e crianças, em situações nas quais a mulher é a principal responsável pela manutenção e sobrevivência da família.

Alves e Cavenaghi (2013) destacam, entre outros, aspectos relevantes quanto à desigualdade de gênero no Brasil as seguintes dimensões:

- a) Desigualdades de gênero na saúde: sobre a esperança de vida, houve um aumento desta pela população feminina em relação à masculina nas últimas décadas;
- b) Desigualdades de gênero na educação: houve uma redução nas desigualdades regionais por situação de domicílio, em especial nas áreas metropolitanas, e as mulheres possuem níveis de instrução superior comparado ao dos homens, principalmente no ensino médio e superior;
- c) Desigualdades de gênero no mercado de trabalho: as mulheres ainda apresentam maior dificuldade quanto à inserção de qualidade no mercado de trabalho, possuem rendimentos inferiores a dos homens, menor atuação em cargos de direção e chefia, sua atuação é caracterizada como complemento da renda familiar, elevado grau de participação no mercado de trabalho informal;
- d) Desigualdades de gênero no uso do tempo: as mulheres se ocupam mais das atividades domésticas (e reprodutivas) do que os homens, sendo que esta sobrecarga feminina é encarada como um dos aspectos de maior relevância quanto a desigualdade de gênero em termos produtivos e reprodutivos.

Alcançar a equidade de gênero é fundamental para o desenvolvimento e para o fortalecimento da democracia. A conclusão que se chega é de que a desigualdade é em si a ausência de desenvolvimento, enquanto que o desenvolvimento é, portanto, uma expansão de liberdade no sentido apontado por Amartya Sen. O desenvolvimento para Sen será possível pela remoção das fontes de privação, em que considera que uma melhoria na qualidade de vida ocorrerá pela ampliação das oportunidades de cada indivíduo. É o que Sen desenvolve como “capabilities” e tem relação com o desempenho de cada indivíduo em ser e fazer, e

para alcançar o bem-estar seja necessário vencer obstáculos que impedem o exercício de sua liberdade.

3 FEMINISMO E EMPODERAMENTO

Este capítulo traz uma discussão a respeito do desenvolvimento do Feminismo no mundo e mais especificamente no Brasil em suas distintas fases e movimentos históricos. Apresenta na sequência um debate sobre a concentração da desigualdade no mercado de trabalho e na dimensão política. E finaliza-se o capítulo com uma abordagem em torno de alguns aspectos conceituais de empoderamento, por entender que seja um meio para o alcance do desenvolvimento.

3.1 FEMINISMO E O DEBATE DE GÊNERO NO BRASIL

A atuação do movimento feminista iniciado na segunda metade do século XX transformou a vida de gerações de mulheres, dos mais diversos segmentos. Não obstante, no século XXI, o feminismo consolida-se como política de Estado, com a formulação de políticas públicas que buscam essencialmente a igualdade de gênero. Entretanto, mulheres e homens ainda não possuem um ideário de igualdade de gênero, sendo este um desafio para as novas gerações (BRASIL, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010).

Para Miguel e Birolli (2014), a desigualdade de mulheres e homens nas relações de poder não se finda nela mesma, pois é também a somatória de um ponto de vista na análise da democracia e no espaço de convivência entre abordagens muito distintas, com orientações teóricas e políticas contrárias entre si.

Elizabeth Souza-Lobo (2011, p. 83) expõe que “o trabalho doméstico faz parte da condição de *mulher*, o emprego faz parte da condição de *mulher pobre*”. Entre as frações mais pobres, o trabalho da mulher fora do ambiente residencial, ainda em suas palavras, é uma realidade que corresponde menos às inflexões nos valores e normas de gênero do que a “uma estratégia familiar de sobrevivência”.

A busca pela autonomia econômica das mulheres constituiu fator de suma importância para a igualdade entre mulheres e homens como condição de prover o seu próprio sustento, bem como sua dignidade através de sua própria carreira e remuneração, decidindo por si a melhor forma de fazê-lo, e isso envolve também as

peças que delas dependem (BRASIL, Secretaria Especial de Políticas para as mulheres, 2014). A distribuição diferenciada das responsabilidades traz impactos distintos no cotidiano das mulheres, pois as regras para aquelas que “entraram no mercado de trabalho” nas últimas décadas não se aplica àquelas que nunca tiveram a possibilidade de ser parte dele.

Historicamente, as primeiras manifestações feministas surgem no século XVIII, com a Revolução Francesa, estendendo-se até as primeiras décadas do século XX. Nesse momento surge a primeira onda feminista, conhecida como “sufragista”, liderado por Bertha Lutz, com questionamentos acerca da opressão feminina (PINTO, 2003; RODRIGUES, 2001).

Nesse sentido, Pinto (2003) enfatiza que a luta para a inclusão das mulheres à garantia e igualdade de direitos e cidadania não se caracterizava pela alteração das relações de gênero, e sim para o bom andamento da sociedade. As reivindicações das mulheres nesse período sinalizavam para a formação profissional e a representação política, acesso à educação formal, ao trabalho remunerado e o direito ao voto.

O período que compreende as décadas de 1960 e 1980 é considerado a segunda onda do movimento feminista, oriunda do avanço de percepção e de análise do movimento, que era contrário ao patriarcado, como forma de expressão do poder político e de dominação masculina, colocando as mulheres em condições de subordinação ideológica (SAFFIOTI, 2004b).

Pinto (2003), denomina a segunda tendência de feminismo de "malcomportado", por reunir um conjunto de mulheres diverso, ou seja, de intelectuais a líderes operárias, e que defendem o direito à educação, discutem a dominação masculina (característica da sociedade patriarcal), e temas complicados para a época, como a sexualidade e o divórcio.

Para Bittencourt (2015), o movimento feminista, foi influenciado por outras organizações políticas e movimentos sociais, com recortes de classe e raça, relações de poder e transversalidade de opressões e gênero. Sendo nesse período que surgem as formulações e problematizações acerca das diferenças entre gênero, sexo e orientação sexual.

A terceira onda do feminismo surge com o objetivo de corrigir eventuais lacunas deixadas nos movimentos anteriores, e se insere na década de 1990, para redefinir estratégias. É chamada por diversos nomes inclusive reafirmando-se como

“pós-feminismo” ou “feminismo da diferença”, por criticar a segunda onda por seu suposto caráter generalizante, sem perceber as implicações individuais ou subjetivas das mulheres (MACEDO, 2006).

Simões e Matos (2010) invocam para a existência de uma quarta onda do feminismo no Brasil nos últimos anos, e que poderia ser tratada por meio da: a) institucionalização das demandas das mulheres e do feminismo com a elaboração, implantação e monitoramento de políticas públicas para as mulheres; b) criação de novos mecanismos e órgãos executivos de gestão de tais políticas no âmbito federal, estadual e municipal; e c) desdobramentos oriundos da institucionalização com a criação de ONGs, com agenda internacional das mulheres.

E sobre a representatividade das mulheres na vida pública, esta tomou maiores proporções ao longo das últimas décadas, ampliou-se apesar de bastante incipiente, se considerar as mulheres de classe média, e as mulheres profissionalizadas, porém, ainda permanecem sub representadas na política institucional.

Como contribuições advindas do movimento feminista ocorrido em oposição ao regime militar da década de 1970 e a transição democrática da década de 80, Simões e Matos (2010) destacam: a criação dos Conselhos dos Direitos da Mulher, das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, e de programas de Atendimento à Saúde da Mulher, para vítimas de violência sexual, conjugal e doméstica. E a partir da década de 90 surgem as Secretarias e as Coordenadorias dos Direitos das Mulheres em vários níveis de governo.

E ainda, a própria Constituição Federal de 1988, fruto do processo de redemocratização do país, confere o princípio de igualdade de direitos a homens e mulheres, sem distinção, de raça, sexo e cor, com a luta feminina na bancada feminina e na conquista de direitos fundamentais (SIMÕES e MATOS, 2010; SABINO e LIMA, 2015).

A partir da Lei nº 9.100, em 1995, que trata das cotas eleitorais no país estabelecendo normas para a realização das eleições municipais subsequentes, que determina uma cota mínima de 20% para as mulheres. Este dispositivo foi revisado em 1997, com a Lei n.º 9.504, que estendeu a medida para os demais cargos eleitos por voto proporcional, ampliando o percentual anterior para 30% e mantendo-o em todas as eleições seguintes, tanto municipais quanto estaduais e federais. Conforme site do Tribunal Superior Eleitoral,

Registro de candidaturas. Percentuais por sexo. 1. Conforme decidido pelo TSE nas eleições de 2010, o § 3º do art. 10 da Lei nº 9.504/97, na redação dada pela Lei nº 12.034/2009, estabelece a observância obrigatória dos percentuais mínimo e máximo de cada sexo, o que é aferido de acordo com o número de candidatos efetivamente registrados. 2. Não cabe a partido ou coligação pretender o preenchimento de vagas destinadas a um sexo por candidatos do outro sexo, a pretexto de ausência de candidatas do sexo feminino na circunscrição eleitoral, pois se tornaria inócua a previsão legal de reforço da participação feminina nas eleições, com reiterado descumprimento da lei. 3. Sendo eventualmente impossível o registro de candidaturas femininas com o percentual mínimo de 30%, a única alternativa que o partido ou a coligação dispõe é a de reduzir o número de candidatos masculinos para adequar os respectivos percentuais, cuja providência, caso não atendida, ensejará o indeferimento do demonstrativo de regularidade dos atos partidários⁵ (tse.jus.br/temas-selecionados/registro-de-candidato/reserva-de-vaga-por-sexo, acessado em 10/02/2017)

No Brasil, mesmo com a Lei de Cotas que reserva às mulheres 30% das candidaturas, a presença média das mulheres entre os eleitos para o Congresso Nacional tem sido bastante incipiente. Essa situação pode ser vista entre outras coisas como um fator do acesso desigual a renda, a tempo livre, a redes que facilitam o acesso a uma carreira política, além de ser uma reprodução da sua exclusão histórica de participação da vida política, sendo que o acesso é mais fácil para quem já faz parte do jogo.

E sobre as desigualdades de gênero nos espaços de poder, os avanços ainda são incipientes. No caso do Brasil, este apresenta uma das piores taxas de participação feminina em cargos decisórios, ocupando a 167ª posição no ranking mundial de participação de mulheres no executivo, de uma pesquisa realizada com 174 países pela ONU Mulheres e União Interparlamentar (UIP). No ranking de participação no Congresso Nacional, o país ficou na 154ª posição, com 55 das 513 cadeiras da Câmara dos deputados ocupadas por mulheres, e 12 dos 81 assentos do Senado Federal preenchidos por representantes femininas (ONUBR, 2017⁶).

Não se pode negar que houveram avanços no que tange à busca pela igualdade de gênero. As mulheres alcançaram importantes conquistas, mas ainda há desafios pela frente, seja por igualdade salarial e ocupação de cargos de chefia ou por maior representatividade política em segmentos decisórios. Como exemplo, a

⁵ Disponível em: <tse.jus.br/temas-selecionados/registro-de-candidato/reserva-de-vaga-por-sexo>, acessado em 10/02/2017)

⁶ Nações Unidas no Brasil (ONUBR, 2017). Disponível em: <https://nacoesunidas.org/brasil-fica-em-167o-lugar-em-ranking-de-participacao-de-mulheres-no-executivo-alerta-onu/>. Acesso em 20/03/2017.

dupla jornada de trabalho que a grande maioria das mulheres enfrenta é um dos principais fatores que desencadeiam condições desiguais no mercado de trabalho.

No caso brasileiro, pode-se afirmar que o processo de democratização política corroborou para conquistas em termos de direitos sociais e econômicos. Por outro lado, no mercado de trabalho ocorre maior participação feminina na composição da renda familiar pelo trabalho fora do domicílio, o que não exclui a mulher da dupla jornada de trabalho, ou seja, do trabalho doméstico. O item a seguir vai tratar da relação mercado de trabalho e gênero.

3.2 MERCADO DE TRABALHO X GÊNERO

No Brasil, durante muitas décadas os homens possuíram um nível de escolaridade maior que as mulheres. Contudo, a partir de 1979, ocorreu uma inversão na média educacional, quando as mulheres passaram a ter mais anos de estudo que os homens (BRUSCHINI E LOMBORDI, 1996; WAJNMAN, QUEIROZ E LIBERATO, 1998). Apesar disso, ainda hoje, o sexo continua sendo motivo de desigualdade salarial.

Autores como Madalozzo, Martins e Shiratori (2010), afirmam inclusive que o desempenho das mulheres no mercado de trabalho está mais atrelado aos papéis sociais que se vêem impelidas a desempenhar perante seus grupos de convivência, do que as habilidades naturais, habitualmente apontadas como condicionantes de sua alocação nos tradicionais setores de ocupação feminina. Desta forma, os autores traçam a comparação entre mulheres e homens, quando ocupados em jornadas iguais de trabalho semanais, com a presença de cônjuges nos seus domicílios, verificando que irão contribuir desigualmente nas tarefas domésticas. Para o homem, a presença da mulher significa menos horas de trabalho doméstico (10 horas semanais, em média), e, para a mulher, a presença do homem significa mais horas de trabalho doméstico (20 horas semanais, em média). Outro fator que incrementa as horas dedicadas ao trabalho doméstico para as mulheres é a presença de crianças no domicílio.

Bruschini e Lombardi (2003) afirmam que a ocupação dos setores de atividades é importante para a compreensão do panorama atual das mulheres no mundo laboral. Nas décadas de 1980 e 1990, a estrutura ocupacional feminina

caracterizava-se, de forma geral, por dois setores distintos quanto à qualificação e à remuneração: a) ocupações em serviços administrativos; e b) ocupações em serviços de turismo, de higienização, de serventia, de beleza e de auxílio à saúde.

Essa inserção da figura feminina no mercado de trabalho vem ganhando relevante importância econômica, seja pela responsabilidade em contribuir no sustento da família, seja pelo reconhecimento de capacidades e habilidades, possibilitando a ocupação de cargos de direção que as mulheres não ocupavam no passado.

Uma maior participação feminina no mercado de trabalho é uma forte característica derivada das economias capitalistas. A inserção maciça das mulheres no mercado de trabalho, vem sendo considerado fator de grande estima para a liberdade e a autonomia, mesmo quando as funções profissionais são somadas as atividades cotidianas do lar. “Uma verdadeira revolução, as mulheres invadem o mundo de trabalho masculino, e, tecnicamente, acabam com a separação entre o mundo privado e o público” (MURARDO, 1992, p. 1).

Apesar de mulheres estarem adentrando em espaços tradicionalmente masculinos, novos e promissores, como o direito, a medicina, as engenharias e a arquitetura, ainda seguem submetidas a padrões diferenciados por gênero. Desses padrões, a desigualdade na remuneração é apenas o traço mais evidente. A manutenção dos estereótipos de gênero e, por conseguinte, da divisão sexual do trabalho, impulsiona as mulheres a situações de precariedade e vulnerabilidade, o que as tornam mão de obra preferencial do mercado de trabalho em contextos de acumulação flexível. No entanto, sua inserção no mundo profissional continua balizada por uma típica divisão sexual do trabalho, pela atribuição prioritária às mulheres do trabalho e das responsabilidades domésticas.

Os papéis sociais de mãe, esposa, dona de casa tornam-se decisivos, pois, na estruturação do processo de inserção das mulheres no mercado, tanto do ponto de vista da estruturação de suas próprias escolhas como do ponto de vista da estruturação das escolhas dos demais agentes econômicos, dos empregadores, por exemplo. É assim que, frequentemente, as mulheres são consideradas menos aptas a ocupar posições de mais responsabilidade, cuja retribuição monetária é mais elevada.

A rejeição de mulheres com responsabilidades familiares no mercado de trabalho é evidente. Existe a discriminação por serem casadas, pela possibilidade de

uma gravidez seguida da maternidade, “Sem esquecer que a dupla jornada encarada pelas mulheres, traz a elas consequências pessoais, como: ansiedade, angústia, desamparo, estresse, impotência, insegurança, insônia” (FERNANDÉS COLLADOS, 2006).

A disparidade com relação aos proventos entre homens e mulheres demanda atentar para fatores específicos, uma vez que as mulheres, ingressantes massivas no mercado formal nos últimos trinta anos, acabaram por alocar-se em relações de trabalho já precarizadas (CRUZ, 2006).

Hirata & Kergoat (2008) destacam que uma análise em termos de divisão sexual do trabalho deve levar em conta dois princípios organizadores: primeiramente, um princípio de separação, de distinção entre o masculino e o feminino (*há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres*); em segundo lugar, um princípio de hierarquização entre essas categorias, de tal forma que “*um trabalho de homem vale mais que um trabalho de mulher*” (HIRATA & KERGOAT, 2008, p. 266).

Quanto a isso Kergoat (2004) afirma que o posicionamento de mulheres e homens dentro da hierarquia social, seja da divisão do trabalho doméstico, relação profissional ou de representação política não esteja distribuído sob os mesmos critérios de justiça social para ambos nas sociedades contemporâneas. Existe um paradoxo de desigualdade, na qual a divisão sexual do trabalho é estruturada segundo um princípio hierárquico, onde o trabalho masculino tem sempre um valor superior ao trabalho feminino.

3.2.1 Divisão Sexual do Trabalho: Lugar social da Mulher

No decorrer do processo histórico, observa-se que as lutas feministas e as conquistas de direitos pelas mulheres entre as décadas iniciais do século XX e o início do século XXI tiveram uma enorme influência e atuação na organização das relações sociais. O resultado dessas lutas e desta busca incessante trouxe consigo, direitos conquistados, que permitiram uma ativa participação e autonomia nas mais diversas esferas sociais, causando a ruptura das hierarquias e a efetivação sistematizada dos direitos da mulher e do seu papel na sociedade.

Para o Ministério da Justiça e Cidadania:

A divisão sexual do trabalho é a divisão de atribuições, tarefas e lugares sociais para mulheres e homens, decorrentes das relações sociais de sexo. Essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade e tem por característica a destinação prioritária dos homens a atividades produtivas (ocupações de forte valor social agregado, como comércio, indústria, empreendimentos, e na política) e a mulheres à esfera reprodutiva (atividades relacionadas a cuidados e afazeres domésticos). Essa divisão repercute fortemente nos cargos e funções ocupados pelas mulheres e em seus rendimentos, já que são destinadas às mulheres principalmente tarefas e ocupações que remetem a cuidado e serviços que são menos valorizados socialmente.⁷

Nesse sentido, torna-se relevante uma reflexão sobre como a divisão sexual do trabalho tece a divisão social do trabalho, de modo que homens e mulheres participam de modo desigual da produção e da reprodução na sociedade.

A divisão sexual do trabalho é considerada por Hirata e Kergoat (2007) pela origem nas relações sociais entre homens e mulheres, ou seja, em sua análise, propõe como características peculiares, a designação prioritária para os homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, sendo que para os homens, são atribuídas funções com maior valor social agregado, ou seja, em termos políticos, religiosos, militares etc.

Vale lembrar que historicamente, na maioria das vezes, o conceito de divisão sexual do trabalho ficou reduzido às estatísticas sobre as diferenças de aceitação e atuação no mercado entre homens e mulheres. Isso somente não demonstra o quão complexo é esse conceito, e muito menos, o quão árduo foi e é, o processo de luta e a repressão social manifestado na desigualdade do trabalho entre homens e mulheres.

Para Martins *et al.* (2014), a divisão sexual do trabalho não representa apenas um status de subordinação feminina em relação aos homens nas relações de trabalho, mas sim a de reprodução de padrões promotores de inferioridade frente aos homens dentro das diversas dimensões que caracterizam a desigualdade de gênero.

Sob a ótica da diferença sexual, Soihet (1997), indica que o termo é usado desde a década de 1970 pelas feministas americanas com o propósito expressar o caráter essencialmente social das diferenças baseadas no sexo, de modo que o termo gênero ressalta o aspecto das relações entre mulheres e homens. Assim, de

⁷ Disponível em <<http://www.spm.gov.br>>, Acesso em 02/12/2016.

forma que, nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir através de um estudo que os considere totalmente em separado, por estarem interligados.

Desta forma, com o surgimento das sociedades pré-industriais na Europa ocidental, tornou-se característico uma função familiar integrada pelas funções domésticas, e o então “trabalho produtivo” que eram realizados em um único “ambiente”, local este no qual os homens e as mulheres tinham funções sexualmente diferenciadas, fossem eles na produção ou na casa.

Hobsbawm (1988), explica que os agricultores, os mestres artesãos, os pequenos lojistas precisavam do trabalho das esposas para criar os filhos e ajudar nos negócios. Ficando então, para as mulheres a duplicidade de funções a serem exercidas, mas sempre na condição de inferioridade e, principalmente, de desigualdade em relação à posição social do marido, já deixando evidente uma dada divisão sexual do trabalho.

Com o advento da Revolução Industrial, houve uma descaracterização desse modelo domiciliar, o substituindo por uma nova forma de mão de obra onde a mulher passa a ser paga por um determinado trabalho, mesmo que recebendo salários inferiores aos salários masculinos.

Torna-se perceptível uma nova dinâmica capitalista através da separação entre cidade e campo, que fomentou também uma divisão entre o conceito de espaço familiar e espaço de trabalho, posto que as mulheres de classes inferiores trabalhassem também nas indústrias manufatureiras, reconhecidas neste espaço como mão de obra barata e com perfil para tipos de trabalhos específicos para a natureza feminina (HOBSBAWM, 2002).

Saffioti apresenta que o status capitalista da sociedade estabelece padrões para o trabalho feminino em determinados períodos, porém sempre com cargos que reduzem seu prestígio, mesmo que tradicionalmente esta atividades possam ser desenvolvidas "por outras categorias sociais sub privilegiadas, a sociedade necessita do trabalho das mulheres cujos rendimentos são imprescindíveis para sua sobrevivência" (SAFFIOTI, 1979), isso se fazia válido para as mulheres das classes trabalhadoras, onde o trabalho remunerado era imprescindível para a sobrevivência da família, porém, dentro das classes mais abastadas, os ideais burgueses ainda enxergavam as mulheres como boas esposas e boas donas de casa.

Matos (2002) aponta como exemplo histórico o trabalho de costureiras desempenhado pelas mulheres sob encomenda das indústrias de sacaria de juta no século XIX, retorno financeiro este de grande valia para o sustento da família.

O momento da ruptura do lar para as fábricas, escritórios e comércio foi marcada por uma quebra de tabus e estratégias "masculinas, acordos tácitos, segredos não confessados que tentaram impedir a livre circulação delas nos espaços públicos ou a assimilação de práticas que o imaginário burguês situou nas fronteiras entre a liberdade e a interdição" (RAGO, 1997), o que causou um bloqueio e uma limitação no comércio que as recebia, pois a educação em geral visava preparar o sexo feminino para a 'carreira' doméstica.

Esta tradição histórica de certo modo, perpetua até os dias de hoje, mesmo se considerarmos as diversidades culturais ao redor do mundo, o que permanece nítido já que muitas mulheres recebem menor salário que os homens, mesmo que desenvolvam o mesmo tipo de ocupação.

Isso por que, no processo histórico de fundamentação social da humanidade, a principal justificativa ideológica para a divisão sexual do trabalho foi justamente a natureza da desigualdade biológica entre homens e mulheres, ou seja, se atribuiu, como sendo parte da natureza masculino x feminino, ou melhor, como sendo uma essência puramente biológica.

Então, a divisão sexual do trabalho, foi nitidamente intermediada pelos fatos históricos fomentadas entre pessoas de sexo oposto, fundamentando-se na ideia da exploração antagônica que sofrem nas relações entre os sexos. Assim, a separação entre os sexos se expandiu, designando mulheres para o papel de reprodutoras e os homens para o papel de produtores, ou seja, "a divisão social e técnica do trabalho é acompanhada de uma hierarquia clara do ponto de vista das relações sexuais de poder" (HIRATA, 2002).

Durkheim (1991) afirma que para o funcionamento harmônico de uma sociedade deveria haver uma coesão social, onde o indivíduo deveria se adequar à coletividade. Essa adequação seria produzida pelos laços de solidariedade. Somente por meio de vínculos solidários que uma "coleção de indivíduos" constituiria uma sociedade.

O item a seguir vai tratar da questão do empoderamento e gênero na construção de meios para o desenvolvimento.

3.3 EMPODERAMENTO E GÊNERO

Na ânsia de se compreender a persistência das desigualdades de gênero e elencar ações com o intuito de alcançar a equidade entre homens e mulheres, o movimento feminista surge como instrumento balizador da condição feminina ainda subjugada à figura masculina nas relações de poder. O movimento representou todo um processo de mobilização social que contribuiu para a legitimação desta condição, e na construção de políticas públicas com a finalidade de minimizar as desigualdades sociais entre homens e mulheres (CARNEIRO, 2003).

Na concepção de Silva e Santos (2009), o poder, na ciência política, está vinculado ao Estado, por ser fonte de opressão, autoritarismo, abuso e dominação, ao passo que o poder, para o feminismo, se insere como uma fonte de emancipação, ou seja, uma forma de resistência. Para Silva e Santos (2009), o termo empoderamento chama a atenção para a palavra “poder” e o conceito de poder revela-se enquanto relação social.

Em face dessa relação de dominação, que Bourdieu (1989) entende o poder como sendo uma relação entre dominador e dominado, construído nas relações humanas (no sentido religioso, linguístico, científico, artístico e cultural) e oculto em símbolos inseridos no contexto da sociedade.

Não obstante, Foucault (2008) acrescenta que poder é uma ação que envolve disciplina, que existe quando se usa, e que é através dela que as relações de poder podem ser observadas em interações que expressem situação entre comando e comandados. É o que ele denomina de “corpos dóceis”, em que o corpo é submetido à disciplina em ganho de força, de sujeição, seja pela utilidade, seja pela obediência política ou econômica em situação de dominação.

As relações de poder no ambiente intrafamiliar, costumeiramente, seguem padrões alicerçados na autoridade patriarcal, de dominação masculina (BOURDIEU, 1998). É por estar atrelada a essa condição, que o poder da autonomia e da capacidade de tomar decisões, legitimando um processo, é conferido aos homens. Apesar de as mulheres alcançarem postos no mercado de trabalho e acesso à educação, o poder não lhes é delegado, fator que dificulta sua capacidade de ascensão profissional.

Lagarde (1993, p.154) conceitua poder como sendo “a capacidade de decidir sobre a própria vida”. E mesmo após todas as mudanças ocorridas na condição das

mulheres, ainda existem relações de poder extremamente desiguais. A relação masculina e feminina é tratada por uma constante condição de subalternidade, inferioridade, alicerçada em preceitos culturais, ideológicos, crenças e tradições, das leis civis, da divisão sexual e social do trabalho (COSTA, 1998).

O uso e/ou exercício do poder leva a um processo de empoderamento (OLIVEIRA, 2006), em que as pessoas adquirem domínio sobre seus próprios assuntos de interesse, de suas próprias vidas, de suas escolhas. Nesse sentido, o empoderamento de acordo com a lógica feminista surge como um poder que garante, reconhece e valoriza as mulheres diante de uma sociedade validada pelos moldes patriarcais. Para Weber (1974), o poder patriarcal está baseado num sistema de normas e tradições, em que as decisões são tomadas sempre da mesma forma, tendo como elemento básico a obediência à autoridade patriarcal.

No Brasil, mesmo após a conquista do sufrágio feminino⁸ em 1932 e confirmado através da Constituição de 1934, as mulheres ainda permaneceram reprimidas à estrutura patriarcal da sociedade. E apesar de conquistar a igualdade jurídica, que há tempos foi meta do movimento feminista, isso não minimizou as desigualdades existentes entre homens e mulheres. Nesse sentido, avança a consciência da necessidade de se estabelecer políticas públicas que possam estimular e garantir maior integração feminina as estrutura de poder (COSTA, 1998).

Sendo assim, o empoderamento das mulheres na sociedade emerge da necessidade de se obter a igualdade entre homens e mulheres. Os estudiosos lançam questões acerca de um desafio às relações patriarcais, com foco na família, e sobre o domínio masculino em termos de privilégios. Indicam a necessidade de mudança dos preceitos e das estruturas que reproduzem a posição que diminui a mulher como gênero.

Essa mudança no contexto social da mulher como gênero também é apontada por Iorio (2002) quando afirma que transformação nessa estrutura patriarcal de dominação masculina implique em garantir às mulheres a autonomia e o controle de seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, e deixando de sofrer abusos físicos e atos de violência. Em sua análise, ressalta que os estudos

⁸ DECRETO Nº 21.076, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1932. Câmara dos Deputados. Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 30/05/2017.

feministas partem da premissa de que o empoderamento das mulheres emerge como condição para a equidade de gênero.

Para as feministas, o empoderamento é o processo de conquista da autonomia, da auto-determinação, da auto-confiança, auto-estima, habilidade e competência para produzir, criar e gerir, em que as mulheres tornam-se empoderadas através da tomada de decisões e de mudanças individuais e coletivas (COSTA, 1998; LEON, 2001; SEN, 2002; STROMQUIST, 2002; SARDENBERG, 2009;).

Nesse sentido, o empoderamento das mulheres, segundo Freire *et al.* (2012, p.4): “deve ser o despertar da consciência por parte das mulheres em relação à discriminação de gênero: reconhecer que existe desigualdade entre homens e mulheres indignar-se com essa situação e querer transformá-la”. Na opinião dos autores, a opressão de classes tem relação com a opressão de sexo, estendendo-se aos interesses políticos, econômicos, sociais e as formas culturais, entendendo, assim, que as relações desiguais de gênero permeiam em todas as esferas da sociedade fundada nas relações desiguais de classe.

Ao ressaltar que as mulheres necessitam conquistar mais espaço quanto à capacidade de escolhas, Staduto (2015, p. 91) aponta que “o empoderamento das mulheres é produto da capacidade de agir e expressar com liberdade...”. Em sua percepção considera o empoderamento como:

... um processo individual e consciente em relação à vida, à aquisição de autoconfiança e à força, as quais são fundamentais para desafiar a desigualdade de gênero. E pode ser entendido por meio de práticas que atingem diferentes níveis: institucional, familiar e individual (STADUTO, 2015, p. 83).

O *World Economic Forum* (2005) analisa o empoderamento das mulheres por intermédio de cinco dimensões (participação e oportunidade econômica, empoderamento político, avanço educacional, saúde e bem-estar), para avaliação das disparidades globais de gênero. Reconhece que a relação de direitos, oportunidades, e responsabilidades não deve obedecer ao fato de ter nascido homem ou mulher, e sim de forma a promover equidade de gênero.

Duflo (2012), explicita que o empoderamento das mulheres e o desenvolvimento econômico estão intimamente relacionados, em consequência de maior capacitação das mulheres, por meio de mudanças no processo de tomada

decisões com impacto direto no desenvolvimento, e melhorias em aspectos como bem-estar de crianças em saúde, nutrição e educação. E reforça que, a equidade entre homens e mulheres só será alcançada por meio de contínuas ações políticas, de forma a moderar as posições dos agentes políticos de ambos os lados no debate entre desenvolvimento e empoderamento, pois não existem soluções milagrosas.

Para que as mulheres conquistem o empoderamento, seja político, econômico ou social, é necessário que haja uma percepção de mudança em suas crenças e valores em relação à submissão patriarcal e na luta pela garantia de seus direitos. Considerando a necessidade de superação das desigualdades de gênero como um instrumento balizador para o desenvolvimento da mulher, pesa aqui a importância da participação das mulheres na esfera política conduzindo discussões em prol da cidadania e contra qualquer política de exclusão.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo descreve os procedimentos metodológicos aqui adotados. Inicialmente apresenta-se um debate sobre índices sintéticos versus sistema de indicadores e um discussão sobre índices de gênero internacionais. Em seguida apresenta-se uma breve caracterização da região de estudo e a base de dados utilizada, e em seguida são descritos os índices de desenvolvimento social e de desenvolvimento de gênero utilizados nesta pesquisa.

4.1 ÍNDICES SINTÉTICOS VERSUS SISTEMA DE INDICADORES

O uso de índices ou indicadores sintéticos fortaleceu diversas ações de legitimidade social no âmbito de políticas públicas. Há que se reconhecer seu valor e os efeitos positivos que têm impulsionado tanto na esfera pública quanto política em diversos países. Apesar disso, estes indicadores sintéticos apresentam limitações por representar em um único número, fenômenos multidimensionais de um território ou nação, de desigualdades socioeconômicas entre regiões ou em grupos específicos (segundo raça, cor, sexo, situação econômica, etc.) (JANNUZZI e GUIMARÃES, 2005).

4.1.1 Índices de gênero internacionais

Nos estudos direcionados as desigualdades e/ou desenvolvimento de gênero, constam vários índices internacionais que visam mensurar essas desigualdades e o grau de desenvolvimento das mulheres em relação aos homens, basicamente nos aspectos social, político e econômico. De acordo com Lima *et al.* (2015), o uso de índices sintéticos em análises regionais (países, regiões, estados e municípios) podem facilitar quanto à interpretação e implementação de políticas públicas.

Por não haver um consenso sobre o conceito de desenvolvimento, seja pelo crescimento da renda per capita, ou por aspectos mais amplos que consideram o bem-estar social, econômico e político, no início da década de 1990, as Nações

Unidas iniciaram a divulgação do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, ao considerar as dimensões: renda, educação e longevidade (expectativa de vida), e por adotar parâmetros sociais ao invés de simplesmente, utilizar a renda per capita como medida de bem-estar social.

A complexidade em avaliar o desenvolvimento aumenta com a incorporação da categoria gênero. Nesse sentido a partir de 1995, com o intuito de aprofundar a discussão da situação socioeconômica e as distintas especificidades entre homens e mulheres, o PNUD começou a publicar em seu Relatório de Desenvolvimento Humano (HDR), os seguintes índices de gênero: Gender-related Development Index – GDI (Índice de Desenvolvimento Relativo de Gênero) e o Gender Empowerment Index – GEM (Índice de Empoderamento de Gênero).

Estes índices utilizam-se de valores desagregados por sexo para representar a situação de homens e mulheres em áreas como saúde, educação, moradia, rendimento e ocupação no mercado de trabalho, e empoderamento político. Em 2010, esses índices deixaram de ser divulgados pelo PNUD que os substituiu pelo Gender Inequality Index - GII (Índice de Desigualdade de Gênero (SOARES, 2009; SOARES, 2013). O Quadro 1, a seguir apresenta alguns dos principais índices internacionais sensíveis à questão de gênero.

Quadro 1 - Síntese dos principais índices de gênero internacionais

Índices sobre gênero	Ano de criação	Instituição responsável	Finalidade
Gender – related Development index (GDI)	1995	PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	Mensura as diferenças em relação ao desenvolvimento entre mulheres e homens, a partir do IDH, e indicadores desagregados por sexo.
Gender Empowerment Measure (GEM)	1995	PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	Mensura o avanço das mulheres em categorias das quais são frequentemente excluídas como, participação política e empoderamento econômico.
The Global Gender Gap Index (GGI)	2006	World Economic Forum	Examina a diferença entre homens e mulheres em quatro categorias fundamentais (<i>subíndices</i>): <i>participação econômica e oportunidade, escolaridade, saúde e sobrevivência, e empoderamento político.</i>
Gender Equity Index (GEI)	2008	Social Watch	Medida de igualdade de gênero que calcula a diferença entre mulheres e

			homens, a partir de variáveis de educação, atividade econômica e empoderamento político.
Social Institutions and Gender Index (SIGI)	2009	Organization for Economic Co-operation Development - OECD	É uma medida que compreende indicadores sobre discriminação de gênero nas instituições sociais (leis formais e informais, normas sociais e práticas). Fornece informações relevantes sobre discriminações nas instituições sociais que impedem o progresso na igualdade de gênero e empoderamento das mulheres.
Gender Inequality Index (GII)	2010	PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	Criado com a finalidade de se obter uma medida de equidade de gênero, sendo formulado a partir de críticas feitas ao GDI e o GEM. Mensura a equidade de gênero pelas categorias: saúde reprodutiva, empoderamento e participação no mercado do trabalho.
Women's Economic Opportunity Index (WEOI)	2012	Economist Intelligence Unit – World Bank	Mensura o acesso às oportunidades econômicas das mulheres pelas variáveis: trabalho, acesso ao crédito, educação, normas sociais e ambiente econômico.

Fonte: World Economic Forum (2014); Economist Intelligence Unit (2010); OECD (2009); Social Watch (2008, 2012); e PNUD (1995, 2011, 2014). Organizado pela autora.

O Índice de Desigualdade de Gênero (GII – do termo em inglês Gender Inequality Index) busca demonstrar a desigualdade de gênero tendo como base três dimensões: saúde reprodutiva, capacitação e mercado de trabalho, e procura exibir a perda no desenvolvimento humano potencial resultante da desigualdade entre as realizações femininas e masculinas expostas nestas dimensões. Os valores resultantes variam entre 0 (igualdade) e 1 (desigualdade), (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 2011).

O Índice de Desenvolvimento de Gênero (GDI – do termo em inglês Gender Development Index) mensura a diferença no desenvolvimento entre mulheres e homens com base nas dimensões: saúde, educação e renda, para mostrar o avanço das mulheres nas categorias onde pode ocorrer maior exclusão, tais como: renda e empoderamento político (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 2014).

No Quadro 2 abaixo, são apresentadas as etapas de cálculo do Índice de Desigualdade de Gênero (GII) e do Índice de Desenvolvimento de Gênero (GDI), conforme publicações do PNUD em seus relatórios de desenvolvimento humano.

Quadro 2 - Medidas de Desigualdade de Gênero - PNUD.

Índice de Desigualdade de Gênero (GII) ¹	Índice de Desenvolvimento de Gênero (GDI) ²
<p>1) <i>Tratamento de zeros e valores extremos</i> – definir valor mínimo para todos os indicadores componentes, dado que a média geométrica não pode ter valor zero.</p> <p>2) <i>Agregação entre dimensões dentro de cada grupo de gênero, usando médias geométricas.</i> Para as mulheres:</p> $G_F = \sqrt[3]{\left(\frac{10}{TMM} \cdot \frac{1}{TFA}\right)^{\frac{1}{2}} + (PR_F \cdot ES_F)^{\frac{1}{2}} \cdot TPMT_F}$ <p>Para homens, a fórmula é:</p> $G_M = \sqrt[3]{1 + (PR_M \cdot ES_M)^{\frac{1}{2}} \cdot TPMT_M}$ <p>Sendo: TMM = Taxa de mortalidade materna TFA = Taxa de fertilidade adolescente PR = Representação parlamentar feminina ES = Sucesso no ensino secundário e superior TPMT = Taxa de participação no mercado de trabalho</p> <p>3) <i>Agregação entre grupos de gênero, usando uma média harmônica.</i></p> $HARM(G_F, G_M) = \left[\frac{(G_F)^{-1} + (G_M)^{-1}}{2} \right]^{-1}$ <p>4) <i>Cálculo da média geométrica das médias aritméticas para cada indicador.</i></p> $G_{F,M} = \sqrt[3]{\overline{Saúde} \cdot \overline{Capacitação} \cdot \overline{TPMT}}$ <p>Onde:</p> $\overline{Saúde} = \left(\frac{\sqrt{\frac{10}{TMM} \cdot \frac{1}{TFA}} + 1}{2} \right)$ $\overline{Capacitação} = \left(\frac{\sqrt{PR_F \cdot ES_F} + \sqrt{PR_M \cdot ES_M}}{2} \right)$ $\overline{TPMT} = \frac{TPMT_F + TPMT_M}{2}$ <p>5) <i>Cálculo do Índice de Desigualdade de Gênero:</i></p> $IDG = 1 - \frac{HARM(G_F, G_M)}{G_{F,M}}$	<p>1) Estimando rendimentos auferidos por mulheres e homens:</p> $P_F = \frac{W_F/W_M \cdot EA_F}{W_F/W_M \cdot EA_F + EA_M}$ <p>Onde: W_F/W_M = razão entre o salário de mulheres de homens, EA_F = população feminina economicamente ativa, EA_M = população masculina economicamente ativa. A massa salarial masculina é calculada por: $S_M = 1 - S_F$</p> <p>A renda per capita feminina é dada por:</p> $GNIpc_F = GNIpc \cdot S_F / P_F$ <p>Sendo que: $P_F = N_F / N$</p> <p>Onde: P_F é a parcela da população feminina, N_F é a população masculina e N é o total da população.</p> <p>A renda per capita masculina é dada por:</p> $GNIpc_M = GNIpc \cdot S_M / P_M$ <p>2) Normalização dos indicadores – escala de 0 a 1 com os mesmos parâmetros para o IDH, com exceção da esperança de vida ao nascer. Uma vez definidos os valores mínimos e máximos, os subíndices são calculados da seguinte forma:</p> $de\ dimensão = \frac{valor\ atual - valor\ mínimo}{valor\ máximo - valor\ mínimo}$ <p>3) Calculando o IDH para mulheres e homens:</p> $HDI_F = (I_{Saúde_F} \cdot I_{Educação_F} \cdot I_{Renda_F})^{1/3}$ $HDI_M = (I_{Saúde_M} \cdot I_{Educação_M} \cdot I_{Renda_M})^{1/3}$ <p>4) O Índice de Desenvolvimento de Gênero é dado pela fórmula:</p> $GDI = \frac{HDI_F}{HDI_M}$

Fonte: Human Development Report (2011 e 2014).

Notas:

(¹) *Gender Inequality Index (GII).*

(²) *Gender Development Index (GDI).*

4.1.2 Análise Comparativa da Desigualdade de Gênero Global

O Quadro 3 apresenta um comparativo dos países que possuem os melhores resultados de IDH e seu respectivo desempenho em relação ao índice de desenvolvimento de gênero (*Gender Development Index – GDI*) e ao índice de desigualdade de gênero (*Gender Inequality Index – GII*).

Quadro 3 – Comparativo: HDI, GDI e GII.

Países	HDI	GDI	GI
Noruega	0,949	0,944	0,053
Austrália	0,939	0,978	0,120
Suíça	0,939	0,974	0,040
Alemanha	0,936	0,964	0,066
Dinamarca	0,925	0,970	0,041
Cingapura	0,925	0,985	0,068
Países Baixos	0,924	0,946	0,044
Irlanda	0,923	0,976	0,127
Islândia	0,921	0,965	0,051
Canadá	0,920	0,983	0,098
Estados Unidos	0,920	0,993	0,203
Hong Kong	0,917	0,964	-
Nova Zelândia	0,915	0,963	0,158
SUÉCIA	0,913	0,997	0,048
Liechtenstein	0,912	-	-
Reino Unido	0,909	0,964	0,131
Japão	0,903	0,970	0,116
República da Coreia	0,901	0,292	0,067
Israel	0,899	0,973	0,103
Luxemburgo	0,898	0,966	0,075

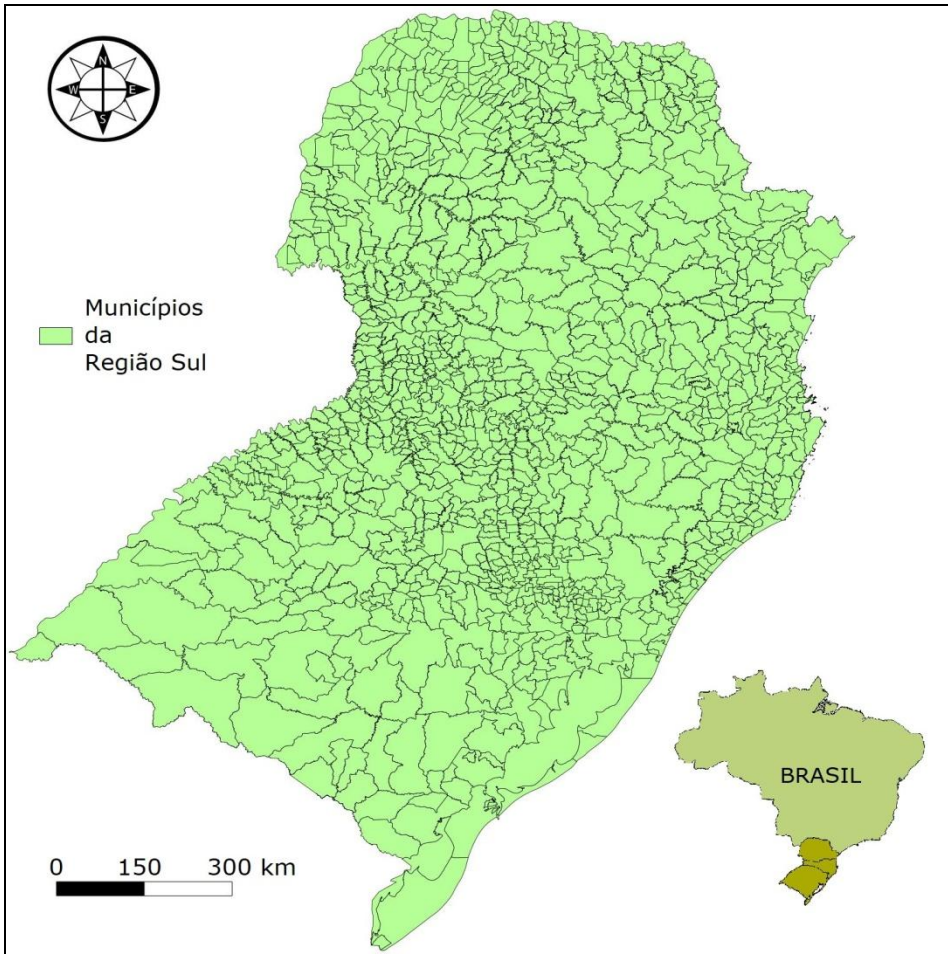
Fonte: HUMAN DEVELOPMENT REPORT, UNDP, 2016. Organizado pela autora.

Observa-se que em todos os casos fica evidente que desenvolvimento humano elevado (HDI) indicou melhor desempenho quanto ao desenvolvimento de gênero (GDI) e, ao mesmo tempo apresentaram menor desigualdade de gênero (GI). Esses resultados não indicam que não exista desigualdade entre mulheres e homens, mas infere que seja ínfima entre ambos, e que desfrutem de maior liberdade no sentido de desenvolvimento proposto por Amartya Sen.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DE ESTUDO E BASE DE DADOS

A região Sul do Brasil é composta por 3 Estados (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), 23 mesorregiões, 94 microrregiões e um total de 1191 municípios.

Figura 1 - Municípios da Região Sul do Brasil.



Fonte: IBGE – 2010, elaborado pela autora.

Para o ano de 2010, a população censitária residente na Região Sul totalizava 27.386.891 habitantes (IBGE, 2010). O Produto Interno Bruto (PIB) regional representa 16,41% do PIB brasileiro (IBGE, 2014), e tanto a renda *per capita* quanto o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) estão entre os mais elevados do Brasil, sendo o primeiro do *ranking* o Distrito Federal com o IDH de 0,824 (PNUD, 2010), (Tabela 1).

Tabela 1 - Informações socioeconômicas - Região Sul do Brasil

UF – Região Sul	População (habitantes) 2010	PIB (R\$ milhão) 2014	Renda per capita (R\$) 2010 ¹	IDHM 2010	Posição IDHM 2010
Paraná	10.444.526	348 084	890,89	0,749	5 ^a
Santa Catarina	6.248.436	242 553	983,90	0,774	3 ^a
Rio Grande do Sul	10.693.929	357 816	959,24	0,746	6 ^a

Fonte: Adaptado de Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD Brasil, 2010 e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2014.

Notas: (1) Valores em reais de 01/ Agosto de 2010.

Em comparação com o Brasil em relação à estrutura de distribuição de renda, a região Sul indica menor desigualdade socioeconômica entre as famílias do que o padrão brasileiro, ou seja, o Sul apresentou Gini de 0,480 enquanto que o Brasil foi de 0,536. A economia da região está fortemente atrelada ao setor secundário, com 25% dos empregos ligados à indústria de transformação. A evolução histórica da região Sul do Brasil são similares aos três estados, onde até o século XX houve predomínio da produção agrícola para o atendimento da demanda externa de mercado e transformando-se numa economia fortemente alicerçada em atividades de base primária (agrícola e pecuária) e secundária (indústrias) (MONTIBELLER FILHO e GARGIONI, 2014).

A base de informações utilizadas nesta pesquisa são os microdados⁹ do Censo Demográfico de 2010 do IBGE e dados das eleições municipais de 2012 e 2016 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As informações dos microdados do Censo Demográfico de 2010 foram extraídas por meio do software SPSS¹⁰ (*Statistical Package for Social Science for Windows*) versão 21.0. Os dados coletados das bases citadas foram tratados e trabalhados com uso de planilhas simples do Excel.

A seguir são descritos os índices utilizados nesta pesquisa, bem como sua metodologia de cálculo.

⁹ Os microdados consistem no menor nível de desagregação dos dados de uma pesquisa, retratando, sob a forma de códigos numéricos, o conteúdo dos questionários, preservado o sigilo das informações. Possibilitam aos usuários, com conhecimento de linguagens de programação ou softwares de cálculo, criar suas próprias tabelas. E são acompanhados de uma documentação que fornece os nomes e os respectivos códigos das variáveis e suas categorias, a metodologia da pesquisa, e o instrumento de coleta de dados (IBGE, 2017), disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaultmicro.shtm>. Acesso em: 16/06/2017.

¹⁰ O programa *Statistical Package for Social Science for Windows* (SPSS) é um software para análise estatística de dados, que utiliza de menus e janelas de diálogo e permite realizar cálculos complexos visualizando seus resultados de forma simples e autoexplicativas.

4.3 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (IDS-GEN) E ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DE GÊNERO (IDG)

Inspirado nos índices desenvolvidos pelo Programa das Nações para o Desenvolvimento Humano – PNUD, GDI e GII (Quadro 2), para mensurar o desenvolvimento de gênero existente entre países, Soares (2009) elaborou dois índices de gênero, o Índice de Desenvolvimento Social - IDS-gen, e o Índice de Desenvolvimento de Gênero – IDG. Seus índices foram adaptados à realidade e bases de dados existentes no Brasil, e utilizou como fonte os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) tendo sido realizada para o Brasil e suas Unidades da Federação, para os anos de 2001, 2004 e 2008.

Soares (2009), em consonância com os índices GDI e GEM da Organização das Nações Unidas - ONU, aponta que o IDS-gen e o IDG não constituem medidas de igualdade de gênero, pelo fato de que seus indicadores não foram construídos por meio de razão entre os sexos, ou seja, são calculados separadamente, para mulheres e para homens e em seguida é feita análise comparativa entre ambos. Desse modo, Soares (2009), elaborou índices de desenvolvimento social numa perspectiva de gênero por considerar as dimensões: saneamento, rendimento, escolaridade e condições de trabalho. Segundo a autora, homens e mulheres devem garantir condições mínimas de acesso a essas dimensões. E considera que:

O IDS-gen mede o desenvolvimento entre homens e mulheres por meio do acesso às condições mínimas ou necessidades básicas. O IDG, por sua vez, está preocupado com o avanço das mulheres em aspectos dos quais elas são excluídas, como a participação no mercado de trabalho, a tomada de decisões e o acesso a uma renda e escolaridade elevada (SOARES, 2009, p.68).

Para esta pesquisa, foi adotada a mesma metodologia utilizada por Soares (2009) para o cálculo dos índices de desenvolvimento social e índice de desenvolvimento de gênero (Quadro 3), porém, neste caso são utilizados como base de dados, os microdados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE ao invés de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, com a finalidade de trabalhar dados por município. Dessa forma, podem-se analisar espacialmente as diferenças regionais, nesse caso, tendo como unidade amostral os municípios da

região Sul do Brasil (399 municípios do Paraná, 295 municípios de Santa Catarina e 497 municípios do Rio Grande do Sul).

Diferentemente do trabalho apresentado por Soares (2009), esta pesquisa fez um levantamento mais detalhado a nível municipal sobre o comportamento das desigualdades e do desenvolvimento social entre homens e mulheres. Por meio, desse nível de desagregação pode-se examinar ocorre com a mesma intensidade como apresentado pela análise em nível estadual, buscando fazer uma análise comparativa da região Sul com os dados mais agregados do Brasil, uma vez que esta região apresenta níveis elevados quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano em relação aos demais estados da federação. Portanto, foram feitas análises intra regional dos municípios da região Sul, o qual pode se torna mais sensível, em relação às comparações de municípios de regiões brasileiras muito distantes em termos de desenvolvimento social e econômico.

Foram adotados os mesmos critérios considerados por Soares (2009), na escolha das dimensões dos índices de desenvolvimento de gênero, conforme apresentado no Quadro 4 a seguir. Convém ressaltar que as informações levantadas para as dimensões propostas atende à descrição das variáveis¹¹ dos Microdados da Amostra do Centro Demográfico 2010 do IBGE.

Quadro 4 - Dimensões do IDS-gen e do IDG.

Índice de Desenvolvimento Social (IDS-gen)	Índice de Desenvolvimento de Gênero (IDG)
Deve atender às necessidades básicas ou mínimas de vida em condições decentes.	São considerados alguns aspectos específicos que caracterizam a desigualdade de gênero.
<ul style="list-style-type: none"> - Saneamento: Proporção de pessoas em domicílios com alguma das condições de saneamento inadequadas¹²; - Renda: Proporção de pessoas sem rendimento ou com rendimento de todas as fontes inferior a um salário mínimo; - Educação: Proporção de pessoas sem instrução e com menos de 4 anos de estudo; - Trabalho: Proporção de pessoas desocupadas ou com trabalho precário¹³. 	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho: Taxa de atividade no mercado de trabalho; - Tomada de decisão: Proporção de pessoas em cargos de chefia e direção; - Rendimento: Proporção de pessoas com rendimento de todos os trabalhos de 5 SM (salários mínimos) ou mais; - Educação: Proporção de pessoas com 15 anos ou mais de estudo.

Fonte: Soares (2009, p. 67). Organizado pela autora.

¹¹ Censo Demográfico 2010 – IBGE - “documentação”, disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra/resultados_gerais_amostra_tab_uf_microdados.shtm. Acesso em 16/06/2017.

¹² Soares (2009) considera como condição de adequabilidade dos domicílios, a existência em conjunto das seguintes características: abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário ligado à rede geral e coleta de lixo.

¹³ Soares (2009), considera o trabalho precário pelo número de pessoas na situação de empregado sem rendimento ou empregado sub-remunerado (remuneração inferior a 1 salário mínimo) ou subocupadas (jornada inferior a 30 horas).

Após a extração dos dados das bases de dados já citadas, estes foram organizados em planilhas do Excel. Lembrando que os índices são calculados separadamente, para mulheres e homens. Foram organizadas informações para mulheres e para homens, em seguida organizadas para o cálculo dos indicadores de cada dimensão considerada para cada sexo. Desse modo, a sequência de cálculo dos indicadores de cada dimensão proposta para o Índice de Desenvolvimento Social (IDS-gen) e para o Índice de Desenvolvimento de Gênero (IDG) ocorre da seguinte forma:

I – Metodologia de Cálculo do IDS-gen:

1) Inicialmente, calculam-se os indicadores:

$$\text{Saneamento} = \frac{\text{Pessoas com pelo menos uma condição inadequada de saneamento}}{\text{Total de pessoas}} \times 100$$

$$\text{Renda} = \frac{\text{Pessoas com ou sem rendimento de todas as fontes inferior a 1SM}}{\text{Total de pessoas de 10 anos ou mais de idade}} \times 100$$

$$\text{Educação} = \frac{\text{Pessoas de 15 anos ou mais com menos de 4 anos de estudo}}{\text{Total de pessoas de 15 anos ou mais de idade}} \times 100$$

$$\text{Trabalho} = \frac{\text{Pessoas desocupadas ou com condições precárias de trabalho}}{\text{Total de pessoas de 10 anos ou mais de idade}} \times 100$$

2) Em seguida é feita a normalização, conforme os mesmos critérios adotados por Soares (2009) dos quatro indicadores (subíndices) fazendo com que os valores estejam entre 0 e 1, pela fórmula:

$$\text{Indicador} = \frac{\text{valor observado} - \text{pior valor (100\%)}}{\text{melhor valor (0\%)} - \text{pior valor (100\%)}}$$

3) O IDS-gen é obtido pela média simples dos quatro indicadores (subíndices):

$$IDS_{gen} = \frac{\sum_i \text{indicador } (i)}{4}$$

Onde $i = 1, 2, 3$ e 4 (ou saneamento, renda, educação e trabalho).

II – Metodologia de Cálculo do IDG:

Para o caso do IDG, além do filtro do domicílio particular permanente, as informações foram obtidas apenas para as pessoas com 25 anos ou mais de idade.

1) Inicialmente, calculam-se os indicadores:

$$\text{Participação Econômica} = \frac{\text{População economicamente ativa}}{\text{População em idade ativa}} \times 100$$

$$\text{Tomada de Decisão} = \frac{\text{Pessoas com cargo de chefia ou direção}}{\text{População ocupada}} \times 100$$

$$\text{Renda} = \frac{\text{Pessoas com rendimento de todos os trabalhos de 5 SM ou mais}}{\text{População ocupada}} \times 100$$

$$\text{Educação} = \frac{\text{Pessoas com 15 anos ou mais de estudo}}{\text{Total de pessoas de 25 anos ou mais de idade}} \times 100$$

2) Em seguida é feita a normalização¹⁴ dos quatro indicadores fazendo com que os valores estejam entre 0 e 1 adotando limites entre 0 e 100%, pela fórmula:

$$\text{Dimensão do índice} = \frac{\text{valor atual} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}$$

Convém ressaltar que para o IDG são adotados critérios diferentes aos de Soares (2009), pois seu estudo se baseia nos resultados do Distrito Federal. E por considerar que a realidade dos demais municípios brasileiros estão muito aquém da

¹⁴ (HUMAN DEVELOPMENT REPORT - *Technical notes*, 2014, p.7). BUSSAB *et. al.* (1990, p.20), utiliza da seguinte forma de cálculo para a normalização de valores: $X = \frac{x - x_{\min}}{x_{\max} - x_{\min}}$.

apresentada pela capital federal, os critérios adotados aqui para este caso são os mesmos que o PNUD utiliza para o *Gender Development Index – GDI* (Índice de Desenvolvimento de Gênero) na normalização de valores.

3) O IDG é obtido pela média simples dos quatro indicadores (subíndices):

$$IDG = \frac{\sum_i \text{Indicador } (i)}{4}$$

Onde $i = 1, 2, 3$ e 4 (ou participação econômica, tomada de decisão, renda e escolaridade).

Para a classificação do Índice de Desenvolvimento Social (IDS-gen) e do Índice de Desenvolvimento de Gênero (IDG) foram adotados os mesmos parâmetros e escalas utilizados para a classificação do IDHM¹⁵, conforme consta no Quadro 5.

Quadro 5 – Faixas de Classificação dos Índices

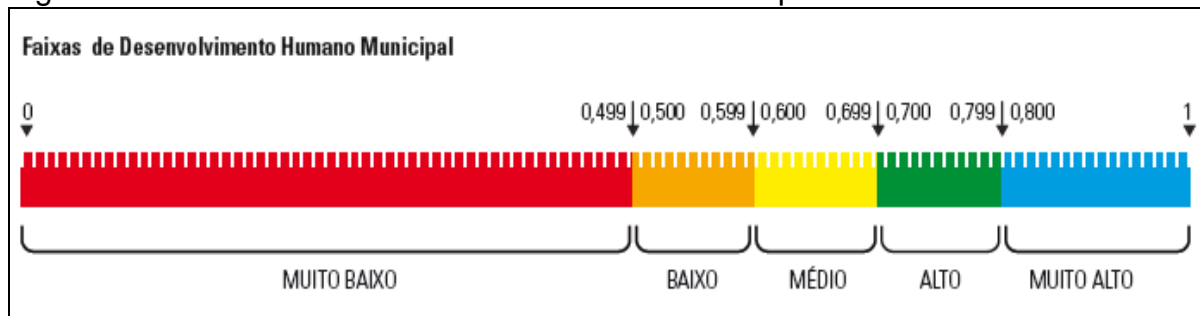
Escala	Valores
Muito alto	0,800 – 1
Alto	0,700 – 0,799
Médio	0,600 – 0,699
Baixo	0,500 – 0,599
Muito Baixo	0 – 0,499

Fonte: Adaptado de PNUD (2013, p. 27).

A Figura 2, a seguir, retrata as faixas do Desenvolvimento Humano Municipal adotadas para a classificação do IDHM. O IDHM foi adaptado do IDH global para calcular o IDH dos municípios brasileiros a partir de dados do Censo Demográfico de 2010 e segue as mesmas dimensões do IDH global, ou seja, saúde, educação e renda (PNUD, 2013).

¹⁵ O IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município (PNUD, 2013, p. 27).

Figura 2 - Faixas do Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM.



Fonte: PNUD (2013, p. 27).

Dos 1191 municípios da região Sul do Brasil foram retirados da amostra de dados, três casos que na ocasião do Censo Demográfico 2010 não existiam, pois foram criados em 01 de janeiro de 2013. Dois deles, de Santa Catarina, Balneário Rincão e Pescaria Brava, desmembrados dos municípios de Içara e Laguna, respectivamente. E um, do Rio Grande do Sul, o município de Pinto Bandeira que foi desmembrado do município de Bento Gonçalves (Área Territorial Brasileira, IBGE, 2017). Estes municípios foram retirados da amostra por não possuírem informações de qualquer das bases utilizadas para a composição dos índices aqui trabalhados.

5 REGIÃO SUL: DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADE DE GÊNERO

Este capítulo apresenta uma análise do desenvolvimento e da desigualdade de gênero nos municípios do Sul do Brasil.

5.1 IDS-GEN E IDG: ANÁLISE PARA AS UNIDADES FEDERATIVAS DO BRASIL

Numa perspectiva analítica realizada para o Brasil e Unidade da Federação, com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para os anos de 2001, 2004 e 2008, os resultados apontados no trabalho de Soares (2009) destacam para o índice de desenvolvimento social (IDS-gen) que os avanços na área social ainda são marcados por forte desigualdade em termos regionais, principalmente de gênero e cor; as desigualdades entre homens e mulheres são mais expressivas em relação à cor, sendo que as mulheres negras são as mais excluídas; as dimensões renda e saneamento são as principais fontes de exclusão.

Para os resultados do índice de desenvolvimento de gênero (IDG), destacam-se elevada distância entre homens e mulheres em todos os indicadores, com exceção ao indicador escolaridade, em que a proporção de mulheres com nível superior é maior; houve uma piora para as mulheres na dimensão renda; em todos os estados o IDG é baixo, com exceção do Distrito Federal; o IDG das mulheres brancas é quase o dobro do índice apresentado pelas mulheres negras; as mulheres negras apresentam índices mais elevados em relação às mulheres brancas somente na dimensão participação no mercado de trabalho, devido às necessidades socioeconômicas das mulheres negras.

As mulheres tiveram um aumento expressivo no nível de escolaridade, tendo sido maior a incidência do abandono escolar de jovens do sexo masculino. A figura masculina é vista como dominante na sociedade pela função de provedor da família, e às mulheres é atribuído o papel do trabalho doméstico, ou seja, são características do modelo tradicional da divisão sexual do trabalho (SOARES, 2009; SOARES, 2013; HIRATA e KERGOAT, 2007).

O trabalho de Soares (2009) corrobora no sentido de apresentar resultados que indicam desenvolvimento social médio baixo tanto para homens quanto para

mulheres, e que ao mesmo o Brasil possui Unidades da Federação classificadas em todos os níveis de desenvolvimento (de baixo a alto). O estudo aponta não haver peculiaridades regionais em relação ao IDS-gen e o IDG. Entretanto, revela uma relativa diferença entre homens e mulheres no acesso desigual a necessidades básicas e ainda, oportunidades são negligenciadas, como maior participação econômica e mulheres ocupando cargos de chefia.

Das informações contidas no Quadro 7 observa-se que os resultados indicaram que os estados do Sul do Brasil estão bem colocados no ranking por Unidade da Federação, em termos do IDS-gen, IDG e IDHM. A questão aqui colocada é se estes resultados estão refletidos de forma desagregada em seus municípios.

Quadro 6 - Comparativo IDS-gen, IDG, IDHM – Unidade da Federação.

Unidades da Federação	IDS-gen (2008)		IDG (2008)		IDHM (2010)
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Distrito Federal	0,844	0,800	0,803	0,681	0,824
São Paulo	0,862	0,795	0,606	0,459	0,783
Santa Catarina	0,748	0,682	0,624	0,447	0,774
Rio de Janeiro	0,814	0,752	0,584	0,463	0,761
Paraná	0,742	0,676	0,576	0,432	0,749
Rio Grande do Sul	0,729	0,672	0,529	0,405	0,746
Espírito Santo	0,732	0,658	0,502	0,369	0,740
Goiás	0,672	0,604	0,505	0,379	0,735
Minas Gerais	0,769	0,710	0,479	0,361	0,731
Mato Grosso do Sul	0,634	0,553	0,526	0,399	0,729
Mato Grosso	0,630	0,569	0,537	0,412	0,725
Amapá	0,602	0,540	0,456	0,367	0,708
Roraima	0,601	0,579	0,425	0,421	0,707
Tocantins	0,536	0,521	0,445	0,415	0,699
Rondônia	0,546	0,495	0,425	0,292	0,690
Rio Grande do Norte	0,515	0,520	0,404	0,316	0,684
Ceará	0,522	0,528	0,376	0,301	0,682
Amazonas	0,591	0,561	0,409	0,305	0,674
Pernambuco	0,576	0,573	0,391	0,305	0,673
Sergipe	0,612	0,591	0,404	0,300	0,665
Acre	0,563	0,534	0,493	0,386	0,663
Bahia	0,570	0,560	0,376	0,286	0,660
Paraíba	0,537	0,559	0,396	0,335	0,658
Pará	0,536	0,485	0,413	0,303	0,646
Piauí	0,400	0,418	0,377	0,311	0,646
Maranhão	0,462	0,464	0,352	0,265	0,639
Alagoas	0,478	0,482	0,351	0,295	0,631

Fonte: Soares (2009), PNUD (2013). Organizado pela autora.

5.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (IDS-GEN)

Conforme já explicitado anteriormente, o IDS-gen mede o desenvolvimento social entre homens e mulheres quanto ao acesso às condições básicas ou mínimas de vida decente.

Os resultados apontaram que na maioria dos municípios dos três estados da região Sul os índices estão classificados entre baixo e muito baixo.

No contexto regional, os resultados evidenciaram que a situação social das mulheres ainda está bastante desfavorável em relação aos homens. De acordo com a Tabela 2 abaixo, observa-se que no Paraná, os homens apresentaram IDS-gen entre muito baixo a médio em 92% dos municípios, e 90% para as mulheres na mesma condição. Em Santa Catarina, 97,3% dos municípios apresentaram IDS-gen entre muito baixo a médio para as mulheres versus 81,9% para os homens, e 2,7% entre alto e muito alto para as mulheres versus 18,1% para os homens. No Rio Grande do Sul, 96% dos municípios exibiram índices entre muito baixo a médio para as mulheres versus 88,5% para homens, e entre os que tiveram índices entre alto e muito alto, 4% para mulheres e 11,5% para homens.

Nesse caso, observa-se maior concentração de municípios nos estados de Santa Catarina e no Rio Grande do Sul de mulheres vivendo com algum tipo de condição inadequada, considerando o atendimento a necessidades básicas. Por esse motivo, as análises intra regional refletem melhor o ranking dos municípios do que as análises realizadas entre municípios de regiões com nível de desenvolvimento muito diferente.

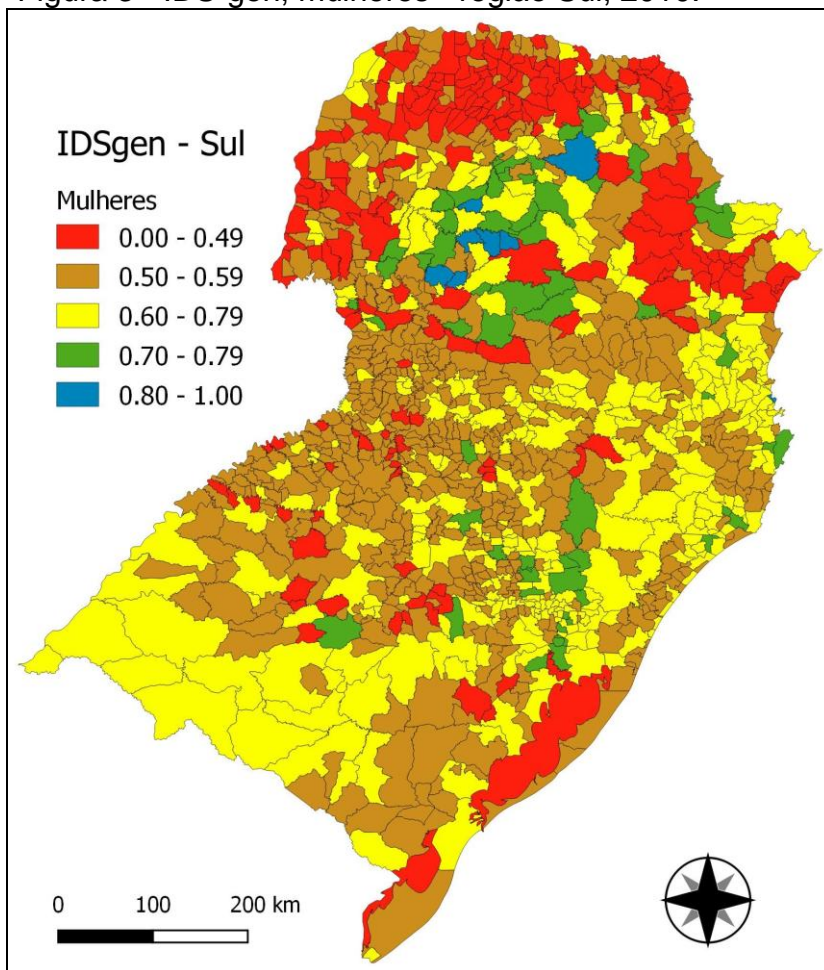
Tabela 2 - Municípios da região Sul por faixa de classificação, IDS-gen, por sexo, 2010.

Faixas	Paraná				Santa Catarina*				Rio Grande do Sul**			
	Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Muito Baixo	150	37,6	215	53,9	3	1,0	3	1,0	36	7,3	30	6,0
Baixo	134	33,6	107	26,8	156	53,2	81	27,6	288	58,1	201	40,5
Médio	75	18,8	45	11,3	126	43,0	156	53,2	152	30,6	208	41,9
Alto	33	8,3	22	5,5	7	2,4	51	17,4	20	4,0	54	10,9
Muito Alto	7	1,8	10	2,5	1	0,3	2	0,7	0	0	3	0,6
Total	399	100	399	100	293	100	293	100	496	100	496	100

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos Microdados do Censo Demográfico 2010. Nota: (*) Exclusão de Balneário Rincão e Pescaria Brava e (**) Pinto Bandeira, criados em 2013.

A Figura 3, a seguir, apresenta os municípios da região Sul do Brasil de acordo com as faixas de classificação adotadas, em que se pode observar em termos espaciais a dimensão do menor desempenho em relação ao desenvolvimento social das mulheres, por apresentar maior quantidade de municípios com desempenho entre muito baixo e baixo (nas cores vermelho e laranja) comparado à situação da população masculina nesta mesma condição (exposto na Figura 4, a seguir).

Figura 3 - IDS-gen, mulheres - região Sul, 2010.



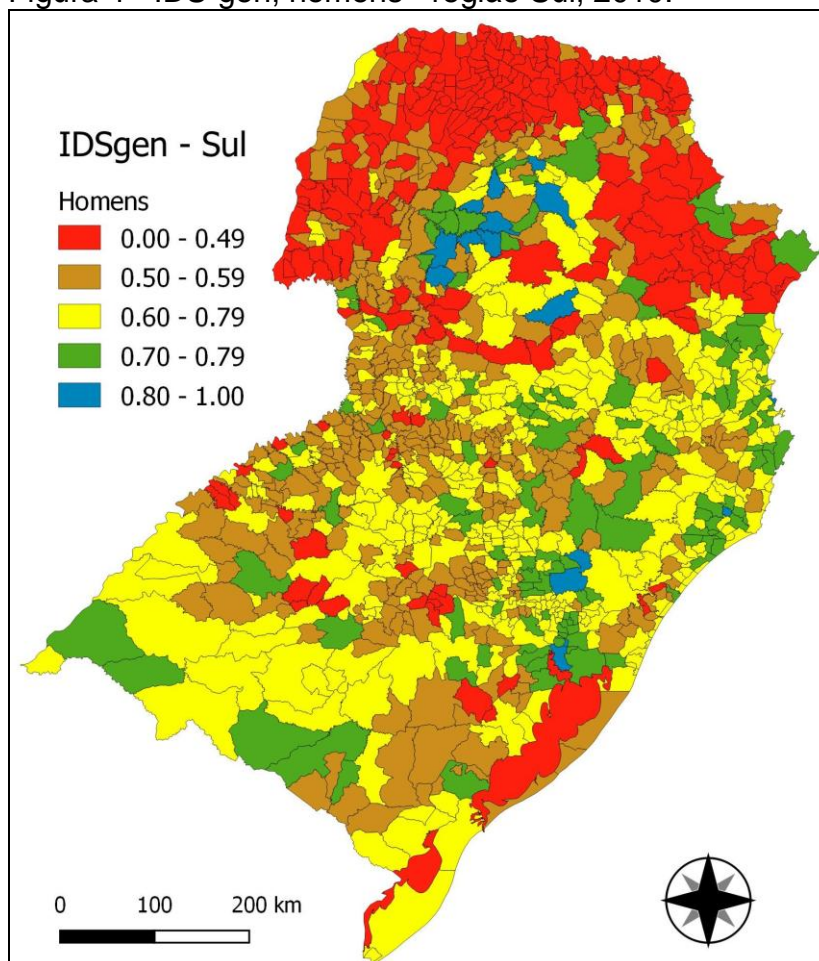
Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos Microdados do Censo Demográfico 2010.

O Índice de Desenvolvimento Social (IDS-gen) para homens na região Sul exposto na Figura 4 demonstra de forma mais efetiva uma parcela maior de municípios, com índices entre alto e muito alto população masculina. Esse dado indica que mais homens estão se beneficiando do acesso a serviços de necessidades básicas.

Comparando a situação de homens e mulheres, conforme exposto nas Figuras 3 e 4, pode-se inferir que no estado do Paraná há uma singela melhora na condição das mulheres em relação aos homens pois são 10,1% das mulheres com desenvolvimento social entre alto e muito alto contra 8% dos homens. Em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul é maior a quantidade de casos em que o percentual de homens apresentaram IDS-gen entre alto e muito alto.

Mas essa condição ainda é pouco significativa em termos de desenvolvimento social que indicaria melhor qualidade de vida e bem-estar social. O direito básico à saúde está diretamente relacionado ao saneamento adequado e educação, por esse motivo seja tão relevante reduzir a taxa de analfabetismo. O capital social de que trata Becker (1964) defende que o indivíduo necessita maximizar a utilidade futura de um bem, no caso, a qualidade de vida e o bem-estar, sua satisfação pessoal. Trabalho e rendimento condizentes com sua atividade fazem parte dessa utilidade.

Figura 4 - IDS-gen, homens - região Sul, 2010.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos Microdados do Censo Demográfico 2010.

Ao analisar o comportamento do IDS-gen nas mesorregiões do Paraná, a Tabela 3, abaixo, exibe a quantidade de municípios inseridos em cada faixa de classificação, conforme os parâmetros adotados para o IDS-gen. Nas mesorregiões Noroeste e Norte Central Paranaense concentra-se um percentual maior de municípios com IDS-gen muito baixo para os homens. Por outro lado, nas mesmas mesorregiões encontra-se maior percentual de municípios com IDS-gen entre baixo e médio para as mulheres.

A mesorregião Noroeste Paranaense concentra atividades industriais quanto ao beneficiamento da mandioca e no setor de confecções e se constitui no maior pólo sucro-alcooleiro do Estado, além da expansão de *commodities* e fruticultura (abacaxi, laranja e manga). Já a mesorregião Norte Central Paranaense possui o segundo maior parque industrial do Paraná, caracterizado pela diversificação, em gêneros alimentícios, têxtil, mobiliário, açúcar e álcool, além da produção de agroquímicos, embalagens plásticas e equipamentos para instalações industriais e comerciais. O setor de serviços da região, destaca atividades fortemente concentradas em Londrina e Maringá, em segmentos que denotam importantes encadeamentos produtivos, como os serviços de transporte e de apoio à atividade empresarial, bem como de serviços sociais, como saúde e educação (IPARDES, 2004).

Tabela 3 Distribuição percentual de municípios por mesorregião do Paraná, IDS-gen, por sexo, 2010.

Mesorregião	Muito Baixo		Baixo		Médio		Alto		Muito Alto	
	%M	%H	%M	%H	%M	%H	%M	%H	%M	%H
Centro Ocidental Paranaense	2,0	2,8	2,8	1,8	0,8	0,8	0,5	0,5	0,3	0,5
Centro Oriental Paranaense	1,5	2,0	1,0	0,8	0,3	0,8	0,8	0	0	0
Centro-Sul Paranaense	3,3	5,0	2,3	1,3	1,3	0,5	0,5	0,5	0	0
Metropolitana de Curitiba	3,3	4,5	2,3	2,5	2,5	1,8	1,3	0,5	0	0
Noroeste Paranaense	5,5	8,8	6,3	5,0	3,3	1,0	0,3	0,5	0	0
Norte Central Paranaense	7,3	10,3	6,8	5,0	3,8	2,5	1,3	1,8	0,8	0,3
Norte Pioneiro Paranaense	4,5	6,0	3,3	3,0	1,8	1,5	2,0	0,8	0	0,3
Oeste Paranaense	5,3	7,0	3,0	3,0	3,3	1,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Sudeste Paranaense	2,5	4,0	2,0	0,8	0,5	0,3	0	0	0,3	0,3
Sudoeste Paranaense	2,3	3,5	4,0	3,8	1,5	0,8	1,5	0,5	0	0,8
Total	37,3	53,9	33,6	26,8	18,8	11,3	8,5	5,5	1,8	2,5

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos Microdados do Censo Demográfico 2010.

A Tabela 4, a seguir compara a situação das mulheres em relação aos homens nos 20 municípios do Estado do Paraná que apresentaram melhor desempenho IDS-gen mulheres.

E em comparação com o IDHM 2010, estes mesmos municípios possuem índices classificados entre médio e alto desenvolvimento humano, o que indica que no caso das mulheres existe uma similaridade em relação ao desenvolvimento humano e desenvolvimento social para as dimensões consideradas na composição do IDS-gen. Os municípios com IDS-gen mulheres entre alto e muito alto estão localizados nas mesorregiões Norte Central Paranaense (Godoy Moreira, Nova Tebas, Porecatu, Centenário do Sul, Mandaguari, Kaloré e Iguaraçu) e Sudoeste Paranaense (Cruzeiro do Oeste, Santa Izabel do Oeste, Nova Esperança do Sudoeste e Boa Esperança do Iguazu).

Tabela 4 - Ranking dos 20 municípios do Paraná com melhor IDS-gen, por sexo, 2010.

Municípios	IDS-gen Mulheres	Faixas Mulheres	IDS-gen Homens	Faixas Homens	IDHM 2010	Faixas IDHM
Maripá	0,867	Muito Alto	0,836	Muito Alto	0,758	Alto
Rio Azul	0,844	Muito Alto	0,835	Muito Alto	0,687	Médio
Godoy Moreira	0,841	Muito Alto	0,813	Muito Alto	0,675	Médio
Matelândia	0,829	Muito Alto	0,894	Muito Alto	0,725	Alto
Campina da Lagoa	0,815	Muito Alto	0,725	Alto	0,704	Alto
Nova Tebas	0,814	Muito Alto	0,777	Alto	0,651	Médio
Porecatu	0,804	Muito Alto	0,746	Alto	0,738	Alto
Cruzeiro do Oeste	0,798	Alto	0,854	Muito Alto	0,713	Alto
Nova Santa Bárbara	0,780	Alto	0,842	Muito Alto	0,680	Médio
Santa Izabel do Oeste	0,774	Alto	0,827	Muito Alto	0,696	Médio
Virmond	0,774	Alto	0,785	Alto	0,722	Alto
Centenário do Sul	0,773	Alto	0,796	Alto	0,668	Médio
Mandaguari	0,761	Alto	0,705	Alto	0,751	Alto
Nova Esperança do Sudoeste	0,761	Alto	0,814	Muito Alto	0,714	Alto
Goioerê	0,760	Alto	0,810	Muito Alto	0,731	Alto
Kaloré	0,760	Alto	0,767	Alto	0,721	Alto
Antonina	0,751	Alto	0,778	Alto	0,687	Médio
Iguaraçu	0,746	Alto	0,601	Médio	0,758	Alto
Campo Mourão	0,745	Alto	0,821	Muito Alto	0,757	Alto
Boa Esperança do Iguazu	0,744	Alto	0,751	Alto	0,700	Alto

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos Microdados do Censo Demográfico 2010.

A Tabela 5 apresenta os valores percentuais dos indicadores do IDS-gen dos municípios selecionados no ranking. Em todos os indicadores, dos municípios selecionados observa-se que é maior o percentual de mulheres em situação

desfavorável, exceto para a proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade com menos de 4 anos de estudo (inclusive analfabetos).

Tabela 5 - Indicadores selecionados para o IDS-gen, por sexo – Paraná, 2010.

Municípios	Proporção de pessoas em domicílios particulares permanentes que vivem em condições inadequadas de saneamento		Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade sem rendimento ou com rendimento de todas as fontes inferior a um salário mínimo		Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade com menos de 4 anos de estudo (inclusive analfabetos)		Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade desocupadas ou em condições precárias de trabalho		IDS-gen	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
Maripá	60,83	59,04	45,45	36,75	69,54	74,90	53,10	38,67	0,867	0,836
Rio Azul	62,04	62,57	44,28	36,44	67,58	72,45	51,59	38,67	0,844	0,835
Godoy Moreira	62,22	62,59	49,20	37,41	61,04	67,49	49,95	37,63	0,841	0,813
Matelândia	63,22	63,87	46,93	41,79	64,12	67,44	47,65	44,53	0,829	0,894
Campina da Lagoa	59,48	59,55	50,16	32,19	66,92	69,43	40,42	30,34	0,815	0,725
Nova Tebas	56,21	59,05	50,86	32,43	70,46	75,32	38,27	34,18	0,814	0,777
Porecatu	62,30	62,66	41,61	30,89	60,82	62,26	54,26	38,53	0,804	0,746
Cruzeiro do Oeste	59,14	62,66	47,87	41,16	60,70	65,63	46,68	40,96	0,798	0,854
Nova Santa Bárbara	68,53	66,73	45,46	38,86	63,27	65,12	38,35	39,76	0,780	0,842
Santa Izabel do Oeste	64,52	65,23	49,84	37,11	62,71	71,62	34,26	35,75	0,774	0,827
Virmond	56,35	58,29	47,53	38,22	75,13	75,43	31,56	29,10	0,774	0,785
Centenário do Sul	59,31	59,04	48,59	35,80	73,80	79,94	29,14	29,99	0,773	0,796
Mandaguari	64,13	61,07	39,63	30,43	69,40	66,47	40,52	30,51	0,761	0,705
Nova Esperança do Sudoeste	52,85	55,21	45,28	42,65	65,34	67,78	43,62	35,61	0,761	0,814
Goioerê	72,22	75,42	45,29	36,62	59,97	63,73	35,63	33,44	0,760	0,810
Kaloré	55,12	56,15	46,93	36,47	70,38	73,25	35,07	31,11	0,760	0,767
Antonina	62,28	63,73	41,86	35,43	65,40	71,40	40,50	30,98	0,751	0,778
Iguaçu	62,32	63,66	48,25	21,86	68,68	70,37	27,57	19,97	0,746	0,601
Campo Mourão	54,20	56,74	47,77	39,80	65,85	70,58	35,92	37,13	0,745	0,821
Boa Esperança do Iguaçu	59,10	60,04	42,74	34,63	61,25	64,02	43,79	35,09	0,744	0,751

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos Microdados do Censo Demográfico 2010.

Analisando o município de Maripá, localizado na mesorregião Oeste Paranaense observa-se que apesar de apresentar IDS-gen muito alto para as mulheres, 60,83% estão vivendo com alguma condição inadequada de saneamento, 45,45% estão sem rendimento ou com rendimento inferior a um salário mínimo, 65,54% tem menos de 4 anos de estudo ou são analfabetas e 53,1% estão desocupadas ou em condições precárias de trabalho. Convém ressaltar que em

Maripá, o salário médio mensal dos trabalhadores formais é 2,5 salários mínimos, com 23,6% da população ocupada e renda per capita de R\$ 50.908,96 de uma população de 5.684 habitantes de acordo com o último censo (IBGE, 2017¹⁶).

No Paraná, em 218 municípios, isto é, 54,64% é maior a proporção de homens vivendo com alguma condição inadequada de saneamento, outros 181 municípios, 45,36% das mulheres nessa condição. Em 88,72% dos municípios, é maior a proporção de homens com menos de 4 anos de estudo (inclusive analfabetos), contra 11,27% dos casos em que essa condição é maior entre as mulheres. Em relação ao trabalho precário, em 96,24% dos municípios é maior a proporção de mulheres nessa condição, sendo 3,75% dos demais casos para os homens. E em todos os municípios, é maior a proporção de mulheres sem rendimento ou com rendimento inferior a um salário mínimo.

Esses resultados apontam para uma ausência quanto ao desenvolvimento social das mulheres, principalmente por não possuírem condições dignas de trabalho e rendimento, o que afeta sua qualidade de vida e bem estar-social, sua capacidade de escolha, ou mesmo a liberdade indicada por Amartya Sen como fundamental para o desenvolvimento humano.

A Tabela 6, a seguir, exhibe o percentual de municípios distribuídos por mesorregião de Santa Catarina conforme classificação do IDS-gen para homens e mulheres. Nela se observa que existe maior concentração de municípios com IDS-gen baixo para as mulheres nas mesorregiões Oeste e Sul Catarinenses, com 27,65% e 6,48% dos casos, respectivamente.

Tabela 6 Distribuição percentual de municípios de Santa Catarina, IDS-gen, por sexo, 2010.

Mesorregião	Muito Baixo		Baixo		Médio		Alto		Muito Alto	
	%M	%H	%M	%H	%M	%H	%M	%H	%M	%H
Grande Florianópolis	0	0	3,75	2,05	2,73	2,73	0,68	2,39	0	0
Norte Catarinense	0	0,34	5,46	2,05	3,07	4,44	0,34	2,05	0	0
Oeste Catarinense	0,34	0	27,65	16,04	12,29	20,48	0	3,75	0	0
Serrana	0,68	0,68	5,12	3,75	4,44	4,10	0	1,71	0	0
Sul Catarinense	0	0	6,48	1,37	7,51	8,53	1,02	4,78	0	0,34
Vale do Itajaí	0	0	4,78	2,39	12,97	12,97	0,34	2,73	0,34	0,34
Total*	1,02	1,02	53,24	27,65	43,00	53,24	2,39	17,41	0,34	0,68

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos Microdados do Censo Demográfico 2010. Nota: (*) Exclusão de Balneário Rincão e Pescaria Brava.

¹⁶ Informações disponíveis em: < <https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 5/02/2018.

Das seis mesorregiões que formam o Estado de Santa Catarina, a Oeste Catarinense é a maior em tamanho e quantidade de municípios, sendo 118 no total. A atividade econômica no setor secundário conta com a indústria alimentar, de processamento de soja e com a indústria madeireira, principalmente na região de Caçador e Matos Costa. E no setor de serviços apresenta alguma eficiência, nas cidades de Chapecó, Joaçaba, Videira, Concórdia e Caçador (BEGNINI, 2016).

A principal atividade industrial presente na região Sul Catarinense é a cerâmica, sendo que em torno de sua produção há um complexo para suprir as demandas do setor. São escolas e universidades para capacitar mão-de-obra até os setores de não metálicos, para extração da argila, e o segmento de esmalte e resina e insumos de produção (NOVAES et. al., 2013).

Para os 20 municípios de Santa Catarina selecionados com melhor IDS-gen mulheres, os resultados exibidos na Tabela 7, a seguir, apontaram que destes, estão na maior parte localizados nas mesorregiões Vale do Itajaí (Balneário Camboriú, Ascurra, Blumenau, Indaial e Itajaí), Sul Catarinense (São Ludgero, Criciúma, Tubarão, Braço do Norte e Cocal do Sul) e Grande Florianópolis (Florianópolis, São José, Tijucas e São Pedro de Alcântara).

Sobre o desempenho das atividades econômicas da mesorregião da Grande Florianópolis quanto a evolução do número de estabelecimentos, destaca-se que em 2011, havia na região mais de 33 mil estabelecimentos, especialmente nas microrregiões Florianópolis, Tijucas e Tabuleiro, onde a distribuição dos estabelecimentos foi de, respectivamente, 89,6%, 8,6% e 1,7%. Em termos setoriais, o maior número de estabelecimentos econômicos da Grande Florianópolis estava concentrado nos Serviços (43%), Comércio (38,3%) e pela Indústria (10,7%). Dentre os segmentos mais dinâmicos da mesorregião, destacam-se: comércio varejista (33,8%), administração técnica-profissional (16,1%) e alojamento (15,9%). E quanto a estrutura do mercado de trabalho em geral, com uma população economicamente ativa (PEA) de 567 mil pessoas, pouco mais de 543 mil se encontravam ocupadas (Censo Demográfico de 2010). Do total de pessoas ocupadas, 88% concentravam-se na microrregião Florianópolis, 9% em Tijucas e 3% em Tabuleiro (SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO – SST, 2013, p.8).

Ao comparar o IDS-gen com o IDHM observa-se que em todos os casos o desenvolvimento humano municipal é elevado, classificado entre alto e muito alto e

acompanha o desempenho do desenvolvimento social dos casos selecionados. Destaca-se que o melhor desempenho do IDS-gen mulheres não foi superior ao IDS-gen homens na maior parte dos municípios selecionados.

Tabela 7 - Ranking dos 20 municípios de Santa Catarina com melhor IDS-gen, por sexo.

Municípios	IDS-gen Mulheres	Faixas Mulheres	IDS-gen Homens	Faixas Homens	IDHM 2010	Faixas IDHM
Balneário Camboriú	0,802	Muito Alto	0,835	Muito Alto	0,845	Muito Alto
Jaraguá do Sul	0,754	Alto	0,797	Alto	0,803	Muito Alto
Florianópolis	0,754	Alto	0,791	Alto	0,847	Muito Alto
São Ludgero	0,748	Alto	0,808	Muito Alto	0,755	Alto
São José	0,735	Alto	0,772	Alto	0,809	Muito Alto
Criciúma	0,716	Alto	0,791	Alto	0,788	Alto
Ascurra	0,710	Alto	0,740	Alto	0,742	Alto
Tubarão	0,702	Alto	0,750	Alto	0,796	Alto
Blumenau	0,696	Médio	0,739	Alto	0,806	Muito Alto
Tijucas	0,696	Médio	0,750	Alto	0,760	Alto
Indaial	0,693	Médio	0,736	Alto	0,777	Alto
Itapiranga	0,693	Médio	0,709	Alto	0,775	Alto
São Pedro de Alcântara	0,633	Médio	0,747	Alto	0,734	Alto
Joaçaba	0,693	Médio	0,728	Alto	0,827	Muito Alto
Joinville	0,692	Médio	0,764	Alto	0,809	Muito Alto
Itajaí	0,689	Médio	0,750	Alto	0,795	Alto
Braço do Norte	0,686	Médio	0,737	Alto	0,778	Alto
Cocal do Sul	0,684	Médio	0,764	Alto	0,780	Alto
Faxinal dos Guedes	0,681	Médio	0,755	Alto	0,758	Alto
Schroeder	0,680	Médio	0,727	Alto	0,769	Alto

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos Microdados do Censo Demográfico 2010.

A Tabela 8, a seguir, apresenta os valores percentuais dos indicadores selecionados para o IDS-gen dos municípios de Santa Catarina que apresentaram melhor desempenho da população feminina em relação à masculina. Nos vinte municípios selecionados, tanto a proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade sem rendimento ou com rendimento inferior a um salário mínimo quanto para a proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade desocupadas ou em condições precárias de trabalho, os valores percentuais desses indicadores é maior para as mulheres. Esse dado aponta que existem mais mulheres em situação vulnerável em relação a trabalho e rendimento.

A capital Florianópolis possui o maior IDHM do estado de Santa Catarina, 0,847, o salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 4,8 salários mínimos, possui 67,6% da população ocupada, o PIB per capita é de R\$ 39.678,10, e

apresenta 87,8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2017¹⁷). No entanto, para os indicadores do IDS-gen, 25,93% das mulheres estão sem rendimento ou com rendimento inferior a um salário mínimo, sendo 14,42% de homens nessa situação, e ainda, 14,55% das mulheres de 10 anos ou mais de idade estão desocupadas ou em condições precárias de trabalho, e 10,86% dos homens possuem a mesma situação. Outro fator preocupante é que o percentual de mulheres com menos de 4 anos de estudo (inclusive analfabetas) foi de 20,77% em relação a 19,98% para os homens.

Tabela 8 - Indicadores selecionados para o IDS-gen, por sexo – Santa Catarina, 2010.

Municípios	Proporção de pessoas em domicílios particulares permanentes que vivem em condições inadequadas de saneamento		Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade sem rendimento ou com rendimento de todas as fontes inferior a um salário mínimo		Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade com menos de 4 anos de estudo (inclusive analfabetos)		Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade desocupadas ou em condições precárias de trabalho		IDS-gen	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
Balneário Camboriú	19,66	20,98	23,70	11,25	22,82	24,52	13,05	9,17	0,802	0,835
Jaraguá do Sul	34,38	34,70	21,47	9,59	31,36	30,22	11,07	6,54	0,754	0,797
Florianópolis	37,18	38,21	25,93	14,42	20,77	19,98	14,55	10,86	0,754	0,791
São Ludgero	18,52	18,51	24,43	7,19	42,11	43,25	15,72	7,77	0,748	0,808
São José	40,98	41,65	25,24	12,24	26,30	27,86	13,67	9,50	0,735	0,772
Criciúma	30,58	29,45	30,34	11,77	36,80	33,64	15,74	8,68	0,716	0,791
Ascurra	41,35	42,42	13,08	7,28	55,30	50,88	6,45	3,23	0,710	0,740
Tubarão	44,03	44,42	27,72	12,93	35,65	33,69	11,79	8,77	0,702	0,750
Blumenau	56,53	55,49	20,03	10,16	34,50	32,66	10,47	6,25	0,696	0,739
Tijucas	38,59	37,25	29,26	12,52	43,07	44,53	10,87	5,59	0,696	0,750
Indaial	52,54	50,36	17,24	6,85	42,10	40,42	10,84	7,88	0,693	0,736
Itapiranga	42,17	44,18	21,80	13,85	42,65	43,74	16,18	14,65	0,693	0,709
São Pedro de Alcântara	59,44	32,60	17,58	3,80	53,04	57,50	16,61	7,39	0,633	0,747
Joaçaba	49,92	52,04	24,47	12,02	31,65	32,50	16,89	12,18	0,693	0,728
Joinville	49,32	48,92	29,73	11,47	31,03	26,35	13,31	7,67	0,692	0,764
Itajaí	46,84	45,92	29,31	11,45	34,41	34,79	13,80	7,73	0,689	0,750
Braço do Norte	48,19	48,43	22,37	8,41	39,30	41,06	15,86	7,41	0,686	0,737
Cocal do Sul	40,70	40,28	30,18	11,31	41,86	34,91	13,55	7,77	0,684	0,764
Faxinal dos Guedes	31,60	33,13	35,39	12,12	45,35	44,46	15,25	8,32	0,681	0,755
Schroeder	59,89	59,57	19,39	7,28	38,51	35,75	10,03	6,44	0,680	0,727

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos Microdados do Censo Demográfico 2010.

¹⁷ Informações disponíveis em: < <https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 27/02/2018

Analisando os indicadores do IDS-gen para todos os municípios de Santa Catarina observou-se que em 55,3% deles, foi maior a parcela de mulheres vivendo com alguma condição inadequada de saneamento, sendo 44,7% a parcela de homens. A proporção de homens com menos de 4 anos de estudo (inclusive analfabetos) foi de 69,3% em relação a 30,7% dos casos em que essa condição foi maior para as mulheres. Em todos os municípios, foi maior a proporção de mulheres sem rendimento ou com rendimento inferior a um salário mínimo. Além disso, a condição de mulheres desocupadas ou em condições precárias de trabalho foi superior em 89,4% dos municípios, contra 10,6% no caso dos homens.

Os resultados dos indicadores demonstram maior desigualdade nas relações sociais para as mulheres, principalmente em relação ao acesso a um emprego digno e com um salário mínimo estabelecido como remuneração.

A Tabela 9, a seguir, apresenta a distribuição percentual dos municípios do Rio Grande do Sul, por mesorregião em relação à classificação do IDS-gen para homens e mulheres.

Tabela 9 Distribuição percentual de municípios do Rio Grande do Sul, IDS-gen, por sexo.

Mesorregião	Muito Baixo		Baixo		Médio		Alto		Muito Alto	
	%M	%H	%M	%H	%M	%H	%M	%H	%M	%H
Centro Ocidental Rio-grandense	0,81	0,81	3,43	2,62	2,02	2,42	0	0,40	0	0
Centro Oriental Rio-grandense	0,81	0,60	5,85	5,24	3,83	3,83	0,40	1,21	0	0
Metropolitana de Porto Alegre	1,21	1,61	7,46	3,43	9,88	10,69	1,21	3,63	0	0,40
Nordeste Rio-grandense	0,20	0	4,64	2,62	4,44	5,65	1,41	2,22	0	0,20
Noroeste Rio-grandense	4,23	3,02	32,46	22,98	6,05	15,73	0,81	1,81	0	0
Sudeste Rio-grandense	0	0	2,82	2,22	2,22	2,42	0	0,40	0	0
Sudoeste Rio-grandense	0	0	1,41	1,41	2,22	1,21	0,20	1,21	0	0
Total*	7,26	6,05	58,06	40,52	30,65	41,94	4,03	10,89	0	0,6

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos Microdados do Censo Demográfico 2010. Nota: (*) Exclusão do município Pinto Bandeira.

Da distribuição dos municípios conforme classificação do IDS-gen exibidos na Tabela 9, observa-se que na mesorregião Noroeste Rio-grandense há uma concentração de 32,46% de índice baixo para as mulheres, e 7,46% na mesorregião Metropolitana de Porto Alegre. Em todas as demais mesorregiões foi superior o percentual de municípios com IDS-gen alto para os homens.

A mesorregião Noroeste Rio-grandense possui uma estrutura econômica basicamente agrária, predominantemente propriedades de pequeno e médio porte,

com perfil de produção tipicamente lavoureiro (trigo, soja e milho), e pecuária de pequenos animais (suínos e aves). A atividade industrial desenvolvida nesta região formada por pequenos e médios estabelecimentos vinculados à base agropecuária. Merece destaque para a presença de instituições de ensino superior na mesorregião: a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ; a Universidade de Passo Fundo – UPF; a Universidade de Cruz Alta (as três com sede em cidades do mesmo nome); e, a Universidade Regional Integrada – URI, em Santo Ângelo (MAMMARELLA, 2010).

Estão expostos na Tabela 10 os municípios do Rio Grande do Sul que apresentaram melhor performance do IDS-gen das mulheres.

Tabela 10 - Ranking dos 20 municípios do Rio Grande do Sul com melhor IDS-gen, por sexo, 2010.

Municípios	IDS-gen Mulheres	Faixas Mulheres	IDS-gen Homens	Faixas Homens	IDHM 2010	Faixas IDHM
Porto Alegre	0,797	Alto	0,832	Muito Alto	0,805	Muito Alto
Caxias do Sul	0,766	Alto	0,826	Muito Alto	0,782	Alto
Cachoeirinha	0,757	Alto	0,813	Muito Alto	0,757	Alto
Dois Irmãos	0,750	Alto	0,769	Alto	0,743	Alto
Veranópolis	0,749	Alto	0,782	Alto	0,773	Alto
Erechim	0,736	Alto	0,780	Alto	0,776	Alto
Santa Clara do Sul	0,734	Alto	0,755	Alto	0,773	Alto
Canoas	0,733	Alto	0,794	Alto	0,750	Alto
São Leopoldo	0,730	Alto	0,796	Alto	0,739	Alto
Guarani das Missões	0,724	Alto	0,749	Alto	0,737	Alto
Vacaria	0,724	Alto	0,766	Alto	0,721	Alto
Campo Bom	0,722	Alto	0,761	Alto	0,745	Alto
São Marcos	0,720	Alto	0,768	Alto	0,768	Alto
Santa Cruz do Sul	0,717	Alto	0,767	Alto	0,663	Médio
Carlos Barbosa	0,716	Alto	0,753	Alto	0,796	Alto
Bento Gonçalves	0,713	Alto	0,756	Alto	0,778	Alto
Guaporé	0,713	Alto	0,773	Alto	0,765	Alto
Marau	0,712	Alto	0,748	Alto	0,774	Alto
Gramado dos Loureiros	0,704	Alto	0,715	Alto	0,685	Médio
Estrela	0,702	Alto	0,767	Alto	0,767	Alto

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos Microdados do Censo Demográfico 2010.

É possível observar que, apesar do IDS-gen mais elevado para as mulheres, o IDS-gen homens foi superior em todos os casos selecionados na Tabela 10. Os municípios com IDS-gen alto para as mulheres estão concentrados nas mesorregiões Metropolitana de Porto Alegre (Porto Alegre, Cachoeirinha, Dois irmãos, Canoas, São Leopoldo e Campo Bom), e Nordeste Rio-grandense (Caxias

do Sul, Veranópolis, Vacaria, São Marcos, Carlos Barbosa, Bento Gonçalves e Guaporé). O IDHM destes municípios está classificado entre médio a muito alto.

A capital Porto Alegre no top do ranking, com 57,4% da população ocupada, com salário médio dos trabalhadores formais de 4,2 salários mínimos e renda per capita de R\$ 46.122,79 e 93% de domicílios com esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2017¹⁸).

Tabela 11 - Indicadores selecionados para o IDS-gen, por sexo – Rio Grande do Sul, 2010.

Municípios	Proporção de pessoas em domicílios particulares permanentes que vivem em condições inadequadas de saneamento		Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade sem rendimento ou com rendimento de todas as fontes inferior a um salário mínimo		Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade com menos de 4 anos de estudo (inclusive analfabetos)		Proporção de pessoas de 10 anos ou mais de idade desocupadas ou em condições precárias de trabalho		IDS-gen	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
Porto Alegre	11,80	12,31	27,33	16,98	26,13	25,55	15,94	12,29	0,797	0,832
Caxias do Sul	16,88	17,21	27,27	11,62	33,92	32,21	15,45	8,69	0,766	0,826
Cachoeirinha	18,18	18,70	31,30	14,87	33,86	33,55	13,75	7,75	0,757	0,813
Dois Irmãos	32,28	34,12	15,31	6,38	41,38	44,55	11,11	7,30	0,750	0,769
Veranópolis	19,70	21,18	23,33	12,59	42,07	45,37	15,36	7,88	0,749	0,782
Erechim	28,47	29,09	27,79	12,94	35,72	36,90	13,74	9,09	0,736	0,780
Santa Clara do Sul	32,11	32,54	22,59	15,79	37,41	38,38	14,44	11,47	0,734	0,755
Canoas	21,51	21,93	34,19	15,04	36,12	35,59	15,03	9,78	0,733	0,794
São Leopoldo	16,81	17,07	33,90	15,05	41,20	39,95	16,26	9,44	0,730	0,796
Guarani das Missões	33,70	34,95	15,31	8,52	47,39	47,23	13,80	9,58	0,724	0,749
Vacaria	12,64	13,83	34,47	17,99	45,10	49,15	18,21	12,45	0,724	0,766
Campo Bom	31,57	32,57	21,63	9,62	47,09	46,78	11,03	6,62	0,722	0,761
São Marcos	23,59	25,00	27,21	11,85	43,98	45,07	17,41	10,75	0,720	0,768
Santa Cruz do Sul	27,59	28,89	35,68	19,04	31,03	32,67	18,80	12,66	0,717	0,767
Carlos Barbosa	33,82	35,31	19,18	9,17	39,49	40,31	21,23	13,84	0,716	0,753
Bento Gonçalves	41,99	41,76	21,28	9,69	37,96	38,66	13,68	7,58	0,713	0,756
Guaporé	20,22	21,86	37,37	17,93	40,21	39,77	17,16	11,38	0,713	0,773
Marau	40,69	41,19	22,63	10,19	37,40	39,58	14,66	9,70	0,712	0,748
Gramado dos Loureiros	42,64	44,51	20,58	10,87	38,55	46,06	16,58	12,74	0,704	0,715
Estrela	32,35	31,39	34,49	15,53	36,38	35,31	15,86	10,85	0,702	0,767

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos Microdados do Censo Demográfico 2010.

¹⁸ Informações disponíveis em: < <https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 27/02/2018

A Tabela 11 exibe os indicadores do IDS-gen mulheres dos municípios selecionados para o Rio Grande do Sul. Em todos os casos constata-se que o percentual de pessoas vivendo em condições inadequadas de saneamento foi superior entre os homens. E também, em todos os casos o percentual de mulheres com rendimento inferior a um salário mínimo ou que não possuem rendimento, e que estão desocupadas ou em condições precárias de trabalho foi superior em valores percentuais do que aos homens na mesma condição.

E mesmo diante do ranking do IDS-gen mulheres em relação aos homens, em todos os casos o valor do índice ficou inferior para elas. Esse dado aponta para a vulnerabilidade das mulheres, considerando as variáveis contidas em cada indicador que compõe o índice.

Somado a essa ausência de justiça social para as mulheres nos três estados do sul do Brasil, outro dado preocupa, a violência sofrida por elas. Essa informação, embora não esteja contemplada no IDS-gen, reforça a essa ausência de desenvolvimento e bem-estar social sofrida pelas mulheres em situação de vulnerabilidade.

As Taxas de homicídios femininos (em 100 mil mulheres) por UF no Brasil, com dados do Ministério da Saúde 2010 apontaram que o Paraná está em 3º lugar no ranking, com uma taxa de 6,3 homicídios a cada 100 mil mulheres. O Rio Grande do Sul está em 18º lugar com uma taxa de 4,1, e Santa Catarina está em 23º lugar com uma taxa de homicídios femininos de 3,6. O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde registrou no ano de 2011, no país um total de 73.633 atendimentos relativos a Violência Doméstica, Sexual e/ou outras Violências: 48.152 (65,4%) mulheres e 25.481 (34,6%) homens. Praticamente duas em cada três pessoas atendidas no SUS nessa área são mulheres. Foram excluídos os casos de lesões autoprovocadas (tentativas de suicídios e outros) (WAISELFISZ, 2012).

O item a seguir vai tratar dos resultados do IDG para os municípios do sul do Brasil.

5.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DE GÊNERO (IDG)

O IDG busca destacar os principais aspectos da desigualdade de gênero, ou seja, aqueles pelos quais elas são excluídas, como a participação no mercado de trabalho, a tomada de decisões e o acesso a uma renda e escolaridade elevada.

A Tabela 18, abaixo, exhibe a distribuição percentual dos municípios do sul do Brasil, por faixa de classificação entre homens e mulheres. Nos três estados se observa um elevado percentual de municípios com IDG muito baixo, tanto para homens quanto para as mulheres. No Paraná, 6,3% dos municípios tiveram resultado baixo para o IDG mulheres, sendo que no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina essa situação se inverte.

Tabela 12 - Municípios da Região Sul por faixa de classificação, IDG, por sexo, 2010.

Faixas	Paraná				Santa Catarina				Rio Grande do Sul			
	Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Muito Baixo	369	92,5	373	93,5	283	96,6	270	92,2	479	96,6	458	92,3
Baixo	25	6,3	20	5,0	8	2,7	16	5,5	14	2,8	33	6,7
Médio	3	0,8	4	1,0	0	0,0	5	1,7	2	0,4	2	0,4
Alto	2	0,5	1	0,3	1	0,3	1	0,3	0	0,0	2	0,4
Muito Alto	0	0,0	1	0,3	1	0,3	1	0,3	1	0,2	1	0,2
Total	399	100,0	399	100	293	100	293	100	496	100	496	100

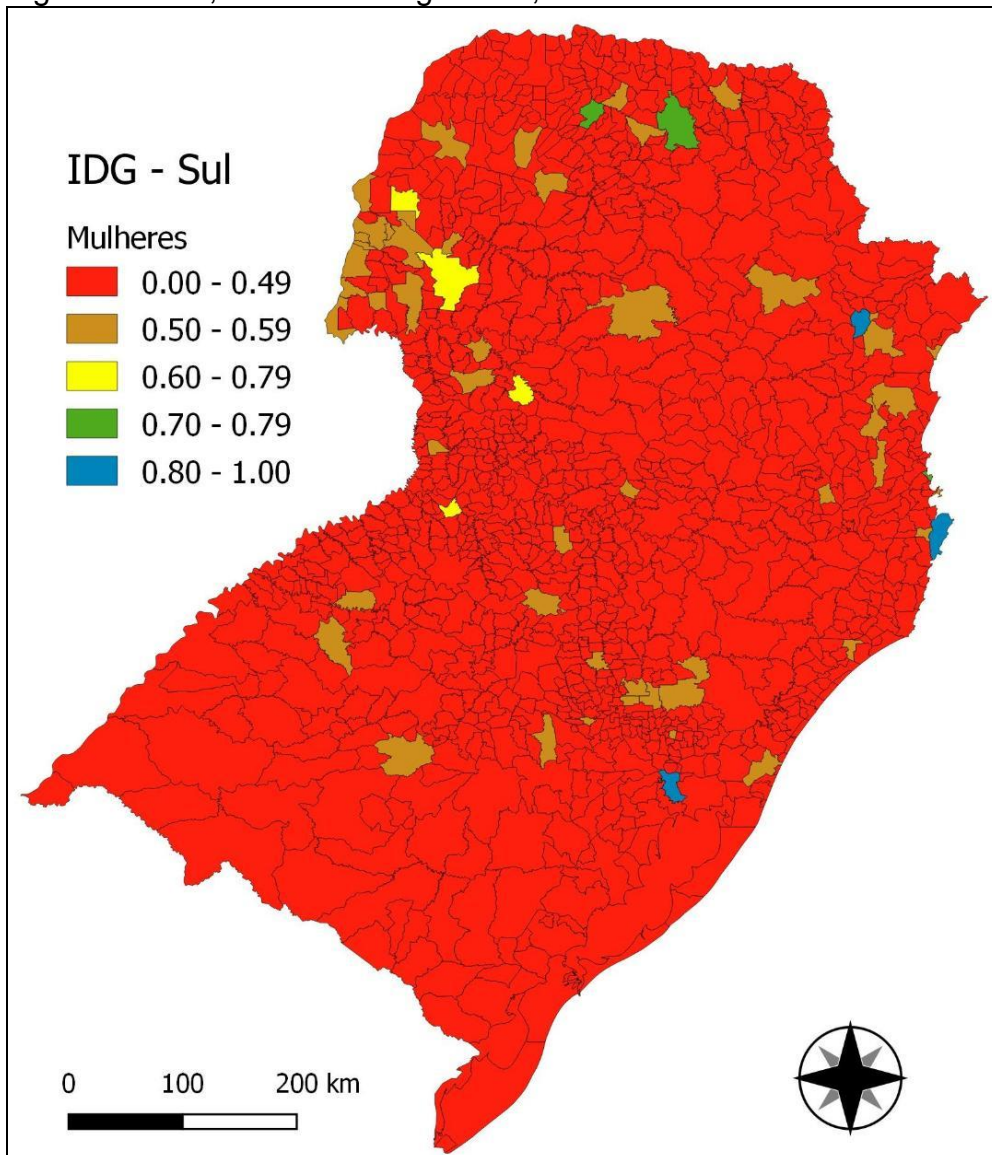
Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos Microdados do Censo Demográfico 2010.

A Figura 5, a seguir, apresenta IDG das mulheres nos municípios da região Sul do Brasil de acordo com as faixas de classificação adotadas.

Convém destacar que a maior parte dos municípios apresentou índices entre muito baixo e baixo, o que indica que a situação das mulheres seja pior que a dos homens nos três estados e mais intensamente em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, em relação ao total dos municípios de cada estado.

Em valores percentuais, os resultados indicaram que 96,6% dos municípios de Santa Catarina, embora seja mesmo valor para o Rio Grande do Sul, estes ficaram classificados na faixa muito baixo para o IDS-gen mulheres, (predominância da cor vermelha no mapa da Figura 5). Os municípios na cor azul são as capitais de cada estado.

Figura 5 - IDG, Mulheres - região Sul, 2010.

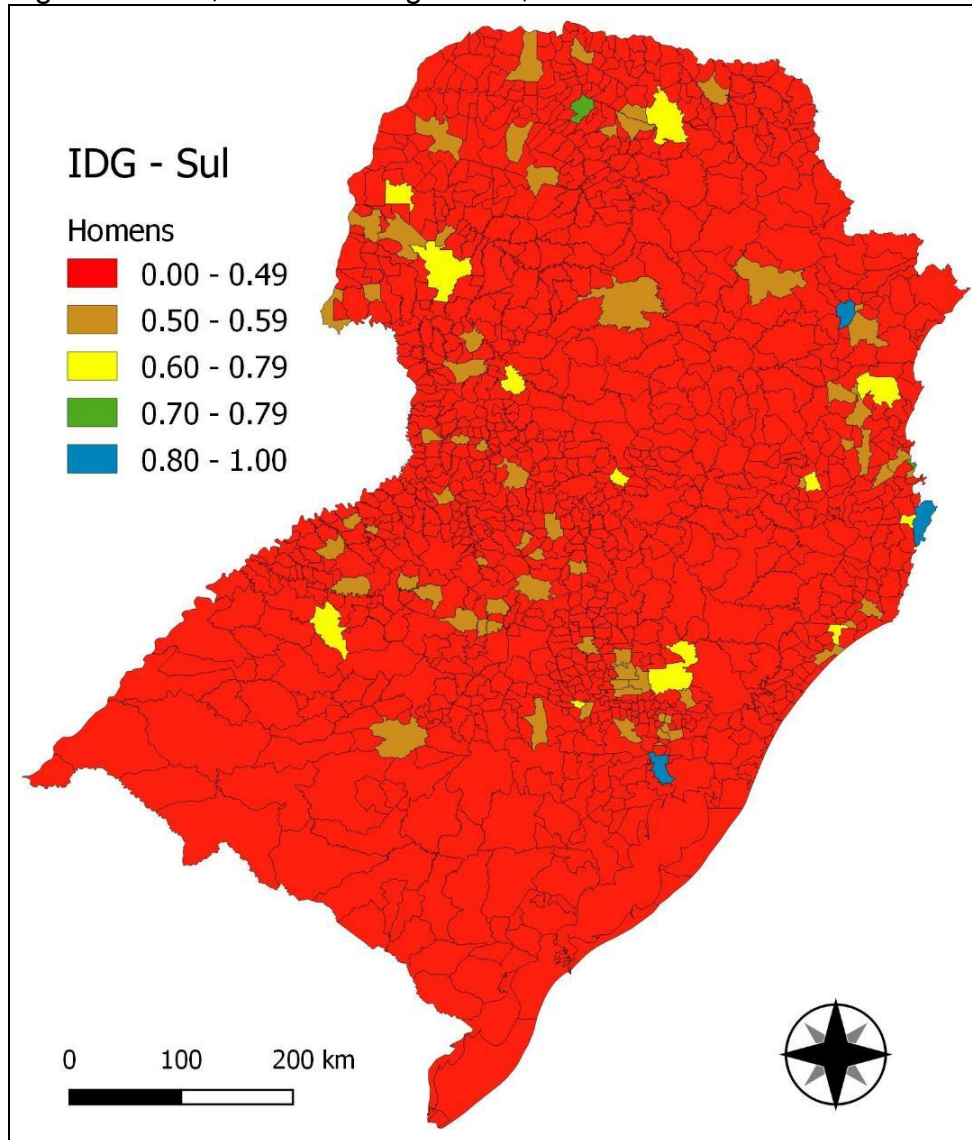


Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos Microdados do Censo Demográfico 2010.

O IDG da população masculina na região Sul exposto na Figura 6, a seguir, indica que em 93% dos municípios apresentaram índices na faixa muito baixo e baixo entre 2,7% (Santa Catarina) e 2,8% no Rio Grande do Sul. Este dados indicam que apesar de pequena, existe uma diferença entre a situação de homens em relação às mulheres em valores percentuais, pois estas se encontram em situação de maior vulnerabilidade em termos de desenvolvimento de gênero, nas dimensões consideradas para a composição do índice.

A crença ligada à justiça social deve respeitar a imparcialidade, independentemente de ser homem ou mulher, que devem ter os mesmos direitos, oportunidades e responsabilidades (Amartya SEN).

Figura 6 - IDG, Homens - região Sul, 2010.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos Microdados do Censo Demográfico 2010.

A Tabela 13 exibe o percentual de municípios distribuídos por mesorregião do Paraná em relação ao IDG por sexo. Analisando o contexto regional observa-se que há maior concentração de municípios que apresentaram IDG entre muito baixo e baixo em praticamente todas as mesorregiões. Apenas nas mesorregiões Oeste e Norte Central Paranaense, e na Metropolitana de Curitiba com 0,25% de municípios

com IDG entre médio a muito alto, com destaque para os municípios de Curitiba, Maringá, Londrina, Cascavel e Palotina.

Tabela 13 Municípios por mesorregião do Paraná, IDG, por sexo.

Mesorregião	Muito Baixo		Baixo		Médio		Alto		Muito Alto	
	%M	%H	%M	%H	%M	%H	%M	%H	%M	%H
Centro Ocidental Paranaense	6,02	6,02	0,25	0,25	0	0	0	0	0	0
Centro Oriental Paranaense	3,26	3,26	0,25	0,25	0	0	0	0	0	0
Centro-Sul Paranaense	7,02	7,02	0,25	0,25	0	0	0	0	0	0
Metropolitana de Curitiba	8,27	8,52	0,75	0,50	0	0	0	0	0,25	0,25
Noroeste Paranaense	14,79	14,54	0,50	0,75	0	0	0	0	0	0
Norte Central Paranaense	18,80	18,30	0,50	1,00	0	0,25	0,50	0,25	0	0
Norte Pioneiro Paranaense	11,28	11,28	0,25	0,25	0	0	0	0	0	0
Oeste Paranaense	9,02	10,78	3,01	1,25	0,50	0,50	0	0	0	0
Sudeste Paranaense	5,26	5,26	0	0	0	0	0	0	0	0
Sudoeste Paranaense	8,52	8,52	0,50	0,50	0,25	0,25	0	0	0	0
Total	92,23	93,48	6,27	5,01	0,75	1,00	0,50	0,25	0,25	0,25

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos Microdados do Censo Demográfico 2010.

O ranking dos 20 municípios do Paraná com os melhores resultados do IDG está apresentado na Tabela 14, das mulheres em relação aos homens. Os resultados indicam que em apenas 6 municípios, o IDG ficou entre médio a muito alto. Curitiba, localizada na Mesorregião Metropolitana de Curitiba, é capital do estado com uma população de 1.751.907 pessoas registradas no último censo, possui 55,7% da população ocupada, e o salário médio mensal dos trabalhadores formais em torno de 4 salários mínimos, o PIB per capita é de R\$ 44.624,32 (IBGE, 2017).

Maringá e Londrina, ambas estão localizadas na mesorregião Norte Central Paranaense. A população de Maringá no último censo foi de 357.077, possui 49,4% da população ocupada, sendo o salário médio mensal dos trabalhadores formais de 2,7 salários mínimos, o PIB per capita é R\$ 38.881,75, e elevado IDHM, além de 83% de domicílios com esgotamento sanitário adequado. Londrina, um pouco maior, com 506.701 pessoas no último censo, com 38,6% da população ocupada e o salário médio mensal dos trabalhadores formais de 2,8 salários mínimos e 85,2% de domicílios com esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2017).

Os municípios de Cascavel e Palotina estão localizados na mesorregião Oeste Paranaense, Cascavel com 286.205 pessoas no último censo e Palotina com 28.683 pessoas. Cascavel possui cerca de 38,2% de pessoas ocupadas com

rendimento no trabalho formal de 2,5 salários mínimos, e conta com um PIB per capita de R\$ 32.372,08, e possui 59,8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2017). A taxa de escolarização de 6 a 14 anos fica em média de 95% nos municípios destacados no ranking.

O IDHM dos municípios selecionados no ranking indica desenvolvimento humano classificado entre alto e muito alto, apesar de os resultados do IDG indicarem uma performance bastante incipiente para as mulheres, considerando os indicadores que compõem o índice.

Tabela 14 - Ranking dos 20 municípios do Paraná com melhor IDG, por sexo, 2010.

Municípios	IDS-gen Mulheres	Faixas Mulheres	IDS-gen Homens	Faixas Homens	IDHM 2010	Faixas IDHM
Curitiba	0,903	Muito Alto	0,880	Muito Alto	0,823	Muito Alto
Maringá	0,764	Alto	0,779	Alto	0,808	Muito Alto
Londrina	0,730	Alto	0,676	Médio	0,778	Alto
Cascavel	0,647	Médio	0,633	Médio	0,782	Alto
Palotina	0,638	Médio	0,608	Médio	0,768	Alto
Pato Branco	0,623	Médio	0,609	Médio	0,782	Alto
Cafelândia	0,590	Baixo	0,507	Baixo	0,748	Alto
Foz do Iguaçu	0,583	Baixo	0,580	Baixo	0,751	Alto
Toledo	0,574	Baixo	0,567	Baixo	0,768	Alto
Pato Bragado	0,568	Baixo	0,438	Muito Baixo	0,747	Alto
Francisco Beltrão	0,567	Baixo	0,558	Baixo	0,774	Alto
Apucarana	0,558	Baixo	0,566	Baixo	0,748	Alto
Medianeira	0,557	Baixo	0,535	Baixo	0,763	Alto
Itaipulândia	0,555	Baixo	0,452	Muito Baixo	0,738	Alto
Cianorte	0,546	Baixo	0,509	Baixo	0,755	Alto
Santa Helena	0,543	Baixo	0,478	Muito Baixo	0,744	Alto
Campo Mourão	0,540	Baixo	0,525	Baixo	0,757	Alto
Matinhos	0,538	Baixo	0,435	Muito Baixo	0,743	Alto
Marechal Cândido Rondon	0,537	Baixo	0,540	Baixo	0,774	Alto
Guaíra	0,534	Baixo	0,479	Muito Baixo	0,724	Alto

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos Microdados do Censo Demográfico 2010.

Observando os indicadores do IDG mulheres versus IDG homens do ranking dos municípios paranaenses, a Tabela 15 apresenta os valores percentuais. Em todos os casos se verifica que a taxa de participação no mercado de trabalho de pessoas de 25 anos ou mais de idade foi superior para os homens. Um dado importante nos casos selecionados, foi a proporção de pessoas de 25 anos ou mais com rendimento de todos os trabalhos de 5 salários mínimos ou mais que também tiveram percentuais mais elevados para os homens. A mesma situação ocorre para

as pessoas que ocupam cargos de chefia e direção, superior entre os homens em todos os casos. O único dado positivo para as mulheres é o indicador de escolaridade, em que na maioria dos casos as mulheres estão alcançando maior nível de ensino e qualificação profissional.

Entretanto, estes resultados apontam para a desigualdade de gênero tendo como argumento as relações sociais entre homens e mulheres. Se as mulheres estão buscando maior nível de escolaridade e capacitação profissional, por que não estão sendo remuneradas de forma digna e de acordo com as tarefas que desempenham no mercado de trabalho tão quanto os homens na mesma condição.

Tabela 15 - Indicadores selecionados para o IDG do Paraná, por sexo, 2010.

Municípios	Taxa de participação no mercado de trabalho das pessoas de 25 anos ou mais de idade		Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade em cargos de chefia e direção		Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade com rendimento de todos os trabalhos de 5 salários mínimos ou mais		Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade com 15 anos ou mais de estudo		IDG	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
Curitiba	63,57	83,45	6,73	9,37	17,69	30,05	20,31	22,61	0,903	0,880
Maringá	62,95	83,60	7,09	10,54	10,94	22,18	16,49	17,27	0,764	0,779
Londrina	60,92	81,55	6,43	8,24	11,48	19,74	16,09	15,87	0,730	0,676
Cascavel	64,23	85,87	4,88	6,79	9,50	18,58	14,55	12,52	0,647	0,633
Palotina	68,64	85,09	4,38	6,53	6,97	17,11	15,78	12,46	0,638	0,608
Pato Branco	62,63	81,89	4,49	5,99	9,48	20,08	14,51	13,73	0,623	0,609
Cafelândia	70,23	88,94	4,72	4,70	4,04	10,76	13,67	8,97	0,590	0,507
Foz do Iguaçu	61,33	83,50	5,12	6,58	8,85	16,21	11,22	11,82	0,583	0,580
Toledo	65,78	84,61	4,32	6,74	6,88	13,86	12,62	11,24	0,574	0,567
Pato Bragado	68,08	83,82	5,92	5,65	5,22	10,90	8,71	4,79	0,568	0,438
Francisco Beltrão	66,70	85,53	4,10	6,99	6,52	13,17	12,67	9,82	0,567	0,558
Apucarana	61,96	83,05	6,03	8,09	5,39	13,36	10,28	10,20	0,558	0,566
Medianeira	66,18	86,14	4,19	4,52	7,31	13,97	11,06	11,47	0,557	0,535
Itaipulândia	62,49	82,15	5,35	5,36	5,69	9,93	11,30	8,52	0,555	0,452
Cianorte	66,49	84,84	4,87	6,05	5,21	11,67	10,57	8,90	0,546	0,509
Santa Helena	65,89	83,86	4,53	5,99	5,78	11,50	10,89	7,17	0,543	0,478
Campo Mourão	58,42	81,67	4,45	6,00	7,17	14,22	12,81	10,90	0,540	0,525
Matinhos	59,54	77,61	5,48	6,21	7,10	12,69	9,55	6,70	0,538	0,435
Marechal Cândido Rondon	66,16	84,40	4,39	6,97	5,95	12,36	10,48	9,74	0,537	0,540
Guaíra	56,77	78,37	5,90	6,01	5,81	13,70	10,82	9,71	0,534	0,479

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos Microdados do Censo Demográfico 2010.

A teoria do capital humano de Schultz e Becker, por exemplo defende que ao adquirir mais conhecimento por meio do investimento pessoal em educação e capacitação profissional o indivíduo terá no futuro uma remuneração mais adequada a sua condição. Mas, o desempenho das mulheres em relação aos indicadores que compõem o IDG apontaram que maior condição intelectual não a empodera no sentido de alcançar as mesmas oportunidades que os homens.

Ao analisar o comportamento do IDG nos municípios de Santa Catarina, a Tabela 16 exhibe o percentual de municípios distribuídos por mesorregião, por sexo. Em todas as mesorregiões, o IDG para as mulheres concentra índices em muito baixo e baixo, indicando maior desigualdade em relação ao desenvolvimento de gênero pelas dimensões consideradas na composição do índice. Apenas na mesorregião Grande Florianópolis os percentuais apresentaram comportamento similar para homens e mulheres, sendo a capital Florianópolis o único município com IDG muito alto para ambos os sexos.

Tabela 16 Municípios por mesorregião de Santa Catarina, IDG, por sexo, 2010

Mesorregião	Muito Baixo		Baixo		Médio		Alto		Muito Alto	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
Grande Florianópolis	6,48	6,48	0,34	0	0	0,34	0	0	0,34	0,34
Norte Catarinense	8,19	7,85	0,68	0,68	0	0,34	0	0	0	0
Oeste Catarinense	39,59	38,57	0,68	1,37	0	0,34	0	0	0	0
Serrana	10,24	9,90	0	0,34	0	0,00	0	0	0	0
Sul Catarinense	14,68	13,65	0,34	1,02	0	0,34	0	0	0	0
Vale do Itajaí	17,41	15,70	0,68	2,05	0	0,34	0,34	0,34	0	0
Total	96,59	92,15	2,73	5,46	0	1,71	0,34	0,34	0	0

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos Microdados do Censo Demográfico 2010.

A Tabela 17, a seguir, exhibe o ranking dos 20 municípios de Santa Catarina que apresentaram melhor desempenho do IDG mulheres em relação aos homens. Comparando os resultados do IDG com o IDHM verificou-se que tanto para homens quanto para mulheres, o elevado índice de desenvolvimento humano nos municípios não refletiu de forma significativa no desenvolvimento de gênero, sendo que para a população feminina a situação é ainda pior quando considerados os resultados dos indicadores que compõem o índice.

O Oeste Catarinense que concentra maior parte dos municípios selecionados, possui uma estrutura produtiva constituída por atividades agropecuárias e agroindústrias, destacando-se a agricultura de grãos, suinocultura, avicultura,

bovinocultura de corte e leite, fruticultura, erva-mate e fumicultura. A base fundiária se caracteriza pela concentração de propriedades rurais de até 100 hectares, e sua economia está fortemente relacionada à agricultura familiar (FISCHER, 2010). A mesorregião Oeste Catarinense é considerada um importante pólo do setor de carnes. As maiores empresas instaladas na região são a Sadia S/A (Brazil Foods) e a Cooperativa Aurora, que incentivam a industrialização local (SDT, 2010).

Tabela 17 - Ranking dos 20 municípios de Santa Catarina com melhor IDG, por sexo, 2010.

Municípios	IDS-gen Mulheres	Faixas Mulheres	IDS-gen Homens	Faixas Homens	IDHM 2010	Faixas IDHM
Florianópolis	0,824	Muito Alto	0,874	Muito Alto	0,847	Muito Alto
Balneário Camboriú	0,724	Alto	0,774	Alto	0,845	Muito Alto
Joaçaba	0,600	Baixo	0,662	Médio	0,827	Muito Alto
São José	0,543	Baixo	0,627	Médio	0,809	Muito Alto
Rio do Sul	0,540	Baixo	0,651	Médio	0,802	Muito Alto
Criciúma	0,532	Baixo	0,618	Médio	0,788	Alto
Blumenau	0,522	Baixo	0,593	Baixo	0,806	Muito Alto
Bombinhas	0,513	Baixo	0,371	Muito Baixo	0,781	Alto
Joinville	0,509	Baixo	0,619	Médio	0,809	Muito Alto
São Miguel do Oeste	0,502	Baixo	0,510	Baixo	0,801	Muito Alto
Jaraguá do Sul	0,501	Baixo	0,559	Baixo	0,803	Muito Alto
Tubarão	0,498	Muito Baixo	0,562	Baixo	0,796	Alto
Chapecó	0,489	Muito Baixo	0,537	Baixo	0,790	Alto
Itajaí	0,480	Muito Baixo	0,590	Baixo	0,795	Alto
Maravilha	0,474	Muito Baixo	0,505	Baixo	0,781	Alto
Braço do Norte	0,473	Muito Baixo	0,490	Muito Baixo	0,778	Alto
Palmitos	0,468	Muito Baixo	0,444	Muito Baixo	0,737	Alto
Serra Alta	0,455	Muito Baixo	0,424	Muito Baixo	0,773	Alto
Zortéa	0,446	Muito Baixo	0,371	Muito Baixo	0,761	Alto
Modelo	0,442	Muito Baixo	0,390	Muito Baixo	0,760	Alto

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos Microdados do Censo Demográfico 2010.

A Tabela 18, a seguir, relaciona os indicadores que compõem o IDG para os municípios de Santa Catarina com melhor desempenho para as mulheres. Os resultados expressos nos indicadores para os municípios catarinenses exibem comportamento análogo ao que foi apresentado para os municípios paranaenses.

De forma que apenas no indicador de escolaridade a condição das mulheres apresentou desempenho favorável apontando que estão buscando mais conhecimento e formação profissional. Entretanto isso não refletiu em retornos financeiros quanto à remuneração e ocupação de cargos de direção.

Tabela 18 - Indicadores selecionados para o IDG de Santa Catarina, por sexo, 2010.

Municípios	Taxa de participação no mercado de trabalho das pessoas de 25 anos ou mais de idade		Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade em cargos de chefia e direção		Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade com rendimento de todos os trabalhos de 5 salários mínimos ou mais		Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade com 15 anos ou mais de estudo		IDG	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
Florianópolis	64,12	81,16	7,36	10,43	21,82	33,30	23,68	26,07	0,824	0,874
Balneário Camboriú	65,35	82,43	7,18	9,46	16,88	29,33	19,83	20,23	0,724	0,774
Joaçaba	68,83	86,21	4,97	7,30	10,44	21,33	18,97	17,03	0,600	0,662
São José	65,63	83,11	5,92	8,70	10,28	20,84	13,41	13,14	0,543	0,627
Rio do Sul	65,74	81,75	6,60	10,90	7,73	19,99	14,11	12,57	0,540	0,651
Criciúma	61,81	81,49	6,33	10,00	8,71	18,39	14,57	12,69	0,532	0,618
Blumenau	67,50	82,63	5,52	7,32	8,46	20,14	13,56	13,70	0,522	0,593
Bombinhas	62,96	82,22	8,00	4,33	4,95	10,06	12,60	6,08	0,513	0,371
Joinville	61,55	83,68	5,52	7,66	10,08	19,80	13,03	15,03	0,509	0,619
São Miguel do Oeste	70,83	84,17	4,58	5,28	7,20	16,22	13,80	11,69	0,502	0,510
Jaraguá do Sul	70,44	84,88	4,37	6,28	8,62	16,63	12,94	13,60	0,501	0,559
Tubarão	55,29	78,68	7,25	8,94	8,07	18,07	12,71	11,69	0,498	0,562
Chapecó	67,79	86,14	4,15	6,00	8,30	16,57	13,68	11,07	0,489	0,537
Itajaí	62,16	85,15	5,32	7,61	8,64	19,08	12,19	11,70	0,480	0,590
Maravilha	65,48	84,57	5,40	6,75	6,43	14,45	12,41	9,05	0,474	0,505
Braço do Norte	69,09	83,09	6,47	8,16	4,31	12,73	10,79	6,98	0,473	0,490
Palmitos	66,93	83,97	6,08	6,21	7,99	13,14	8,36	5,53	0,468	0,444
Serra Alta	76,37	85,39	4,40	6,07	5,49	10,17	9,79	5,15	0,455	0,424
Zortéa	77,19	88,10	5,19	3,98	3,29	7,51	9,15	4,40	0,446	0,371
Modelo	73,00	86,15	5,57	4,33	4,64	10,89	8,30	4,30	0,442	0,390

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos Microdados do Censo Demográfico 2010.

A Tabela 19, abaixo, apresenta os municípios do Rio Grande do Sul distribuídos por mesorregião em relação aos resultados do IDG para homens e mulheres. Nela se observa que não houve um padrão de concentração de desigualdade entre homens e mulheres pelo IDG entre as mesorregiões gaúchas.

Esta constatação reforça a necessidade de se avaliar os indicadores que compõem o índice de forma comparativa para os resultados de ambos os sexos. Assim como nos estados do Paraná e Santa Catarina, os resultados indicam maior proporção de mulheres em situação desigual a dos homens, pois em todas as mesorregiões o percentual do IDG mulheres foi maior que o de homens em muito

baixo e baixo. Apenas a capital Porto Alegre apresentou IDG muito alto para homens e mulheres na mesma proporção.

Tabela 19 Municípios por mesorregião do Rio Grande do Sul, IDG, por sexo, 2010.

Mesorregião	Muito Baixo		Baixo		Médio		Alto		Muito Alto	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
Centro Ocidental Rio-grandense	6,05	6,05	0,20	0,20	0	0	0	0	0	0
Centro Oriental Rio-grandense	10,28	9,68	0,40	0,81	0,20	0	0	0	0	0
Metropolitana de Porto Alegre	19,15	18,75	0,40	0,81	0	0	0	0	0,20	0,20
Nordeste Rio-grandense	10,08	9,68	0,40	0,81	0,20	0,20	0	0	0	0
Noroeste Rio-grandense	42,54	39,92	1,01	3,43	0	0,20	0	0	0	0
Sudeste Rio-grandense	5,04	5,04	0	0	0	0	0	0	0	0
Sudoeste Rio-grandense	3,43	3,23	0,40	0,60	0	0	0	0	0	0
Total	96,57	92,34	2,82	6,65	0,40	0,40	0	0	0,20	0,20

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos Microdados do Censo Demográfico 2010.

Pela classificação por ranking do IDG mulheres em comparação com o IDG homens no Rio Grande do Sul, a Tabela 20, a seguir, indica que apenas a capital Porto Alegre e o município Frederico Westphalen tiveram IDG de 0,813, e 0,626, muito alto e médio, respectivamente. A maior parte dos municípios está na mesorregião Noroeste rio-grandense (Passo Fundo, São Miguel das Missões, Guaporé, Erechim, Santo Ângelo, Ijuí e Boa Vista do Buricá).

O município de Passo Fundo possuía em 2015, 36,2% de sua população ocupada, sendo o salário médio mensal dos trabalhadores formais de 2,8 salários mínimos e um PIB per capita de R\$ 39.737,73. A região apresenta características de base agrícola e industrial. O IDHM dos municípios selecionados entre médio e muito alto não refletiu no desenvolvimento de gênero que foi baixo em quase todos os municípios, para homens e mulheres.

Tabela 20 - Ranking dos 20 municípios do Rio Grande do Sul com melhor IDG, por sexo, 2010.

Municípios	IDS-gen Mulheres	Faixas Mulheres	IDS-gen Homens	Faixas Homens	IDHM 2010	Faixas IDHM
Porto Alegre	0,813	Muito Alto	0,830	Muito Alto	0,805	Muito Alto
Frederico Westphalen	0,626	Médio	0,575	Baixo	0,760	Alto
Lajeado	0,578	Baixo	0,647	Médio	0,778	Alto
Ivoti	0,572	Baixo	0,590	Baixo	0,784	Alto
Caxias do Sul	0,555	Baixo	0,621	Médio	0,782	Alto
Passo Fundo	0,554	Baixo	0,581	Baixo	0,776	Alto
Santa Maria	0,553	Baixo	0,596	Baixo	0,784	Alto
Osório	0,546	Baixo	0,442	Muito Baixo	0,751	Alto
Bento Gonçalves	0,539	Baixo	0,566	Baixo	0,778	Alto
São Miguel das Missões	0,536	Baixo	0,695	Médio	0,667	Médio
Guaporé	0,515	Baixo	0,510	Baixo	0,765	Alto
Garibaldi	0,514	Baixo	0,563	Baixo	0,786	Alto
Santa Cruz do Sul	0,508	Baixo	0,558	Baixo	0,773	Alto
Erechim	0,506	Baixo	0,539	Baixo	0,776	Alto
Farroupilha	0,504	Baixo	0,522	Baixo	0,777	Alto
Santo Ângelo	0,501	Baixo	0,528	Baixo	0,772	Alto
Novo Hamburgo	0,498	Muito Baixo	0,521	Baixo	0,747	Alto
Montenegro	0,495	Muito Baixo	0,521	Baixo	0,755	Alto
Ijuí	0,495	Muito Baixo	0,485	Muito Baixo	0,781	Alto
Boa Vista do Buricá	0,495	Muito Baixo	0,510	Baixo	0,762	Alto

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos Microdados do Censo Demográfico 2010.

Os indicadores que compõem o IDG para os municípios do Rio Grande do Sul estão apresentados na Tabela 21, a seguir. O comportamento dos indicadores seguiu o mesmo padrão encontrado para os municípios paranaenses e catarinenses. Dessa forma, as mulheres estão em situação desigual nos indicadores participação no mercado de trabalho, cargos de chefia e direção e no indicador renda. Apenas no indicador escolaridade, que os resultados indicam ganho de espaço e oportunidade.

Tabela 21 - Indicadores selecionados para o IDG do Rio Grande do Sul, por sexo, 2010.

Municípios	Taxa de participação no mercado de trabalho das pessoas de 25 anos ou mais de idade		Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade em cargos de chefia e direção		Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade com rendimento de todos os trabalhos de 5 salários mínimos ou mais		Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade com 15 anos ou mais de estudo		IDG	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
Porto Alegre	61,28	79,49	6,18	8,78	21,89	31,00	19,84	21,88	0,813	0,830
Frederico Westphalen	65,12	83,13	6,16	6,92	7,84	15,08	16,65	12,33	0,626	0,575
Lajeado	69,22	85,62	5,30	9,84	8,34	16,93	13,36	10,61	0,578	0,647
Ivoti	72,07	88,89	7,75	9,21	5,74	14,54	8,24	6,80	0,572	0,590
Caxias do Sul	64,59	83,39	4,93	7,75	9,92	21,06	12,59	10,52	0,555	0,621
Passo Fundo	61,69	79,69	4,90	6,73	9,31	17,84	14,00	12,99	0,554	0,581
Santa Maria	56,21	77,14	4,54	6,89	11,36	20,33	14,74	13,64	0,553	0,596
Osório	57,39	77,24	6,55	5,95	8,81	12,77	11,10	7,21	0,546	0,442
Bento Gonçalves	66,64	82,59	5,13	7,46	7,66	16,32	12,24	9,94	0,539	0,566
São Miguel das Missões	56,43	82,53	10,53	21,24	2,42	4,63	6,35	3,61	0,536	0,695
Guaporé	71,92	84,72	5,33	7,30	6,26	12,50	9,40	6,90	0,515	0,510
Garibaldi	67,16	84,00	4,23	7,77	7,42	16,20	12,56	8,42	0,514	0,563
Santa Cruz do Sul	64,21	80,93	4,52	7,32	7,64	15,07	12,14	11,24	0,508	0,558
Erechim	59,05	78,90	4,99	7,14	7,36	16,04	12,69	10,23	0,506	0,539
Farroupilha	70,31	85,61	4,98	5,90	6,19	14,43	10,06	8,78	0,504	0,522
Santo Ângelo	58,20	78,92	5,31	6,97	6,35	14,71	12,61	10,58	0,501	0,528
Novo Hamburgo	61,79	81,77	5,41	7,70	8,93	14,33	8,72	7,34	0,498	0,521
Montenegro	58,17	80,60	6,66	8,35	5,78	12,94	9,33	7,74	0,495	0,521
Ijuí	58,15	79,75	5,00	4,97	7,19	14,81	12,22	10,05	0,495	0,485
Boa Vista do Buricá	70,11	83,96	5,34	7,81	5,89	12,79	8,76	6,20	0,495	0,510

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos Microdados do Censo Demográfico 2010.

Ao avaliar o desenvolvimento e a desigualdade de gênero, a discussão tratada aqui entende que o empoderamento é um meio necessário para se alcançar o desenvolvimento. Dessa forma optou-se aqui por fazer uma breve análise regional sobre a composição dos cargos políticos municipais, vereadores e prefeitos eleitos, por sexo.

Conforme dados das Eleições Municipais ocorridas no ano de 2012 em todos os municípios brasileiros, a Tabela 22, abaixo, apresenta a relação quantitativa entre homens e mulheres. Nela se observa que 90,23% dos municípios

do Paraná possuem prefeitos homens, enquanto apenas 9,77% são mulheres. Em Santa Catarina, 92,54% das prefeituras são ocupadas por homens, sendo 7,46% por mulheres. No Rio Grande do Sul eram 92,96% de prefeituras administradas por homens, enquanto que 7,04% por mulheres. Estes dados indicam a baixa representatividade das mulheres ocupando cargos de direção e gestão municipal.

Tabela 22 - Prefeitos eleitos em 2012, por sexo, região Sul.

UF – região Sul	Homens	%	Mulheres	%
Paraná	360	90,23	39	9,77
Santa Catarina	273	92,54	22	7,46
Rio Grande do Sul	462	92,96	35	7,04

Fonte: Elaborado pela autora, dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Eleições 2012. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2012-1/estatisticas-eleitorais-2012>. Acesso em: 12/07/2017.

A Tabela 23, abaixo, exhibe informações pertinentes aos resultados das eleições municipais de 2012 para ocupar o cargo de vereador em cada estado da Região Sul.

Tabela 23 - Vereadores eleitos em 2012, por sexo, região Sul.

UF – região Sul	Homens	%	Mulheres	%
Paraná	3425	88,59	441	11,41
Santa Catarina	2479	86,56	385	13,44
Rio Grande do Sul	4208	85,81	696	14,19

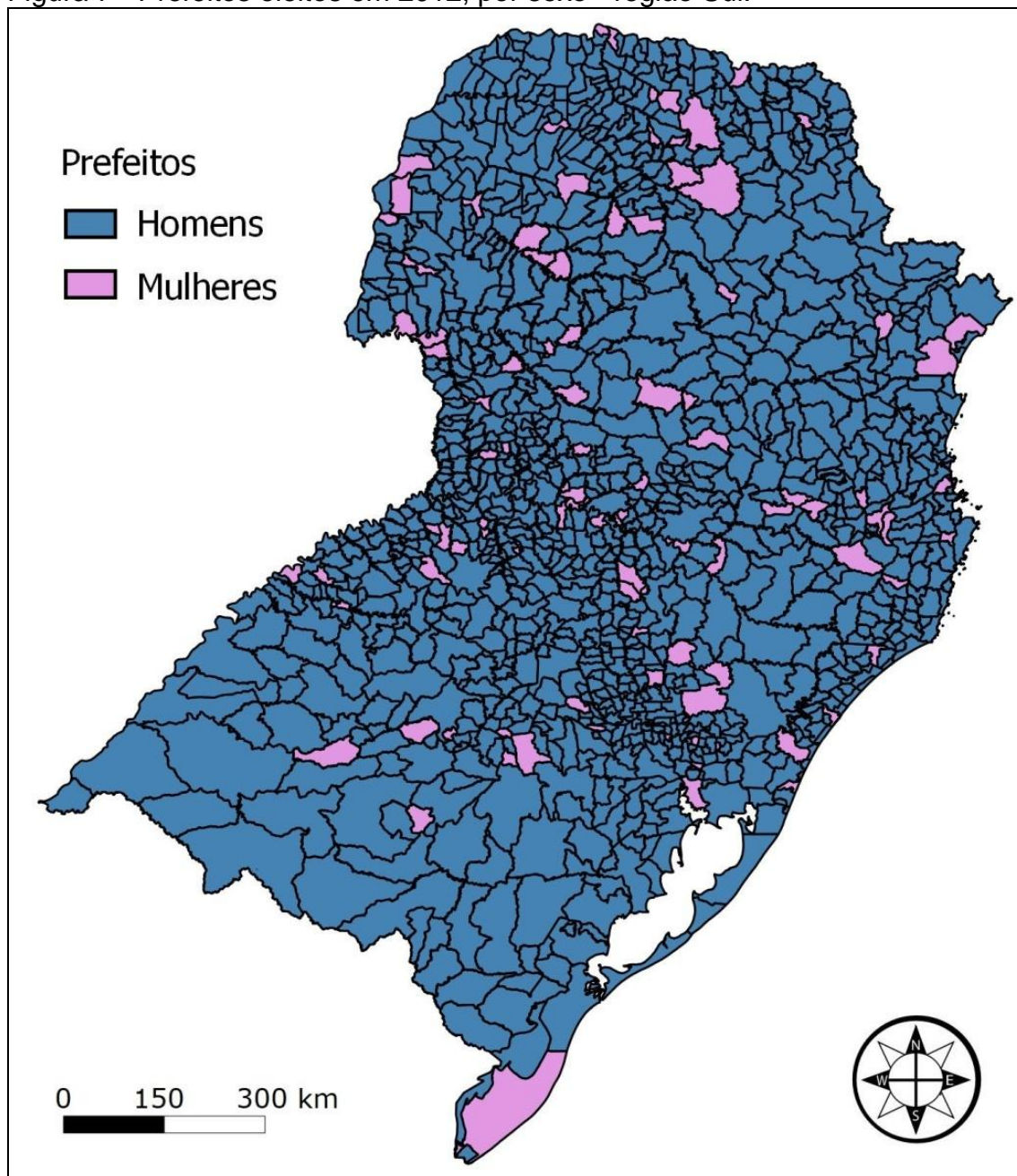
Fonte: Elaborado pela autora, dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Eleições 2012. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2012-1/estatisticas-eleitorais-2012>. Acesso em: 12/07/2017.

Observa-se que no Paraná, dos 3866 vereadores eleitos, 3425 era composto por homens e 441 mulheres, o que representa 88,59% e 11,41%, respectivamente. Em Santa Catarina, dos 2864 vereadores eleitos, 2479 homens e 385 mulheres representando 86,56% e 13,44%, respectivamente. No Rio Grande do Sul, dos 4904 vereadores eleitos, 4208 eram homens e 696 mulheres, ou seja, 85,81% e 14,19%, respectivamente.

Essa situação exposta pela quantidade de prefeitas e vereadoras eleitas reforça a necessidade do empoderamento da mulher no sentido de participar mais ativamente do processo decisório, seja na gestão pública, ou ocupando cargos parlamentares.

A representatividade política municipal da região Sul de prefeitos eleitos para o ano de 2012 está exposta na Figura 7, conforme dados do TSE. Diante do exposto na Figura 7, a seguir, fica evidente o predomínio de homens ocupando cargos da gestão pública municipal (prefeitos) e a baixa representatividade feminina no contexto político da região.

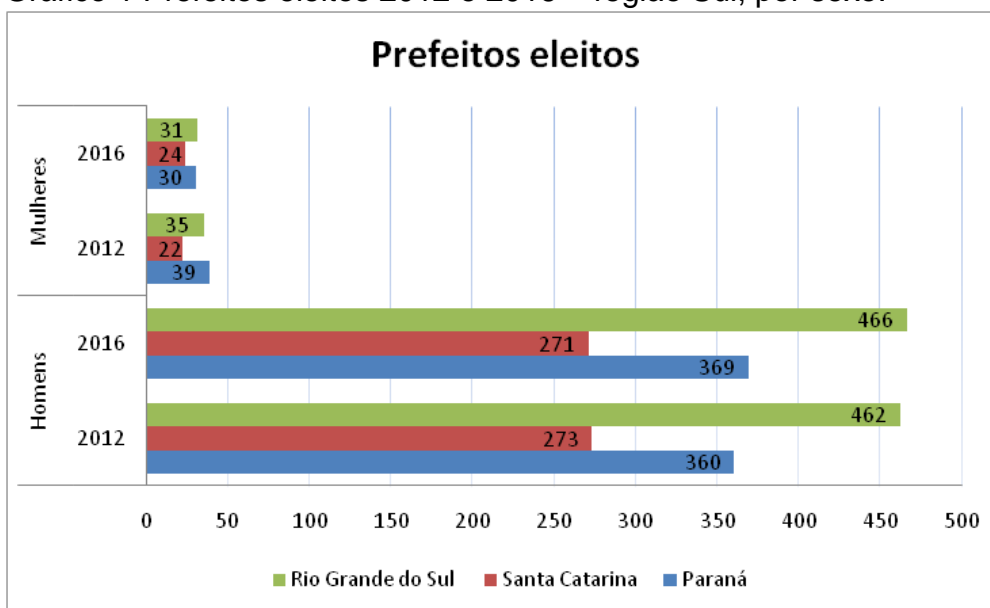
Figura 7 - Prefeitos eleitos em 2012, por sexo - região Sul.



Fonte: Elaborado pela autora, dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Eleições 2012.

Devido a relevância de se avaliar o empoderamento das mulheres, o Gráfico 1, abaixo, apresenta dados comparativos referentes às duas últimas eleições municipais, para ocupar o cargo de prefeito, sendo 2012 e 2016, por sexo e por estado da região Sul.

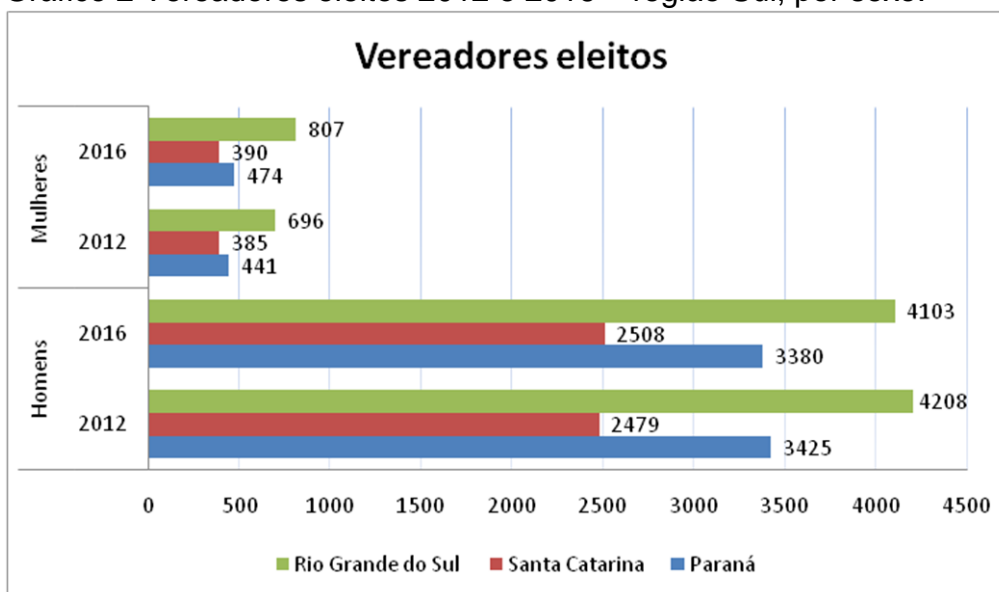
Gráfico 1 Prefeitos eleitos 2012 e 2016 – região Sul, por sexo.



Fonte: Elaborado pela autora, dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Eleições 2012 e 2016.

Ao comparar os resultados das eleições municipais de 2012 e 2016, para o cargo de prefeito, o Gráfico 1 aponta que não houve avanço significativo na quantidade de mulheres eleitas. Houve redução no número de prefeitas eleitas nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul, sendo que em Santa Catarina o número passou de 22 para 24. O Gráfico 2, a seguir, faz comparativo em relação aos assentos parlamentares nas câmaras de vereadores eleitos em 2012 e 2016 para homens e mulheres.

Gráfico 2 Vereadores eleitos 2012 e 2016 – região Sul, por sexo.



Fonte: Elaborado pela autora, dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Eleições 2012 e 2016.

De acordo com o Gráfico 2 observa-se um aumento no número de assentos parlamentares ocupados por mulheres nas câmaras municipais em todos os estados do Sul do Brasil, sendo o avanço mais significativo ocorrido no Rio Grande do Sul que passou de 696 para 807 vereadoras eleitas.

Embora esse dado seja bastante incipiente para considerar como um avanço positivo e favorável para as mulheres, fica evidente aqui a necessidade de maior participação feminina nos assentos parlamentares e instâncias decisórias. Caso contrário, de que forma haveria maior inserção e implementação de políticas públicas mais eficazes para as mulheres na luta por mais espaço e oportunidade.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo analisar e discutir as diferenças entre mulheres e homens em torno do desenvolvimento social e de gênero, e as desigualdades entre ambos, nos municípios da região Sul do Brasil.

Os resultados do IDH global quando comparado aos respectivos valores do Índice de Desenvolvimento de Gênero (*Gender Development Index – GDI*) e Índice de Desigualdade de Gênero (*Gender Inequality Index – GII*) demonstraram que os países em que o IDH é muito alto, também são os que possuem as melhores posições de GDI e GII. Dessa forma, numa análise comparativa para as unidades da federação esse fato também se confirma, considerando o trabalho de Soares (2009) e os resultados do IDHM 2010 (PNUD, 2013).

Por essa razão, a questão cerne desta pesquisa foi se esta realidade verificada em nível de país e unidade da federação também seria verificada a nível municipal, ou seja, se municípios com IDH elevado possuem desempenho favorável ao desenvolvimento e a desigualdade entre mulheres e homens. A escolha da Região Sul é justificada por ser uma região com 65% dos municípios com IDH Alto (PNUD, 2013).

A metodologia aplicada a esta pesquisa foi adaptada dos estudos de Soares (2009) sobre o IDS-gen e o IDG. As informações foram coletadas dos microdados do Censo Demográfico 2010 (IBGE) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A hierarquização dos municípios da região Sul para o IDS-gen demonstrou que não existe um padrão regional em relação às diferenças no desenvolvimento de gênero entre os três estados. E de forma análoga, o mesmo ocorre quando comparado por mesorregiões em cada estado do Sul do Brasil. Entre os municípios que apresentaram o melhor desempenho do IDS-gen mulheres em relação a homens, 1,8% são do Paraná e 0,3% de Santa Catarina.

Ao comparar os municípios que apresentaram melhor resultado de IDS-gen mulheres em relação a homens observou-se que estes, também possuem IDHM elevado, de médio a muito alto. Esses resultados indicaram que o desenvolvimento humano municipal elevado não refletiu em redução de diferenças entre homens e mulheres considerando o acesso às condições mínimas ou necessidades básicas. Nesse caso, os resultados indicaram que persistem os casos em que as mulheres

encontram-se em situação de vulnerabilidade e ausência de desenvolvimento, pois estão passando por algum tipo de privação de suas liberdades.

Essa comparação com o IDHM corrobora com o trabalho de Soares (2009) ao afirmar que a melhora nas condições de vida das pessoas não implica de forma igual em benefícios a todos os grupos de pessoas, neste caso considerando mulheres e homens.

Nesse sentido, a análise dos indicadores do IDS-gen dos municípios da região Sul com melhor desempenho de mulheres em relação a homens quanto a saneamento, renda, educação e trabalho e explicitou de forma criteriosa as dimensões onde ocorre maior vulnerabilidade de gênero. Na dimensão saneamento verificou-se que a proporção de mulheres vivendo em condições inadequadas é superior a de homens. O mesmo ocorre na dimensão trabalho, em que é maior a proporção de mulheres desocupadas ou em condições precárias de trabalho. Essa relação de precariedade nas condições de trabalho se confirma na dimensão renda, em que a proporção de mulheres sem rendimento ou com rendimento inferior a um salário mínimo é superior a de homens. E apenas na dimensão educação, as mulheres apresentaram condição favorável em relação aos homens na proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade com menos de 4 anos de estudo (inclusive analfabetos), em que a baixa escolaridade foi maior entre os homens.

A situação do IDS-gen nos municípios de cada estado da região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) por meio dos indicadores que compõem as dimensões do índice demonstrou que estes apresentaram o mesmo desempenho exibido no ranking com todos os municípios da região, ou seja, a análise dos municípios por cada estado demonstrou o mesmo comportamento quando desagregada por indicadores/dimensão considerada.

A análise do desenvolvimento de gênero (IDG) dos municípios da região Sul por meio do IDG apresentou resultados indicando valores classificados entre muito baixo e baixo em 95% em média, nos três estados, tanto para homens quanto para mulheres. Esse desempenho do IDG foi mais intenso nas seguintes mesorregiões: Noroeste Paranaense, Norte Central Paranaense, Norte Pioneiro Paranaense, Oeste Paranaense, Grande Florianópolis, Norte Catarinense, Sul Catarinense e Vale do Itajaí e Noroeste rio-grandense.

Ao comparar o desempenho do IDG com o IDHM verificou-se a grande maioria dos municípios da região Sul que possuem IDHM entre médio a muito alto não apresentaram um bom desempenho quanto ao desenvolvimento de gênero.

Na análise desagregada dos indicadores do IDG observou-se que foi predominante a taxa de participação de homens no mercado de trabalho e ocupando cargos de chefia e direção, mesmo nos municípios que apresentaram melhor desempenho do IDG para as mulheres. Também foi superior o percentual de homens com rendimento de todos os trabalhos acima de 5 salários mínimos ou mais. Apenas no indicador escolaridade, as mulheres alcançaram uma melhor performance do que os homens, pois estão buscando mais conhecimento e capacitação profissional. Entretanto, isso não refletiu em acesso aos mesmos espaços no mercado de trabalho e oportunidades de melhor ou igual remuneração por desempenhar às vezes as mesmas funções.

Esse dado revela que no caso das mulheres e considerando os indicadores e informações que compõem cada índice aqui trabalhado, que maior alcance em educação e capital humano não necessariamente indicou maior rendimento para as mulheres em relação aos homens na mesma condição. Tampouco revelou maior participação das mulheres no mercado de trabalho.

Ao analisar a dimensão política como argumento para a necessidade de mais empoderamento feminino, os resultados apontaram intensa desigualdade entre mulheres e homens. O empoderamento político expresso parcialmente nos cargos eletivos releva o pouco poder das mulheres, que potencialmente, poderia interferir na agenda política e nas políticas públicas para promover a igualdade de gênero. A proporção de mulheres eleitas nas Eleições Municipais de 2012 foi de 8% para prefeitas, e 13% para vereadoras, no Sul do Brasil. E ao comparar as eleições municipais de 2012 e 2016, os resultados apontaram que não houve avanços significativos nesse cenário, sendo que apenas o Rio Grande do Sul apresentou aumento na quantidade de vereadoras eleitas no ano de 2016.

Essa pesquisa partiu da premissa de que um elevado índice de desenvolvimento humano indicaria numa melhor condição de desenvolvimento social e de gênero e menor desigualdade entre mulheres e homens. Essa premissa teve como parâmetro o contexto do IDH global, em que países com desenvolvimento humano elevado também são os que apresentam as melhores posições quanto ao desenvolvimento e a desigualdade de gênero. O mesmo ocorreu nos trabalhos

realizados para o Brasil, por Unidade da Federação, sendo a região Sul do Brasil, a que apresenta os melhores resultados de IDHM, IDG e IDS-gen, e respectivos indicadores que compõem cada índice.

Entretanto, este trabalho concluiu que numa análise desagregada realizada por município para os estados da região Sul do Brasil esta realidade não se confirma, ou seja, a desigualdade entre mulheres e homens é bastante intensa, principalmente quando analisados os indicadores que compõem as dimensões de cada índice.

As mulheres, apesar de estarem mais ativas no mercado de trabalho e trabalhando em média a mesma quantidade de horas que os homens, ainda possuem remuneração inferior, e ocupam menos espaços de poder na sociedade, principalmente quando considerados os cargos de chefia e direção. E o trabalho fora do domicílio, não a excluiu totalmente do trabalho doméstico, tendo que ater-se de dupla jornada de trabalho. Essa dinâmica que caracteriza a realidade de muitas mulheres é a que trata a divisão sexual do trabalho quanto à reprodução de padrões que promovem a inferioridade e que caracterizam a desigualdade.

Neste trabalho, a desigualdade segue a linha de pensamento de Amartya Sen, de ausência de desenvolvimento, uma vez que, ao privar um indivíduo de ter acesso a escolhas mínimas de consumo, seja de bens ou serviços básicos que atendam suas necessidades individuais ou do coletivo, entende-se, portanto que haja desigualdade, por de alguma forma não permitir que as pessoas tenham oportunidades iguais, garantindo a justiça social.

Deve-se destacar, caso a análise seja realizada para todos os municípios do país, os resultados poderiam ser ainda mais surpreendentes, porque índices calculados seriam comparativos em relação aos estados mais pobres, por exemplo, da região Nordeste que têm os mais baixos índices de desenvolvimento humano do país. Portanto, na análise comparativa, poderia estar seguindo o padrão verificado nos demais trabalhos, cujos índices de desigualdade de gênero se comportam similarmente ao IDH.

E o fato de ter conquistado o direito ao voto e a disputar eleições e ocupar cargos eletivos, ainda há um descompasso muito grande quanto a participação das mulheres nas esferas sociais e políticas. E aqui convém destacar que a implementação da política de cotas que surge para minimizar essas diferenças de gênero nas instâncias públicas, não prioriza o princípio da meritocracia e a

indistinção de qualquer forma de exclusão conforme disposto no Art. 5º da Constituição Federal de 1988.

Cabe colocar que as características sociais e culturais atribuídas às pessoas moldam o comportamento e as necessidades de cada indivíduo, preservando direitos, obrigações e oportunidades, permitindo aos indivíduos a capacidade de obter recursos e decidir sobre o que afeta suas vidas, trilhando caminhos, sem a limitação dada por diferenças de sexos e gêneros. Contudo, ainda há muito que ser feito para alcançar a equidade de gênero nas esferas social, econômica e política. Exige-se não apenas mudança de comportamento, mas uma renovação de valores culturais há muito enraizado na sociedade. Por essa razão, este estudo visa contribuir como uma reflexão para a formulação de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Bauru: Edipro, tradução Edson Bini, 2 ° ed, 2007.

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana Marta. Indicadores de Desigualdade de Gênero no Brasil. Revista **Mediações (UEL)**, Londrina, v. 18, p. 83-105, Londrina –PR, 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/16472>>. Acesso em: 11 out. 2015.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2012: Igualdade de Gênero e Desenvolvimento**. Visão Geral. World Bank, Washington D.C., 2011.

BECKER, G. S. **Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. Chicago: The University of Chicago Press, 1964.

BEGNINI, Sérgio; ALMEIDA, Lirane Elize Defante Ferreto de. **Grau de desenvolvimento regional dos municípios da mesorregião oeste catarinense: caracterização e classificação**. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 17, n. 4, p. 547-560, out./dez. 2016. Disponível em:< <http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/53/pdf>>. Acesso em 01/03/2018.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,1998, p.115-134.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. São Paulo: Difusão Editorial Ltda,1989, p.7-16.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **DECRETO Nº 21.076**, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1932. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 30/05/2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 8 nov. 2015.

BRASIL. **Lei 9.100** de 29 de setembro de 1995. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9100.htm . Acesso em 8. Nov. 2015.

_____. **Lei 9.504** de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm. Acesso em: 8 nov.2015.

_____. **Lei 12.034** de 29 de setembro de 2009. Altera as leis 9.096, de 19 de setembro de 1995, Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965, Código Eleitoral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2009/lei/l12034.htm. Acesso em: 8 nov. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. **Tempos e Memórias do feminismo no Brasil**. Brasília: SPM, 2010.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. **Mulher e trabalho**. Publicado em 12/08/2014. Disponível em:< <http://www.spm.gov.br/assuntos/mulher-e-trabalho>> Acesso em: 12/01/2017.

BITTENCOURT, Naiara Andreoli. **Movimentos Feministas**. Revista InSURgência, Brasília, v.1, n.1, jan./jun, 2015. p.198-210.

BOSERUP, E. **Women's role in economic development**. New York: St. Martin's Prees, 1970.

BRUSCHINI, Cristina; ARDAILLON, Danielle (1998), **Tesouro para estudos de Gênero e sobre mulheres**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. **O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa**. In: ENCONTRO NACIONAL DE

ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, 1996. Caxambu, MG, Anais..., Belo Horizonte: ABEP, 1996, 4 v.

BRUSCHINI, Cristina. LOMBARDI, Maria Rosa. **Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990**. In: MARUANI, Margareth e HIRATA, Helena. As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: SENAC, 2003, p. 323-361.

BRUSCHINI, M. C. **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos**. Cad. Pesqui. São Paulo, v. 37, n. 132, 2007.

BUSSAB, Wilton de Oliveira; MIAZAKI, Édina Shizue; ANDRADE, Dalton Francisco de. **INTRODUÇÃO À ANÁLISE DE AGRUPAMENTOS**. Associação Brasileira de Estatística. ABE 9º Simpósio Nacional de Probabilidade e Estatística, Instituto de Matemática e Estatística – USP, São Paulo – julho de 1990.

CANGUSSU, Ricardo Corrêa; NAKABASHI, Luciano. **Uma análise do capital humano sobre o nível de renda dos estados brasileiros: MRW versus Mincer. Estudos Avançados**. (USP. Impresso), v. 40, p. 153-183, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-41612010000100006>. Acesso em 18/02/2018.

CARNEIRO, Francisco Galvão. Perfil da pobreza e aspectos funcionais dos mercados de trabalho no Brasil. In: **Pobreza e mercados no Brasil**. Brasília: CEPAL/DFID, 2003.

CAUMO, Alessandra Juliana. **Análise espacial da distribuição das mulheres ocupadas nas famílias rurais no Sul do Brasil: uma perspectiva do gênero**. Toledo, PR: [s.n.], 2012. Dissertação de mestrado. 134f. Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas.

CAVALIERI, C. H.; FERNANDES, R. **Diferenciais de Salário por Gênero e Cor: uma comparação entre as regiões metropolitanas brasileiras**. *Revista de Economia Política*, v. 18, n. 1, p. 158-175, 1998.

CHARLES, Maria. (2003), “**Deciphering Sex Segregation: Vertical and Horizontal Inequalities in Ten National Labor Markets**”. *Acta Sociologica*, vol. 46, no 4, pp. 267-287.

_____ e GRUSKY, David B. (2004), ***Occupational Ghettos: The Worldwide Segregation of Women and Men***. Stanford, Stanford University Press.

COSTA, Ana Alice. **As donas no poder. Mulher e política na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBA e Assembleia Legislativa da Bahia. 1998 (Coleção Bahianas, vol.2)

_____. Em busca de uma cidadania plena. In. Álvares, Ma. Luzia e Santos, Ma. Eunice. **Olhares & diversidade: os estudos sobre gênero no Norte e Nordeste**. Belém: GEPEM/REDOR. 1999.

CRUZ, Tânia. **Ocupação no mundo do trabalho e o enfoque de gênero: qual o perfil do sujeito trabalhador que constrói a economia solidária no Brasil?** Sociedade e Cultura, v. 9, n. 2. Goiânia: 2006, p. 311-325.

DUFLO, E.. ***Women’s Empowerment And Economic Development***. NATIONAL BUREAU OF ECONOMIC RESEARCH – NBER, Working Paper No. 17702, Cambridge, MA-USA, December 2011, Revised January 2012. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w17702>>. Acesso em: 12/01/2017.

DURKEIM, E. **A Divisão do Trabalho Social**. 3 ed. Lisboa. Editorial Presença, 1991 (volume II).

ECONOMIST Intelligence Unit – The Economist. ECONOMIC INTELLIGENCE UNIT. World Bank. **Women’s Economic Opportunity Index**, 2010. Disponível em: <http://graphics.eiu.com/upload/WEO_report_June_2010.pdf> Acesso em setembro de 2015.

FELDENSTEIN, H. S.; POATS, E. S. V. (Ed.). ***Working together***. Gender Analysis in Agriculture. Boulder, CO: Kumarian Press, 1990. (Case Studies, v. 1).

FERNÁNDEZ COLLADOS, M. B.: “**La doble jornada femenina**”, en VV.AA (SÁNCHEZ TRIGUEROS, C., DIR.: *La presencia femenina en el mundo laboral: metas y realidades*, Pamplona (Aranzadi), 2006.

FERREIRA, Maria da Luz Alves. As desigualdades de rendimento por gênero na RMBH e no município de Montes Claros. In: SOUZA, Márcio Ferreira de. **Desigualdades de Gênero no Brasil: novas ideias e práticas antigas**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2010. 308p. pp.128-150.

FERREIRA, Mary Ferreira. **Nos bastidores da tribuna: mulher política e poder no Maranhão**. São Luiz: [s.n.], 2010.

FISCHER, Isaura Rufino & MARQUES, Fernanda. **Gênero e exclusão social**. In Revista Fundação Joaquim Nabuco. n. 113, Ago. 2001.

FISCHER, A.; MACHADO, N. S. ; FEGER, J. E. ; TREVISAN, Mariane . **Características organizacionais de empresas processadoras de leite do Oeste Catarinense**. Análise (PUCRS), v. 21, p. 114-126, 2010.

FREIRE, D. A.; CAMPOS, L. N. M.; R.; H.C.M.. **Empreendedorismo feminino no Brasil: perspectivas**. Tecer (Belo Horizonte), v. 5, p. 67-79, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel RAMALHETE. 35. ED. PETRÓPOLIS: VOZES, 2008.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Paz e Terra: São Paulo, 1961.

_____. **Dialética do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. Paz e Terra: São Paulo, 1968.

_____. **Introdução ao desenvolvimento – enfoque histórico-estrutural**. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GIDDENS, A. **A Sociologia**. Tradução Sandra Regina Netz. 4. ed. Porto Alegre: Artmed. 600 p. 2005.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; Martino. **IDH, Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), Salvador, v. 7, n.1, p. 73-90, 2005.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila (1999), **Estudos de Gênero no Brasil. In: O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)**. Sociologia (Volume II). São Paulo: Sumaré/ANPOCS.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

HIRATA, H. & KERGOAT, D. **Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão**. In: COSTA, A., SORJ, B., BRUSCHINI, C., HIRATA, H. (Org.). Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p.263-278.

_____. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v.37, n. 132, p.595-609, set. /dez., 2007.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios (1875-1914)**. Tradução de S. M. Campos e Y. S. de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HUFTON, Olwen. **Mulheres, trabalho e família**. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente: do Renascimento à Idade Moderna*. Tradução de Alda Maria Durães et al. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

IORIO, C. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil, 2002.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras regionais: mesorregiões geográficas paranaenses: sumário executivo** / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba: IPARDES, 2004. 32p.

KERGOAT, Danièle (2005) **Penser la différence des sexes : rapports sociaux et division du travail entre les sexes**, in Maruani, M (dir) **Femmes, genre et sociétés**, Paris, La Découverte, coll. L'état des savoirs, p. 94-101.

LAGARDE, Marcela. **Cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. México: UNAM, 1993.

LAGARDE, M. **Gênero y feminismo – desarrollo humano y democracia**. Madrid: Horas & Horas, 1996.

LAMAS, Marta. **Gênero: os conflitos e desafios do novo paradigma**. In: PORTUGAL, Ana Maria et. al. **El siglo de las Mujeres**. Santiago de Chile: Las Mujeres, 1999.

LEÓN, Magdalena de. **“El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género”**. *La Ventana*, nº. 13, 2001, pp.94-106

LENIN, Vladimir I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a Grande Indústria**. In: Coleção Os Economistas. 2. ed. Tradução de João Paulo Netto. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LEWIS, W. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.

LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales; SOUSA, Marina Rocha de; KHAN, Ahmad Saeed; ROCHA, Leonardo Andrade. **Distribuição espacial da desigualdade de Gênero no Brasil**. *INTERthesis (Florianópolis)*, v. 12, nº1, Jan/Jun, 2015. pp. 292-320.

LISBOA, Teresa Kleba; MAFRINI, Daniele Beatriz. **Cidadania e equidade de gênero: políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos**. *Revista Katálysis*, v. 8, n. 1, p. 67-77, 2005.

LOBO, Elizabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MACEDO, Ana Gabriela. **Pós-feminismo**. Rev. Estud. Fem. Florianópolis, vol.14, no. 3. Set./Dec., 2006.

MADALOZZO, Regina; MARTINS, Sergio Ricardo; SHIRATORI, Ludmila.

Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? Estudos Feministas, Florianópolis, 18(2): 352, maio-agosto, 2010, pp. 547-566.

MAMMARELLA, Rosetta; BARCELLOS, Tanya M. de. **Processos e territorialidades na urbanização do RS**. In: CONCEIÇÃO, O., GRANDO, M.Z., TERUCHKIN, S. U., FARIA, L.A.E. A evolução social. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2010. P.263- 302. (Três décadas de economia gaúcha).

MARTINS, Clitia Helena Backx; BANDEIRA, Marilene Dias; CAPUTO, Paula Maria. Condição de vida das mulheres e desigualdades de gênero no Rio Grande do Sul. In: MARTINS, Clitia Helena Backx (Coord.). **Estudos das condições das mulheres e das desigualdades de gênero existentes no Estado do Rio Grande do Sul**. - Porto Alegre: FEE, 2013. 108p.

MARX, Karl. **O Capital**. A elaboração do manuscrito foi concluída em 1867, Publicação e tradução editora Hucitec: São Paulo, 1986.

MATOS, Maria I. **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho**. São Paulo: Edusc, 2002.

MCCALL, Leslie. (2001), **Complex Inequality: Gender, Class, and Race in the New Economy**. New York, Routledge.

MEIRELES, D. C.; SILVA, J. L. M. **Diferenciais de rendimentos por raça no mercado de trabalho brasileiro**, 2012.

MELO, Hildete Pereira de; SERRANO, Franklin. **A mulher como objeto da Teoria Econômica**. In: AGUIAR, Neuma. Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997, pp. 137-158.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto; GARGIONI, Sérgio Luiz. **Desenvolvimento da Região Sul do Brasil**. Biblioteca Digital do BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, 2014. Disponível em:< https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/browse?type=title&sort_by=1&order=ASC&rpp=20&etal=-1&starts_with=desenvolvimento+da+região+C3%A3o+Sul+do+brasil>. Acesso em 16/06/2017.

MURARDO, R. M.: **La mujer en el tercer milenio: una historia de la mujer a traves de lo tiempo y perspectiva para el futuro**, Rio de Janeiro, ed. Rosa de los Tiempos, 1992.

NOVAES, Carlos Eduardo; SANTOS, Lincon Coelho dos; PASCOALI, Maurício. **Análise econômica da mesorregião sul de Santa Catarina**. Revista NECAT - Núcleo de Estudos de Economia Catarinense. TEXTO PARA DISCUSSÃO 006/2013, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2013. Disponível em:< <http://necat.ufsc.br/files/2012/09/TD-006-2013-An%C3%A1lise-econ%C3%B4mica-da-mesorregião-sul-de-SC.pdf>>. Acesso em:01/03/2018.

OLIVEIRA, G. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista da FAE, v. 5, n. 2, p. 37-48, 2002.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Souza. **Mulheres na liderança, relações de gênero e empoderamento em assentamentos de reforma agrária: o caso do Saco do Rio Preto em Minas Gerais**. – 2006. 132 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

ONU. Gender mainstreaming. **An Overview**. New York, 2001. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/osagi/conceptsanddefinitions.htm>, acessado em 16 de Janeiro de 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, ONU Mulheres. **Women's Empowerment Principles**. 2011. Disponível em [weprinciples. unglobalcompact. org] e [unifem. org. br/ sites/ 700/ 710/ 00001126. pdf]

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT CENTRE - OCDE. **Social Institutions and Gender Index (SIGI)**, 2009. Disponível em: <<http://genderindex.org/methodology>.. Acesso em setembro de 2015.

ONU Mulheres Brasil – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. **Princípios de Empoderamento das Mulheres. Igualdade Significa Negócios**. ONU Mulheres Brasil e Rede Brasileira do Pacto Global, 2016. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_WEPs_2016.pdf. Acesso em: 31/05/2017.

PONLAIN DE LA BARRE, François. **De l'Égalité des deux sexes, discours physique et moral où l'on voit l'importance de se défaire des préjugés**. Paris, Fayard, 1973.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD/Instituto de Pesquisa Econômica e Social Aplicada - **IPEA, 2000**.

PENA, M. V. J.; CORREIA, M. C.; BRONKHORST, B. van; OLIVEIRA, I. R. **A questão do gênero no Brasil**. Rio de Janeiro: CEPIA, 2005.

PEREIRA, Rosângela Saldanha. In: **Abordagem teórica sobre a questão de gênero e desenvolvimento rural: dos projetos assistenciais ao planejamento de gênero**. Desenvolvimento Rural e Gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas / Organizadores Jefferson Andronio Ramundo Staduto, Marcelino de Souza, Carlos Alves do Nascimento. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. 348 p. pp.17-41.

PEREIRA, Rosângela Saldanha. Abordagem teórica sobre a questão de gênero e desenvolvimento rural: dos projetos assistenciais ao planejamento de gênero. In: **Desenvolvimento Rural e Gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas** / Organizadores Jefferson Andronio Ramundo Staduto, Marcelino de Souza. Carlos Alves do Nascimento. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. 348 p.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. 119 p.

POCHMANN, M. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 – Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19153&Itemid=1>. Acesso em: 10/06/2017.

PNUD (UNDP) - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Human Development Report**. New York, 1990. Disponível em: [http://hdr.undp.org/en/reports/GenderEquityIndex\(GEI\),2012ts/](http://hdr.undp.org/en/reports/GenderEquityIndex(GEI),2012ts/). Acesso em setembro de 2015.

_____. **Human Development Report**. New York, 1995. Disponível em: < <http://hdr.undp.org/en/reports/>>. Acesso em setembro de 2015.

_____. Human Development Report. **Sustainability and Equity: A Better Future for All**. United Nations Development Programme 2011. New York, 2011. Disponível em:< <http://hdr.undp.org/en/reports/>>. Acesso em setembro de 2015.

_____. Human Development Report. **Sustaining Human Progress: Reducing Vulnerabilities and Building Resilience**. United Nations Development Programme. New York. United Nations Development Programme., 2014. New York, 2014. Disponível em <http://hdr.undp.org/en/reports/>. Acesso em setembro de 2015.

PNUD; IPEA; FJP. **Desenvolvimento Humano para Além das Médias: 2017**. – Brasília: PNUD: IPEA: FJP, 2017. 127p. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/20170510_PNUD_ParaAlemdasMedias.pdf. Acesso em 15/10/2017.

PREBISCH, Raul. **O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas**. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro: FGV, ano 3, nº3, set. 1949.

QUADROS, Marion Teodósio de. **Desenvolvimento, Sexualidade de Mulheres Jovens, Políticas de Educação e Práticas Educativas: entre ausências,**

silenciamentos e invisibilizações. Revista AntHropOlógicas Ano 18, 25(2):175-206, 2014.

QUEIROZ, V. S.; MOREIRA, I. T. **Uma análise dos diferenciais de renda e discriminação no mercado de trabalho brasileiro.** In: VII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos - ENABER, 2009, São Paulo, 2009.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

RODRIGUES, Almira. **Práticas Sociais, Modelos de Sociedade e Questões Éticas: Perspectivas Feministas.** Em: SUSIN, Luiz Carlos (org). Terra Prometida - Movimento social, engajamento cristão e teologia. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. p. 131-142.

RODRIGUEZ, Graciela. A autonomia econômica das mulheres e a reprodução social: O papel das políticas públicas. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Edição Especial da **Revista do Observatório Brasil de Igualdade de Gênero.** 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2009. pp. 31-40.

SABINO, Maria Jordana Costa; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. **Igualdade de gênero no exercício do poder.** Estudos Feministas, Florianópolis, 23(3): 406, setembro-dezembro, 2015, pp. 713-734.

_____. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Rearticulando gênero e classe social.** In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.) Uma questão de gênero. São Paulo; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2004a.

_____. Gênero e patriarcado. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (orgs.). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004b.

_____. Gênero e Patriarcado. In: *Marcadas a ferro. Violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. **Classe Social e Desigualdade de Gênero no Brasil**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol.51, nº2, 2008, pp. 353-402.

SANTOS, Juliana Anacleto dos. **Desigualdade social e o conceito de gênero**. Virtú (UFJF), v. 1, p. 1/3, 2006. Disponível em:<
<http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-3a7.pdf>>. Acesso em:18/01/2016.

_____. **Gênero na Teoria Social - Papéis, Interações e Instituições**. Virtú (UFJF), v. 4, p. 4 edição, 2007. Disponível em:
www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo4a5.pdf. Acesso em:18/01/2016.

SANTOS. Rudney Aminadab. **Teoria do Capital Humano: uma análise do caso brasileiro**. Análise, v.19, n.2, p.18-30, jul./dez. 2008. Porto Alegre-RS.

SARACENO, C. **A dependência construída e a interdependência negada**. Estruturas de gênero e cidadania. In: BONACCHI, G.; GROPPI, A. (Orgs.). O dilema da cidadania – direitos e deveres das mulheres. São Paulo: UNESP, 1995.

SARAT, Magda; CAMPOS, Míria Izabel. **Memórias de infância e identidade de gênero na formação das profissionais na educação infantil**. In: Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder, 2008, Florianópolis. Anais... Disponível em
http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST10/Sarat-Campos_10.pdf Acesso em: 22/09/2013.

SARDENBERG, Cecilia M. B. *Liberal vs Liberating Empowerment: Conceptualising Women's Empowerment from a Latin American Feminist*

Perspective. Brighton: IDS: Pathways of Women's Empowerment, Pathways Working Paper 7, July 2009.

SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". **Educação & Realidade.** Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO – SST. **Boletim Regional do Mercado de Trabalho Catarinense Mesorregião da Grande Florianópolis.** Série 2013, Nº 04. Autores: LEANDRO DOS SANTOS e PIETRO CALDEIRINI ARUTO. Florianópolis, fevereiro de 2013. Disponível em: < <http://dev.sst.sc.gov.br/sine/arquivos/BOLETIM-REGIONAL.Florianopolis2013.pdf>>. Acesso em: 01/03/2018.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Desigualdade reexaminada.** Tradução e apresentação de Ricardo Dminelli Mendes. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SEN, Gita. **El empoderamiento como um enfoque a la pobreza.** In: DEVELOPMENT alternatives with women for a new era. Dawn, 2002.

SCHULTZ, T. W. **O Valor Econômico da Educação.** Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

SCHULTZ, T. W. **Capital Humano.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SDT - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. Plano Tipo Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Território Oeste Catarinense. SDT/MDA, 2010. Disponível em: < http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio066.pdf>. Acesso em: 05/03/2018.

SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos (Orgs.). RS negro [recurso eletrônico]: **cartografias sobre a produção do conhecimento.** Dados eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. 352 p.

SIMÕES, Solange; MATOS, Marlise. **Ideias modernas e comportamentos tradicionais: a persistência das desigualdades de gênero no Brasil**. In: SOUZA, Márcio Ferreira de. *Desigualdades de Gênero no Brasil: novas ideias e práticas antigas*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2010. 308p. pp.15-40.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Volume I, Nova Cultural, 1988, Coleção "Os Economistas", pág. 17-54

SOARES, C. **Índices de Desenvolvimento de Gênero: uma análise do desenvolvimento social das mulheres no Brasil e nas Unidades da Federação**. Revista do Observatório Brasil de Igualdade de Gênero. Edição Especial. Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2009. pp. 64-106.

_____. **O desenvolvimento social e o empoderamento econômico das mulheres no Brasil: uma análise a partir de índices sintéticos**. Revista Cadernos Adenauer XIV, 2013, Nº 3, pp. 51-70.

SOCIAL WATCH. **Gender Equity Index (GEI) 2008**. Disponível em: www.socialwatch.org>. Acesso em setembro de 2015.

SOCIAL WATCH. **Gender Equity Index (GEI) 2012**. Disponível em: <www.socialwatch.org>. Acesso em setembro de 2015.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A Classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Perseu Abramo. Secretaria Municipal de Cultura e Brasiliense, 2011.

SOIHET, Rachel. História, Mulheres, Gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma. **Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997, pp. 95-114.

STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo. Desenvolvimento e gênero: um olhar sobre o rural a partir da perspectiva de Amartya Sen. In: STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo; SOUZA, Marcelino de; NASCIMENTO, Carlos Alves do.

Desenvolvimento Rural e Gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015, pp. 71-95.

STROMQUIST, Nelly P. "Education as a means for empowering women". In J. Parpart, S. Rai & K. Staudt (eds), ***Rethinking empowerment: gender and development in a global/local world***. London: Routledge, 2002, pp.22-38.

TODARO, M.; SMITH, S. **Economic Development**. Addison –Wesley, Boston, 2009.

VAN DER SCHAAF, Alie et al. **Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul.** *Sociologias*, v. 5, n. 10, 2001.

VIEZZER, M.; MOREIRA, T. (orgs). **Um Outro Jeito de Ser. São Paulo: Rede Mulher de Educação/Unicef**, 2006.

WAJNMAN, S.; QUEIROZ, B.; LIBERATO, V. **O crescimento da atividade feminina nos anos noventa no Brasil.** *In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 11. *Anais*. Belo Horizonte: ABEP, v. 2, p. 2429-2454, 1998.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012.** Os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo, Instituto Sangari, 2011.

WEBER, Max. Estruturas do Poder. In: GERTH, H. H.; WRIGHT MILLS, C. **Ensaios de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

WORLD ECONOMIC FORUM. COMMITTED TO IMPROVING THE STATE OF THE WORLD. ***Women's Empowerment: Measuring the Global Gender Gap***. Geneva, Switzerland, 2005.

World Economic Forum. ***The Global Gender Gap Report 2014***. Geneve, 2014. Disponível em <<http://www.weforum.org/reports/global-gender-gap-report-2014>>. Acesso em setembro de 2015.

ZILLI, S. M.: "**Mujer, discriminación y derecho del trabajo**", *Revista Observatório Social*, núm. 5, 2004.

FICHA CATALOGRÁFICA

O98d

Oyamada, Graciela Cristine.

Desenvolvimento e desigualdade de gênero: um estudo para os municípios do sul do Brasil./ Graciela Cristine Oyamada, 2017.
124 fls.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Andronio Ramundo Staduto

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – UNIOESTE, Programa de pós-graduação em Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Toledo-PR, 2017.

1. Desenvolvimento social. 2. Desenvolvimento de gênero.
3. Região sul do Brasil. I. Título.

CDU 338

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Douglas Rios (CRB1/1610)